

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Partido Revolucionário Comunista (PRC):  
trajetória e contribuições para o PT**

**Pedro Luiz da Silveira Osório**

**Orientador: Prof. Dr. Marco Cepik**

**Porto Alegre, 2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Partido Revolucionário Comunista (PRC):  
trajetória e contribuições para o PT**

**Pedro Luiz da Silveira Osório**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Ciência Política como  
requisito parcial para obtenção do Grau  
de Doutor em Ciência Política**

**Orientador:**

**Prof. Dr. Marco Cepik**

**Porto Alegre, dezembro de 2012**

### CIP - Catalogação na Publicação

Osório, Pedro Luiz da Silveira  
Partido Revolucionário Comunista: trajetória e  
contribuições para o PT / Pedro Luiz da Silveira  
Osório. -- 2012.  
126 f.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Partido Revolucionário Comunista. 2.  
Leninismo. 3. Teorias da Revolução. 4. Partido dos  
Trabalhadores. I. Cepik, Marco Aurélio Chaves,  
orient. II. Título.

## **BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik (Orientador)**

**Prof<sup>ª</sup> Dra. Maria Izabel Saraiva Noll (PPGCP/UFRGS)**

**Prof. Dr. Luiz Carlos Tau Golin (PPGH/UPF)**

**Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi (PPGRI/UFRGS)**

*Dedico este trabalho às mulheres  
e homens que militaram no PRC.*

## AGRADECIMENTOS

Devo este trabalho ao ensino público e gratuito, patrimônio nacional, e aos seus professores e professoras. Eu os homenageio registrando meus agradecimentos ao professor Hélgio Trindade, primeiro orientador, e ao professor Marco Cepik, que assumiu a orientação a meio caminho e me conduziu aos trâmites finais da pesquisa de modo propositivo e competente.

Agradeço aos meus familiares, que resistiram ao demorado investimento representado por este trabalho e o apoiaram incondicionalmente. Eu os homenageio registrando meu amoroso “muito obrigado” para a Bitá Sória, esposa e companheira. E ao Nisio Barlem, concunhado e amigo que, à distância, me ajudou em muitas traduções. Foi um auxílio vital para que eu pudesse conciliar trabalho e estudos.

Devo agradecimentos mui sinceros a três amigas, professoras, que não tiveram relação direta com a elaboração desta tese, mas voluntária e sistematicamente me ofereceram estímulo e apostaram na sua conclusão. Refiro-me às professoras Suzana Kilpp, Christa Berger e Maria Helena Weber.

Agradeço à historiadora Katy de Siqueira, responsável pela organização dos documentos do PRC que analisei, originários do Núcleo de Documentação Histórica (NDH), do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – ao qual também agradeço.

Por fim, registro meus agradecimentos aos colegas da antiga Secretaria Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e aos atuais colegas da Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão. Sem a compreensão e solidariedade deles eu não teria concluído este trabalho.

## SUMÁRIO

### RESUMO

### ABSTRACT

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2.</b>	<b>A REVOLUÇÃO BRASILEIRA: DEBILIDADES CONCEITUAS E ORGANIZACIONAIS</b>	<b>15</b>
<b>2.1.</b>	<b>Primeiros esforços prático-teóricos</b>	<b>17</b>
<b>2.2.</b>	<b>A “sociedade civil comunista”</b>	<b>22</b>
<b>2.3.</b>	<b>Pilares teóricos da luta revolucionária</b>	<b>29</b>
<b>2.4.</b>	<b>Final de um ciclo revolucionário</b>	<b>38</b>
<b>3.</b>	<b>A GÊNESE DO PRC E O PC DO B</b>	<b>45</b>
<b>3.1.</b>	<b>A dissidência se organiza</b>	<b>45</b>
<b>3.2.</b>	<b>O PC do B firma suas posições</b>	<b>48</b>
<b>3.3.</b>	<b>A dissidência se consuma</b>	<b>54</b>
<b>3.4.</b>	<b>O PRC firma posições convoca a vanguarda</b>	<b>63</b>
<b>3.4.1.</b>	<b>O PRC apresenta as bases do seu Programa</b>	<b>69</b>
<b>3.4.1.1.</b>	<b>O partido, o legado leninista e a ontologia</b>	<b>78</b>
<b>4.</b>	<b>PT E PRC NA CENA POLÍTICO-INSTITUCIONAL</b>	<b>85</b>
<b>4.1.</b>	<b>O legado dos militares e suas decorrências</b>	<b>85</b>
<b>4.1.1.</b>	<b>A “oposição de elite”. Os movimentos sociais</b>	<b>88</b>
<b>4.2.</b>	<b>PT e PRC. A Nova República. A Constituinte</b>	<b>92</b>
<b>4.2.1.</b>	<b>PT, do movimento social ao partido</b>	<b>93</b>
<b>4.2.2.</b>	<b>O PRC analisa a conjuntura e aproxima-se do PT e da CUT</b>	<b>96</b>
<b>4.2.3.</b>	<b>O PT movimenta-se na cena político-institucional</b>	<b>103</b>
<b>4.3.</b>	<b>O PRC e o “imperativo organizacional”</b>	<b>108</b>
<b>4.3.1.</b>	<b>O PRC assume o impasse teórico-prático</b>	<b>115</b>
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>120</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>127</b>

## RESUMO

Este trabalho aborda a trajetória do Partido Revolucionário Comunista (PRC), de existência tardia relativamente às demais organizações revolucionárias brasileiras, que atuaram predominantemente, entre 1961 e 1971. Registra o seu surgimento em 1984 e discorre sobre a sua resposta às demandas da esquerda na década de 1980, frente à crise teórico-prática dos partidos revolucionários. Analisa as suas concepções, que valorizam o conhecimento e o legado leninista, especialmente no que tange à organização política. Registra sua autodissolução e indica contribuições teóricas suas à política do Partido dos Trabalhadores (PT). Para isso, descreve a conjuntura política da época, bem como o contexto da esquerda brasileira. Assinala a sua convergência em direção ao PT e às consignas petistas, com as quais estabelece afinidades inicialmente conjunturais.

**Palavras-chave:** PRC, Lênin, partido revolucionário, teorias da revolução.

## **ABSTRACT**

### **Revolutionary Communist Party (PRC): Trajectory and contributions to the Workers' Party (PT)**

This thesis discusses the Communist Revolutionary Party (PRC) history. That party arose later when compared with other Brazilian revolutionary organizations whose period of action was predominantly between 1961 and 1971. It registers PRC's inception in 1984 and discusses its response to the left's demands during 1980's, facing the theoretical and practical crisis of revolutionary parties. It analyzes PRC's views, which values Leninist knowledge and legacy, especially regarding to political organization. It registers PRC's self-dissolution and indicates its theoretical contributions to the Workers' Party (PT) policies. To do that, it describes the political situation and the Brazilian left context of that time. It notes PRC's convergence towards PT and PT slogans, establishing juncture affinities at a first moment.

Keywords: PRC, Lenin, revolutionary party, revolution theories.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a trajetória do Partido Revolucionário Comunista (PRC), de existência tardia relativamente às demais organizações revolucionárias brasileiras, que atuaram predominantemente entre 1961 e 1971. Registra o seu surgimento em 1984 e discorre sobre a sua resposta às demandas da esquerda na década de 1980, frente à crise teórico-prática dos partidos revolucionários. Analisa as suas concepções, com destaque para o legado leninista, especialmente no que tange à sua vocação para organizar a política. Registra sua autodissolução e indica contribuições teóricas suas à conformação da prática política do Partido dos Trabalhadores (PT). Para isso, descreve a conjuntura política da época, bem como o contexto da esquerda brasileira. Assinala a sua convergência em direção ao PT e às consignas petistas, com as quais estabelece afinidades inicialmente conjunturais.

O PRC originou-se basicamente de uma dissidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B), cuja direção negou-se a debater as críticas formuladas por quadros partidários sobre a Guerrilha do Araguaia, a concepção de partido e sua democracia interna e a teoria da revolução brasileira, as alianças internacionais e os impasses da teoria comunista na contemporaneidade. O impasse durou mais de cinco anos, período no qual os rebeldes organizaram-se na autodenominada Esquerda, identificada pela sigla PC do B (E), sob a qual promoveram Conferências, protagonizaram um debate nacional apoiado em publicações internas e realizaram - arrostando a direção do PC do B - o VI Congresso do Partido, do qual nasceu o PRC, em 1984.

O PRC surgiu para realizar a luta revolucionária quando esse caminho já se revelara aparentemente sem saída na prática e na teoria, testadas e sustentadas

durante décadas por outros partidos semelhantes. Apesar disso propunha-se a ser algo novo, renovador nas dimensões organizativas e teóricas, respondendo a problemas ainda não enfrentados pelo marxismo, decorrentes da contemporaneidade. Tais problemas se prenunciavam nas lutas organizativas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais submetidos à ditadura, no crescente arrocho salarial, na iminente emergência de novas tecnologias produtivas e midiáticas, na persistente supressão das liberdades democráticas. Fatos estes marcados por contradições às quais foi contraposta, por grupos políticos de corte oligárquico e tradicional, a ideia de uma “Nova República”. Entre esta opção, que já se delineava nos prelúdios da redemocratização, e a opção revolucionária, os fundadores do PRC inicialmente optaram pela última, desejando retomá-la sob nova perspectiva. De certa forma, o novo partido comunista propunha-se a enfrentar a “derrota da dialética”, ainda que sua luta não tenha sido formulada nesses termos.<sup>1</sup>

Originalmente opondo-se às políticas que conduziram à Nova República o PRC terminou por, adiante, aproximar-se de organizações que a ela se opunham, especialmente o PT – e nele ingressar, se autodissolvendo. Naquele partido institucional (PI) o PRC valeu-se das suas características básicas: o apego e a valorização do conhecimento, dele procurando extrair formulações teórico-práticas contemporâneas, e à vocação leninista para organizar a política. Usou-as para fortalecer a prática petista.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo registrar as características básicas do PRC antes mencionadas - o apego ao conhecimento e às técnicas leninistas organizativas da política. Seu problema analítico centra-se na concepção partidária do PRC, marcada pelo leninismo e seus atributos

---

<sup>1</sup> Em *A derrota da dialética*, livro da sua autoria, Leandro Konder estuda a chegada das ideias marxistas no Brasil e o marxismo decorrente, marcado pelas dificuldades de compreender as contradições brasileiras e por tendências positivistas. Que, associadas aos esquemas doutrinários stalinistas, emascularam o marxismo da sua dimensão dialética e limitaram decisivamente os movimentos revolucionários. A obra foi publicada em 1988 pela Editora Campus, RJ.

organizativos, isto é, sua vocação à organização da política. Suas influências sobre o PT são exemplificadas de modo preliminar. Desses propósitos pretende-se identificar contribuições suas à política brasileira.

Para estudar o PRC foi preciso descrever os cenários político-revolucionários e político-institucionais, bem como referir ao contexto básico das teorias sobre a revolução brasileira e das suas decorrências na organização da política. As organizações revolucionárias, nas suas lutas para encontrar o caminho da redenção nacional demandaram a formulação de teorias transformadoras do país, associadas a um considerável esforço dirigido à compreensão da nossa realidade sócio-econômica. Tais teorias tiveram como protagonistas organizações partidárias e pensadores sociais cujas ações e contribuições foram e são relevantes para a compreensão do Brasil e o desenho do seu futuro. Muitos dos seus agentes continuam influenciando a cena política nacional.

Embora “as revoluções que forjaram o mundo moderno” não venham a ocorrer “na fase atual da modernidade” e sendo esta constatação um “truísmo banal repetido *ad nauseam* como descoberta científica”, tal fato “não exime os estudiosos de debruçarem-se sobre a herança das revoluções modernas para as alternativas de mudança na crise contemporânea.” (Cepik, 1995, p. 18) O PRC não protagonizou uma revolução, mas seu legado serviu de base à continuidade à luta para transformar o Brasil. Como militantes do PT, seus egressos valeram-se dos atributos organizativos que caracterizam os grupos leninistas contribuindo para a formação do novo partido.

A ciência política no Brasil, salvo melhor juízo, tem dedicado suas atenções predominantemente aos partidos de corte liberal e republicano, ainda que vicejem os estudos da contribuição teórica de corte marxista, no que diz

respeito aos partidos e organizações dela originários.<sup>2</sup> Em artigo publicado na Revista *Topoi*,<sup>3</sup> denominado *Por uma história da esquerda brasileira*, Maria Paula Nascimento Araújo, observa que “a literatura sobre a esquerda no Brasil já é bastante vasta e variada. Pesquisadores ligados a diferentes tradições e com abordagens distintas vêm produzindo dissertações, teses e obras sobre o tema.” (Araújo, 2002, p. 347). Mas, informa a mesma autora, de modo geral “a literatura sobre a esquerda brasileira tem privilegiado dois temas: a história do PCB e a luta armada. A experiência dos anos 1970 e 80 - da resistência à ditadura e do processo de redemocratização - ainda é muito pouco abordada.” (Idem, 349)

A primeira investigação ampla e sistematizada sobre as posições marxistas no país data de 1991, com a publicação do primeiro dos seis volumes de *História do Marxismo no Brasil*.<sup>4</sup> Aportes significativos estão contidos na coleção *História do Marxismo*, publicada no Brasil pela Editora Paz e Terra.<sup>5</sup> Em 2007 foi publicada a trilogia *As esquerdas no Brasil*.<sup>6</sup>

O PRC surgiu quando a atuação partidária e política na institucionalidade estavam em vias de consolidação. Isto é: enquanto uma parte considerável, se não a maioria da *intelligentsia* brasileira de esquerda rumava para a

<sup>2</sup> O Volume III da coleção “O que se ler na Ciência Social Brasileira” (Miceli, Sérgio. Org. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1999), dedicado à Ciência Política, não aborda a contribuição político-partidária de corte marxista. A bibliografia compilada pelo *Guia da História da Esquerda Brasileira*, organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Disponível na Internet. URL: <http://www.ifcs.ufrj.br/~rfcastro/gheb.htm> 10 abr 2006), abrange os anos 1998-2002 e lista 94 títulos, entre livros, artigos, dissertações e teses. Predomina a linha histórico-memorialística. A Universidade Federal de Minas Gerais também mantém um site sobre o tema, denominado *Biblioteca Virtual da História do Marxismo no Brasil*. Disponível na Internet: URL <http://www.fafich.ufmg.br/marxismo>. 10 abr. 2006.

<sup>3</sup> *Topoi*. Revista de História. Programa de Pós-Graduação em História Social. Consulta em 04 fev. 2012. URL [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/topoi05/topoi5a14.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi05/topoi5a14.pdf)

<sup>4</sup> *História do Marxismo no Brasil - O impacto das revoluções*, escrito por Daniel Aarão Reis Fº, Emir Sader, Evaristo de Moraes Fº, João Quartim de Moraes, Michel Zaidán e Raimundo Santos. O volume V - Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, último a ser publicado, tem como organizadores o mesmo Daniel Aarão Reis Fº e Marcelo Ridente.

<sup>5</sup> Coordenada por Eric J. Hobsbawm, composta de 12 volumes publicados entre 1983 e 1989. Focada no marxismo europeu e oriental, dedica alguns capítulos ao marxismo latino-americano.

<sup>6</sup> Organizada por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Os três volumes reúnem textos abrangendo A formação das tradições - 1889-1945 (Vol. 1); Nacionalismo e reformismo radical - 1945-1965 (Vol. 2) e Revolução e democracia - 1964 - (Vol. 3)

institucionalidade, o PRC assumia-se como partido clandestino, comunista. O seu período de gestação e lançamento coincidiu e ultrapassou igual período do PT, cujas articulações efetivas começaram em 1979<sup>7</sup> e culminaram em 10 de fevereiro de 1980,<sup>8</sup> data da fundação oficial do Partido dos Trabalhadores.

Enquanto o PT reunia e catalisava movimentos populares, sociais, sindicais e parte da intelectualidade de esquerda para viabilizar o protagonismo político dos trabalhadores e, a longo prazo, construir o socialismo (Gadotti, Pereira, 1989, p. 77), o PRC tentava fazer o mesmo, com métodos diversos: lutava para consolidar-se como uma organização marxista-leninista e dar curso à revolução social-comunista. Essa similitude de propósitos, somada à recusa à Nova República, determinaria a aproximação dos revolucionários comunistas ao partido institucional, no qual buscavam respaldo massivo. Nele, depararam-se com limitações políticas organizacionais, às quais se propuseram resolver. Os esforços para viabilizar o PT, somados à inviabilização da proposta revolucionária, levou à dissolução do partido clandestino. Mas a práxis da organização à moda leninista acompanharia os novos petistas.

Para responder as questões propostas, este trabalho foi desenvolvido como uma pesquisa bibliográfica em seu sentido estrito. (Macedo, 1994) Isto é: apoiou-se na seleção e análise de documentos relacionados ao objeto da pesquisa. Em seu sentido estrito, a pesquisa bibliográfica pode ser definida como “um conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário.” (Stumpf, 2011, p. 54)

---

<sup>7</sup> A criação do PT tornou-se possível com a promulgação da Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que modificou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos - Lei nº 5.682, de 27 de julho de 1971. Essa reforma na legislação extinguiu os dois partidos existentes - a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - e permitiu a criação de novos partidos. In Keck, Margaret E. *A lógica da diferença - O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. SP: Ática, 1991.

<sup>8</sup> In Meneguello, Rachel. *PT - A formação de um partido político - 1979 - 1982*. RJ: Paz e Terra, 1989.

Além do exame de estudos sobre a revolução brasileira, suas teorias e organizações políticas, o estudo apoiou-se nos documentos oficiais do PRC, preservados no Núcleo de Documentação Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (NDH-PPGH/UPF). Também foram examinadas publicações vinculadas ao partido. Pensado inicialmente como um estudo de caso, o autor terminou por não recorrer a essa metodologia devido aos limites práticos que se impuseram no que diz respeito à realização das entrevistas necessárias. Cumpre informar, a propósito, que se optou por não identificar os nomes verdadeiros de militantes mencionados, bem como foi omitida a nominata dos dirigentes do PRC. O autor considerou que a divulgação somente poderia ser feita mediante o consentimento dos antigos militantes, como é de praxe entre ex-integrantes de organizações da luta armada, especialmente. Devido à opção de não entrevistar essas fontes, tais autorizações não foram solicitadas.

A impossibilidade de realizar entrevistas também determinou a abordagem limitada da disputa interna ocorrida no PRC. Ainda que seja referida sua influência na dissolução do partido, optou-se por uma abordagem tópica, sem deixar de explicitar a opção vitoriosa pelo abandono da luta revolucionária nos moldes marxistas-leninistas clássicos. O autor considerou que, dada a complexidade da disputa teórica, apenas o exame dos documentos seria insuficiente para descrever as diferenças existentes sem dar voz aos vários protagonistas, entrevistando-os. De outra parte, o autor procurou preservar o distanciamento necessário, já que integrou o PRC e posicionou-se na mencionada disputa, embora fosse um militante de base e de influência correspondente à sua posição na estrutura partidária.

No que diz respeito às principais obras consultadas, o trabalho se apoiará especialmente nas formulações contidas em “Imagens da Revolução”, de Daniel Aarão Reis F<sup>o</sup> e Jair Ferreira de Sá; “Combate nas trevas”, de Jacob Gorender;

“A Revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes, “Introdução à Revolução Brasileira”, de Nelson Werneck Sodré; “A Revolução Brasileira”, de Caio Prado Jr.; “Estado e Oposição no Brasil” (1964-1984), de Maria Helena Moreira Alves; “Teorias da Revolução”, de A. S.”. Cohan e “A Ordem Política nas Sociedades em Mudança”, de Samuel P. Huntington; “A lógica da diferença”, de Margaret E. Keck. Também foram de muita valia as coleções “História do Marxismo”, organizada por Eric Hobsbawm, e “História do Marxismo no Brasil”, organizada por Daniel Aarão Reis e outros.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, neles considerados a Introdução e as Considerações Finais. O segundo capítulo, denominado “A revolução brasileira: limites conceituais e organizativos” aborda o “imperativo organizacional” definido por Samuel P. Huntington (1975), no que diz respeito à vocação leninista para a organização partidária e das instituições, e a aptidão do PRC para aplicá-las. Aborda também questões básicas sobre o ciclo das organizações revolucionárias e a teorias que as orientavam.

Já o terceiro capítulo, denominado “O PC do B e a gênese do PRC” relata as razões da dissidência, como ela se consumou e quais as premissas teórico-políticas do PRC. Quanto ao quarto capítulo, chamado “PT e PRC na cena institucional”, analisa os movimentos das duas organizações na conjuntura da época, a aproximação de ambas via “imperativo organizacional” e a autodissolução do PRC.

## 2. A REVOLUÇÃO BRASILEIRA: DEBILIDADES CONCEITUAIS E ORGANIZACIONAIS

Os pressupostos teóricos da revolução brasileira somente adquiriram forma e conteúdo após o advento do Partido Comunista Brasileiro, nascido Partido Comunista do Brasil.<sup>9</sup> Mas a conjugação dos termos “revolução” e “comunismo” antecede ao PCB em cerca de 80 anos, estando marcada pelo pragmatismo<sup>10</sup> e pelos decorrentes limites organizativos. No âmbito das estruturas partidárias e, especialmente, nas dimensões organizativas que sustentam as práticas políticas. Dito de outra forma, dos pressupostos teóricos decorreram determinadas formas de organização da intervenção na política. É sob essa ótica que, neste capítulo são recapitulados os principais esforços teóricos da esquerda brasileira.

Como se verá adiante, o PRC se caracterizará por determinada aptidão para organizar a política e compreender o papel das instituições no processo revolucionário. Essa vocação assenta-se no legado leninista, tal como o explica Samuel Huntington, na sua obra “A ordem política nas sociedades em mudança”.<sup>11</sup> Segundo o autor

Antes da revolução bolchevista nenhuma revolução era politicamente completa porque nenhum líder revolucionário havia formulado uma teoria para explicar como organizar e institucionalizar a expansão

---

<sup>9</sup> Fundado em 1922, o PCB adotou até 1961 o nome Partido Comunista do Brasil. Daí em diante, passou a denominar-se Partido Comunista Brasileiro. “Ao substituir ‘do Brasil’ por ‘Brasileiro’, pretendia-se obviar uma das alegações da cassação judicial de 1947, a de que o PCB não era um partido *brasileiro*, mas a Seção do Brasil da Internacional Comunista.” (Gorender, 1987, p. 33)

<sup>10</sup> Na medida em que vieram a conseguir alguma expressão política, os marxistas brasileiros, influenciados por critérios pragmáticos, hostis à especulação filosófica, passaram a se dedicar cada vez menos a discussões especificamente teóricas e passaram a se apoiar, propagandisticamente, nos “fatos” e “dados” da realidade soviética, quando eram obrigados a enfrentar os debates políticos. (Konder, 1988, p. 199)

<sup>11</sup> Huntington, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. SP: Edit da USP, 1975. 496pp.

da participação política que é a essência da revolução.  
(Huntington, 1975, p. 343)

Para o autor, “só os comunistas têm consistentemente mostrado a habilidade em organizar e estruturar essa participação e, portanto, em criar novas instituições de ordem política.” (Ibidem) Assim, “a contribuição peculiar dos comunistas à política moderna” não consiste na destruição das instituições pela revolução; consiste “na organização e criação de novas instituições políticas. “A função política do comunismo não é derrubar a autoridade, mas preencher o vácuo da autoridade.” (Ibidem).

De acordo com Huntington,

A organização é a estrada para o poder político, mas é também a base da estabilidade política e, portanto, a condição essencial da liberdade política. (...) No mundo em modernização quem controla o futuro é quem organiza a sua política. (Idem, p. 467)

Trata-se, nas suas palavras, de um “imperativo organizacional” (Ibidem) que ele explica, no que tange ao leninismo:

O marxismo é uma teoria da história. O leninismo é uma teoria do desenvolvimento político. Trata das bases da mobilização política, dos métodos de institucionalização da política e das bases da ordem pública. (...) É isso que torna a teoria leninista do desenvolvimento político relevante para os países em modernização da Ásia, da África e da América Latina.” (Idem, pp. 349-350)

É sob essa ótica “huntingtoniana” que este trabalho será conduzido, procurando compreender como, desde os primeiros esforços teóricos revolucionários nacionais, foram-se conformando determinadas políticas,

práticas e instituições. De certa forma, pode-se dizer que os insucessos decorreram de conceituações que não conduziram à necessária organização política.

## 2.1. Primeiros esforços prático-teóricos

No livro “O ano vermelho - A revolução russa e seus reflexos no Brasil”,<sup>12</sup> de Moniz Bandeira, Clovis Mello e A. T. Andrade, os autores registram atividades prática-teóricas pioneiras. Informam que a revista “O Progresso”,<sup>13</sup> que circulou no Recife entre 1846 e 1848, continha informações

sobre o movimento operário europeu e americano, inclusive sobre a *Liga dos Justos*,<sup>14</sup> mãe da futura *Liga* a que Marx e Engels pertenceram e ainda a respeito dos comunistas suíços. A análise das classes sociais do Nordeste, o combate ao latifúndio, a proposta de impostos progressivos sobre a propriedade não cultivada (...) (Bandeira *et alii*, 1980, p. 15)

Em seu artigo “A proto-história do marxismo no Brasil”,<sup>15</sup> Evaristo de Moraes Filho também dá grande destaque ao editor de “O Progresso”, Antonio Pedro de Figueiredo, classificando-o como “o grande divulgador e pregador das idéias generosas dos socialistas franceses anteriores a 1848”. Mas observa que

<sup>12</sup> A obra estuda os registros da imprensa à época. Sua apresentação foi assinada por Nelson Werneck Sodré, que a classificou como o “maior acervo de dados já reunidos em livro, entre nós, a propósito do assunto, com todas as suas implicações que tornam este trabalho, daqui por diante, fonte obrigatória de estudo. Sem ele, será falha toda tentativa de levantamento de problemas como o da infância do movimento operário, da imprensa operária, do anarquismo, sem falar em temas mais gerais, como a própria história republicana.”

<sup>13</sup> Era dirigida por Antônio Pedro de Figueiredo, “alcunhado o *Cousin Fusco*, por ser mulato e intelectual”. (Bandeira *et alii*, 1980, p. 15) Vamireh Chacon, em seu livro “História das idéias socialistas no Brasil”, esclarece que o apelido deve-se ao fato de Antônio Pedro ter publicado uma tradução do “Curso de história da filosofia”, do filósofo Victor Cousin, passando a ser conhecido, desde então, como *Cousin Fusco*. (Chacon, 1965, p. 141) “Fusco”, palavra portuguesa em desuso, significa “pardo” ou “escuro”, entre outros significados. (Fernandes, 1975, p. 640)

<sup>14</sup> A “Liga dos Justos” foi criada em 1836, na Alemanha, e reunia os egressos da ala esquerda da “Liga dos Proscritos”, fundada em 1834, também alemã e igualmente abrigo de revolucionários democratas. Da “Liga dos Justos” nasceu a “Liga dos Comunistas”, fundada em 1847, em Londres. (Beer, s.d., passim)

<sup>15</sup> Integra a o Volume I da “História do Marxismo no Brasil - O Impacto das revoluções”, publicado pela Paz e Terra em 1991.

ele enquadrava-se na “categoria dos ‘socialistas críticos-utópicos’ ”. (Moraes Filho, 1991, pp. 20-21)

Os relatos de Moraes Filho e de Moniz Bandeira e seus parceiros registram como a aquisição de consciência social pelos trabalhadores brasileiros percorreu um caminho diverso do trilhado pelos europeus. Aqui também vigorou, por um bom tempo, a mescla de ideias anarquistas, socialistas utópicas e comunistas, entre outras, que vicejaram nos primórdios das lutas sociais européias modernas. Mas a densidade dos conceitos em disputa era rarefeita.<sup>16</sup>

Assegura Moniz Bandeira que “já em 1849, no Brasil, a palavra *comunismo* vulgarizava-se na imprensa e no Parlamento.” A propósito da Revolução Praieira, registra as preocupações de deputados da Assembléia Pernambucana quanto aos perigos de “uma lei agrária, uma lei comunista.” (Bandeira *et alii*, 1980, p. 15) Equívocos conceituais não eram raros entre os cidadãos letrados. Assim ocorreu, por exemplo, em 8 de julho de 1871, na Câmara, com o deputado baiano Benevenuto Augusto de Magalhães Taques. Pronunciando-se sobre “os socialistas, os comunistas e outros” que haviam pervertido as ideias dos franceses, entre aqueles incluiu uma escola “conhecida com o título de positivismo”.

Confusões também medravam em os trabalhadores. Não a ponto de irmanar Marx e Comte, mas àquele com Bakunin, ou vice-versa. O grande número<sup>17</sup> de publicações operárias, aqui referidas parcialmente, ilustra o “cenário conceitual” de então. A imprensa brasileira também registrou as

---

<sup>16</sup> A constituição de um conceito de revolução que sintetizasse as aspirações sociais do povo brasileiro e o guiasse nas suas lutas emancipatórias e transformadoras está marcada pela imprecisão. Como demonstra Carlos Guilherme Mota, em seu “A idéia de revolução no Brasil”, “o conceito de revolução foi muito mais bem elaborado pela reação”. (Mota, 2008, p. 84)

<sup>17</sup> De 1860 a 1869, apareceram, no Brasil, vinte publicações operárias, número este que aumentou para 46, no decênio seguinte. Os títulos, que se repetem muitas vezes, denotam a tendência do jornal: *O Operário*, *O Trabalho*, *O Proletário*, *O Socialista*, *O Brado da Miséria*, *O Grito dos Pobres*. (...) Em 1876, havia, no Rio de Janeiro, um periódico socialista que se chamava *Revolução*. (...) Em plena campanha da Abolição atacou Joaquim Nabuco de corrupção, insinceridade, de hipocrisia, acusando-o de possuir uma lavadeira escrava. Era contra tudo e contra todos - monarquistas e republicanos - e só acreditava no poder das bombas. (Bandeira *et alii*, 1980, p. 17)

controvérsias entre as doutrinas de Bakunin e “As doutrinas do Dr. Carlos Marx” - título de uma série de artigos publicados pelo jornal republicano de Recife *Seis de Março*, em 1872, sobre as idéias do pensador alemão, transcritas de comentaristas espanhóis. (Moraes Filho, p. 24). Mas ainda não se manifestara a manipulação informativa difamatória<sup>18</sup> que se tornou prática especialmente depois da Revolução Russa, identificando o “espectro do bolchevismo” atrás de todas as reivindicações sociais.<sup>19</sup> Antes dessa fase, a desinformação reinava por outras razões, como Moraes Filho aduz.

Apesar de quarenta anos de atividade prática a serviço do movimento operário, Marx foi pouco conhecido na própria Europa; como exigir-se o seu conhecimento, o seu estudo ou a sua compreensão neste país escravocrata, colônia até 1822, sem urbanização nem industrialização, além de leis que o proibiam de criar fábricas e imprimir livros? (Idem, p. 19)

Além disso, a historicamente conhecida influência anarquista (especialmente) sobre o proletariado retardou o acesso dos revolucionários ao “equipamento conceitual” marxista. Lembra Bandeira que o proletariado “pulou do anarquismo para o comunismo, sem passar pela social-democracia.” E que as “várias tentativas de organizar o nascente proletariado sob a forma de partidos socialistas (...) logo se desvaneceram, como o Partido Socialista do Brasil, que realizou um congresso em 1902 (...) (Bandeira *et alii*, 1980, p. 143)

---

<sup>18</sup> Entre os desvarios da imprensa brasileira farta e exemplarmente registrados em “O ano vermelho”, está uma reportagem do jornal “A Tarde”, de Salvador, na edição de 15 de março de 1922. Reproduzindo notícias de agências telegráficas sobre a fome na Rússia, o jornal publicou um relato sobre como “em Samara, a polícia fechou um restaurante que servia aos fregueses carne de crianças.” (Bandeira *et alii*, 1980, p. 247)

<sup>19</sup> Sobre as crescentes demandas trabalhistas e consequentes greves, “O País”, jornal carioca de circulação nacional publicou, na sua edição de 22 de novembro de 1918: “Há, sem dúvida, no Brasil, um problema trabalhista, mas é um problema trabalhista brasileiro, que tem que ser resolvido por métodos brasileiros e sem intervenção de aventureiros estrangeiros, que aqui vêm trazer aquilo que a Europa repudiou como imprestável e nocivo. (...) Os correligionários de Lênin e Trotski tomaram conta da Rússia, porque a vodka havia deteriorado o organismo da gente da plebe moscovita (...). (Idem, p. 132)

Para ele, “A ação direta dos anarquistas calou mais fundo nos espírito dos revoltados.”<sup>20</sup> (Idem, p. 144)

Essa fase pré-capitalista impressionou pela capacidade de luta demonstrada pelo operariado incipiente,<sup>21</sup> documentada pelas ciências sociais. Do mesmo modo, a contribuição do anarquismo para a formação da esquerda brasileira vem sendo recuperada.<sup>22</sup> Para além desse período heroico, o que se deseja aqui destacar são as dificuldades enfrentadas pela classe operária para se apropriar dos conceitos marxistas, teorizá-los e extrair-lhes aplicações práticas à realidade brasileira. Até 1905, “nenhum livro de Marx ou Engels havia sido traduzido para o português (...) A eles se referiam, em geral, os mais letrados, que, pelo menos, os pudessem ler em francês.” (Ibidem). Em 1919 publica-se a brochura “O que é marxismo ou bolchevismo”, de autoria de Edgard Leuenroth e Hélio Negro. A obra procurava “esclarecer, para os militantes, diferenças entre o bolchevismo e o anarquismo, como meio de *reforçar as posições anarquistas.*” [grifo meu, PLSO] (Khoury, 2007, p. 126). O “Manifesto Comunista” foi o primeiro livro de Marx editado no Brasil, em 1923, 75 anos depois de seu lançamento europeu. (Moraes Filho, 1991, p. 42)

Com a Revolução Russa, “novas idéias, novos conceitos, novas palavras” aportaram no movimento operário, “embora, inicialmente, de forma

---

<sup>20</sup> A relativa desimportância dos socialistas no cenário político e na esquerda brasileira é contestada por Benito Bisso Schmidt, no texto “Os partidos socialistas na nascente República”, estudo integrante do Volume 1 da trilogia “As esquerdas no Brasil”, denominado “A formação das tradições”, organizado por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis e publicado em 2007.

<sup>21</sup> Uma doutrina minimamente coesa e que orientaria os movimentos sociais estava por surgir, inspirada nas manifestações do proto-marxismo no Brasil. Estas ocorreram inicialmente pressionadas pelas mazelas oriundas da transição para o trabalho assalariado, originárias do passivo colonial, da crise financeira e da instabilidade política. (Furtado, 1982) Este autor distingue “diferenças profundas” entre os dois sistemas, lembrando que o antigo caracterizava-se por “elevado grau de estabilidade”, sendo distinta a dinâmica do novo. (Idem, p. 151). Dinâmica que se manifestou de modo lento. “Social e politicamente, o proletariado é uma força que se manifestou de modo lento. De origem agrária, logo se avoluma com a imigração e desenvolve uma consciência política de tradição européia. São anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas, anticlericais, usando tática política dos movimentos italianos e espanhóis, onde Bakunine predominava sobre Marx. (Carone, 1977, p. 16)

<sup>22</sup> Entre outras contribuições recentes registre-se “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”, de Edilene Toledo, e “Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil”, de Yara Aun Khoury. Os dois estudos estão publicados no Volume 1 da trilogia “As esquerdas no Brasil”, denominado “A formação das tradições”, organizado por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis e publicado em 2007.

vaga e confusa.” (Bandeira *et alii*, 1980, p. 144) Faltava-lhes “um equipamento conceitual adequado”.<sup>23</sup> Que, naquela altura, já estava bem estruturado nos países onde ocorreram revoluções burguesas. Afinal, a Europa já havia presenciado, em 18 de março 1871, a instauração da Comuna de Paris, considerada “a primeira revolução proletária do mundo”, evento que “coincide com (...) o início da transição do capitalismo da livre competição em direção ao capitalismo monopolista.” (Ohlweiler, 1987, p. 124) Ademais, anteriormente, os europeus vivenciaram revoluções cujo marco foi os anos de 1848-1849 e abrangeram, entre outros países, França, Alemanha, Itália e Hungria. (Idem, p. 116)

Eram incomparáveis, portanto, os acúmulos político-teóricos das classes sociais brasileiras e européias. No Brasil, as novas idéias, conceitos e expressões provindas do marxismo, robustecidas pela Revolução Russa, e reforçadas pela fundação da III Internacional Comunista (após a desintegração da II Internacional, onde pontificavam os social-democratas, combatidos pelos anarquistas) em 1919, estimularam o surgimento do Partido Comunista do

---

<sup>23</sup> Carlos Guilherme Mota, em seu “A ideia de revolução no Brasil” (SP: Globo, 2008) analisa as formas embrionárias do pensamento revolucionário brasileiro no final do século XVIII e começo do século XIX, estimuladas pela crise do sistema colonial. Evitando endossar “certas análises mecanicistas em que as elaborações mentais surgem como simples *reflexo* da vida social ou da atividade econômica” (p. 46), Mota procura apreender como se constituiu o processo de tomada de consciência nacional frente à referida crise. Estuda as inconfidências Mineira (1789), Carioca (1794), Baiana (1798) e Pernambucana (1801) e analisa de modo compreensivo “como formas de pensamento e conceito vão se tornando historicamente enriquecidos, uma vez que passam a conter em si transformações infra-estruturais concretas, transpostas de modo progressivo para outra linguagem. Em poucas palavras, há uma projeção das formações econômico-sociais concretas no nível dos conceitos: estes, por sua vez, funcionam como processos catalisadores nos processos de tomada de consciência.” (p. 49) Devidamente associados às especificidades do ambiente cultural e ideológico de então (isto é, não tomados isoladamente), conceitos como (entre outros) decadência, rico, pobres, classe, casta, conjuntura, independência, levante, revolução, república, permitem compreender o norte ideológico dos que vivem na Colônia e “os sentidos que eram conferidos ao processo do qual participavam.” (p. 50) Mas *as palavras-chave, nota o pesquisador, careciam de uma elaboração explícita e clara, dificultando aos contemporâneos apreender o processo em curso. Inexistia “um equipamento conceitual adequado, que, de alguma forma, já estava mais bem estruturado em áreas de ocorrência de revoluções burguesas, como a França e a Inglaterra.”* (p. 68). Desse modo, o conceito de “revolução” transitava quase sempre implícito, como revelou o exame dos autos das inconfidências. Naturalmente, aos setores colonizadores muito preocupava o sentido das palavras. “Sabem já que por atrás delas podem estar ocultas realidades nem sempre agradáveis aos seus interesses. Este é um comportamento encontrado em todas as devassas realizadas na crise do sistema colonial português.” (p. 79) [Grifos meus, PLSO]

Brasil.<sup>24</sup> O PCB com índole anarquista surgiu no empuxo das fortes movimentações proletárias nos anos 1918 e 1919, desaparecendo com o refluxo das mesmas. Seu curto período de existência foi de muita atividade, chegando a publicar um “Programa Comunista”.<sup>25</sup> Foi substituído em 1922 por um novo PCB, fundado em um congresso realizado de 25 a 27 de março, com sessões realizadas no Rio de Janeiro e em Niterói. (Carone, 1982, p. 1) Essa organização partidária serviu de base à disseminação de uma cultura comunista no país. Mas a vigência de uma virtual “sociedade civil comunista” não impediria a esquerda de utilizar determinados conceitos de modo limitado e equivocado<sup>26</sup>. Décadas depois, as limitações e equívocos petistas na organização e administração da política ao decorreriam desse legado?

## 2.2. A “sociedade civil comunista”

É das mais estudadas a contribuição do PCB para a história brasileira. Para este trabalho interessa registrar, em linhas gerais, suas formulações estratégicas básicas. Com isso pretende-se indicar a influência dos seus postulados na inteligência brasileira à esquerda, que adiante dele se afasta e divide-se. No que tange à sua teoria da revolução, de modo geral o legado do PCB está marcado pelas derrotas de 1964.

---

<sup>24</sup> Foi fundado no dia 9 de março, no Rio de Janeiro, basicamente por militantes anarquistas que se identificavam com o regime soviético. Conforme Edgard Leuenroth, militante comunista histórico, “esse partido foi uma organização de emergência, fundada num ambiente de fermentação do movimento social internacional, conseqüente da repercussão provocada pela revolução russa.” (Bandeira *et alii*, 1980, pp. 151-152)

<sup>25</sup> Trata-se do programa publicado no livro “O que é marxismo ou bolchevismo”, antes mencionado.

<sup>26</sup> Evidências do uso limitado e equivocado de conceitos foram destacadas por Daniel Aarão Reis Filho, em seu “A revolução faltou ao encontro - Os comunistas no Brasil” (SP: Brasiliense, 1990). “As organizações comunistas brasileiras cultivariam com dedicação o mito da revolução inevitável”, escreveu ele, acrescentando, adiante: “A revolução aparecia como virtual sujeito da História e não como resultante hipotética de um processo de luta entre agentes/grupos/classes sociais.” (p. 108). E indaga: “A literatura marxista-leninista era disponível, por que não estudá-la? Por que foi tão pobre a contribuição dos comunistas para a compreensão da realidade brasileira?” (p. 106)

Estudando-o em seu período nascente e de afirmação,<sup>27</sup> Marcos Del Roio conclui que àqueles comunistas a história reservou o papel de “agentes subalternos no processo de revolução burguesa no Brasil, ainda que exercendo alguma pressão condicionante sobre as opções da modernidade capitalista em construção.” (Del Roio, 2007, p. 69) Isto teria decorrido da incapacidade partidária de conformar uma teoria da revolução, adotando consecutivamente estratégias insurrecionais baseadas na aliança operário-camponesa, na frente popular e depois deslocando seu foco estratégico para uma política de união nacional. Nesse percurso, foram gradativamente excluídos ou do partido se afastando militantes de bom trato com a teoria, dificultando o amadurecimento da organização como vertente de ações prático-teóricas. (Idem, pp. 68-69)

Suas constatações são ampliadas, de certo modo, por Daniel Aarão Reis, que estuda a trajetória do PCB entre 1943 e 1964.<sup>28</sup> Ele destaca a militância pecebista em defesa de uma alternativa nacional-estatista, contrapondo-se resolutamente à perspectiva internacionalista liberal, elitista, incondicionalmente aliada aos Estados Unidos e ao capital internacional. (Reis, 2007, pp. 99-100) Nesse embate, não conseguiu adquirir um perfil próprio. Seus momentos de “glória e prestígio” estão associados às lutas “no interior do campo *nacional-estatista*, como uma espécie de *ala esquerda* do trabalhismo.” (Idem, p. 100) Daí viria a recorrente acusação de “reboquismo” que lhe é atribuída pela literatura especializada, predominantemente.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> “Os comunistas, a luta social e o marxismo” (1920-1940), texto integrante do Volume V da coleção “A história do marxismo no Brasil”, organizado por Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti, publicado em 2007.

<sup>28</sup> “Entre reforma e revolução - A trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. Texto integrante do Volume V da coleção “A história do marxismo no Brasil”, organizado por Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti, publicado em 2007.

<sup>29</sup> As relações do PCB com o trabalhismo vêm sem revisadas, assim como o papel do populismo. Entre outros, no que se refere a primeiro caso, ver o estudo “Bravos companheiros: a aliança comunista-brasileira no sindicalismo brasileiro (1945-1964)”. Texto integrante do Volume V da coleção “A história do marxismo no Brasil”, organizado por Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti, publicado em 2007. O reexame do populismo pode ser conferido no livro “O populismo e sua história - Debate e crítica”, organizado por Jorge Ferreira e publicado em 2001.

Os insucessos e as críticas históricas que pesam sobre a herança política do PCB não lhe retiram os méritos de ter disseminado e consolidado no país boa parte da cultura marxista. São muito fortes as marcas da influência pecebista sobre os protagonistas da luta revolucionária, seja pela sua esforçada contribuição teórica, seja pelas suas ligações com a intelectualidade, abrangendo a cultura e as ciências sociais. Dessa influência, em boa medida, advirão naturais reflexos sobre o imaginário de militantes de todos os matizes e períodos.

Posto que a militância revolucionária decorre de um imperativo ético aos quais se subordinam os indivíduos, é desejável proceder uma rápida aproximação do referido imaginário. Alguns elementos que o constituíram estão no longo artigo “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”,<sup>30</sup> de Antonio Albino Canelas Rubim. Conforme o autor, durante “parte significativa” da sua história o marxismo brasileiro “teve existência simbiótica” com o PCB (Rubim, 1998, p. 306), partido do qual ele se vale para abordar o tema-título. Discorrendo sobre o PCB “enquanto aparelho político-cultural”, o pesquisador relaciona essa dimensão partidária com a tradição marxista de “educar seus militantes, conquistar mentes e corações dos trabalhadores e de outros grupos sociais não-dominantes e influenciar a sociedade como um todo em um patamar político/ideológico e cultural.” (pp. 309-310) Tradição que se

(...) manifesta sob múltiplas e variadas formas: escolas de partido; jornais; revistas; editoras; livrarias; produtoras e distribuidoras cinematográficas; gravadoras; oficinas de arte; grupos de música; canto, teatro, dança, etc; instituições e encontros culturais, dentre outras. Alguns destes partidos construíram, em verdade, complexas e imensas redes de organização, produção e difusão de cultura. (Idem, p. 310)

---

<sup>30</sup> Às páginas 305-382 do III Volume da História do Marxismo no Brasil - Teorias. Interpretações, organizado por João Quartim de Moraes, publicado em 1998.

O PCB seguiu essa tradição. Como pregava à época, “ ‘Nenhum cérebro deverá ser mais complexo, enciclopédico, que o do comunista’ ”, segundo o texto “Para ser comunista”, publicado em 20 de outubro de 1923 pelo jornal *O País*,<sup>31</sup> então influenciado pelos comunistas. (Ibidem) É interessante comparar semelhante ambição com os propósitos do PRC, quando ele se propõe a enfrentar questões que configuravam um “desafio à inquietude teórica que marca o verdadeiro pensamento revolucionário comunista.”<sup>32</sup> Para isso, também tratou implantar publicações capazes de influenciar a sociedade em suas dimensões políticas, ideológicas e culturais.

Quanto ao PCB, Rubim registra que o partido intervém

(...) até independentemente da sua vontade (...) no debate cultural, através dos bens simbólicos (...) e faz circular na sociedade: interpretações da atualidade ou da história; poesias, crônicas, contos, partes de romances; desenhos, ilustrações e reproduções gráficas (artes plásticas); fotografias; críticas culturais; ensaios e artigos na área dos estudos socioeconômicos, políticos e culturais. (Idem, p. 323)

Demonstrando de modo significativo as articulações do “aparato político-cultural”, o pesquisador reconhece os limites de tal investigação, marcada pela ausência de estudos amplos sobre o tema. Que, de resto, parece ter merecido pouca atenção do próprio partido, a julgar pela avaliação das teses do V Congresso do PCB realizado em 1960, feita pelo “militante, jornalista e

---

<sup>31</sup> Jornal publicado no Rio de Janeiro, conforme registra Nelson Werneck Sodré, em seu “História da Imprensa no Brasil”.

<sup>32</sup> Comitê Central do PRC. *Resoluções do 1º Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. s. l., s. n. Janeiro de 1984, p. 15.

escritor Pedro Mota Lima”, e “intitulada sintomaticamente ‘Falta uma tese: sobre o desenvolvimento cultural’.”<sup>33</sup> (Lima, 1960, apud Rubim, 1998, p. 374)

No âmbito das relações do marxismo com a cultura nacional o livro de Marcelo Ridenti, intitulado “O fantasma da revolução brasileira”,<sup>34</sup> dedica um dos seus quatro capítulos ao envolvimento das camadas intelectualizadas na revolução brasileira.<sup>35</sup> O propósito do livro, especificado já nas primeiras linhas, é “Desvendar o significado e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, especialmente os armados, entre 1964 e 1974”.<sup>36</sup> (Ridenti, 1993, p. 15) Mas, diversamente da maioria das obras do gênero, a investigação ampara-se também no *ethos* revolucionário informado pela agitação cultural dos anos 1960. O autor procura “evidenciar o clima cultural em que emergiu a opção de certos grupos pela luta armada contra a ditadura, bem como demonstrar uma razão para esses grupos terem encontrado receptividade nos setores sociais intelectualizados.” (Idem, p. 75)

Estudando a luta armada, evidentemente a pesquisa está debruçada sobre organizações que divergiram do PCB e/ou que o sucederam. No que diz respeito à cultura, as que “contaram com maior número de artistas (...) estavam entre aquelas de maior penetração nas camadas sociais intelectualizadas, caso da ALN, da VAR-Palmares e do MR-8.” (Idem, p. 73) Entretanto, a efervescência cultural ocorrida nos anos posteriores ao golpe militar de 1964 tem suas raízes na tradição pecebista. O debate cultural de então se polarizou basicamente em duas correntes estéticas: “aquela que se poderia rotular como ‘formalista’ ou

<sup>33</sup> In: *Novos rumos*. Rio de Janeiro, 15 a 21 de julho de 1960 (nº 72). Tribuna de Debates, p. 4.

<sup>34</sup> Ridenti, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

<sup>35</sup> Ridenti ampliou o estudo sobre esse tema na Tese de Livre-docência em Sociologia que apresentou à Universidade Estadual de Campinas, em 1999, denominada “Em busca do povo brasileiro: romantismo revolucionário de artistas e intelectuais (pós-1960)”. Em 2000, pela Editora Record (RJ) publicou o livro “Em busca do povo brasileiro - Artistas da revolução do CPC à era da TV”.

<sup>36</sup> Ridenti retoma esse tema no artigo “Esquerdas armadas urbanas - 1964-1974. In: Reis, Daniel Aarão e Ridenti, Marcelo (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil - Volume 6. Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, pp. 105-151.

‘vanguardista’ e uma outra, defensora do ‘nacional e popular’.” (Idem, p. 82) Mas foram os espetáculos artísticos desta segunda corrente que inicialmente “contribuíram para ir formando ao longo dos anos 60 uma massa política crítica, especialmente nas camadas sociais intelectualizadas, isto é, naquelas que tinham mais acesso à cultura e que se radicalizariam em 1967 e 1968.” (Idem, p. 86) No campo nacional e popular

poderiam ser alinhados os CPCs da UNE, uma primeira fase do Cinema Novo, o Teatro de Arena, a música de Geraldo Vandré, de Sérgio Ricardo, de Chico Buarque, entre outros empenhados na busca das raízes da cultura brasileira, da libertação nacional, no avanço pela superação do imperialismo e dos supostos resquícios feudais nas relações de trabalho no campo. (Idem, p. 82)

Em seu alentado estudo sobre os intelectuais e a política brasileira,<sup>37</sup> o sociólogo francês Daniel Pécaut destacou como “Em torno do Partido Comunista formou-se toda uma cultura política singularmente fecunda, que se afirmou sobretudo após 1960, e iria sobreviver ao golpe de Estado de 1964; de fato, talvez tenha sido em 64-68 a época de sua maior influência.” (Pécaut, 1990, p. 141) Para ilustrá-la, ele vale-se da expressão “sociedade civil comunista”,<sup>38</sup> definindo-a como “uma proliferação de grupos que intervinham na maioria dos campos culturais e partilhavam, em maior ou menor grau, da crença na inevitabilidade do triunfo da Frente Nacionalista”. (Idem, p. 143) Os poderes dessa sociedade frequentemente superaríamos os do partido, fato que se tornaria flagrante nos anos 1964-69, devido à “fraqueza - acentuada pelas sucessivas divisões - de um aparelho bastante desconcertado pela facilidade com

<sup>37</sup> “Os intelectuais e a política no Brasil - Entre o povo e a nação”. Publicado no Brasil em 1990 pela Editora Ática, de São Paulo.

<sup>38</sup> Conforme registra Pécaut, expressão originalmente utilizada por M. A. Nogueira, no texto “Comunistas, comunismo: o desafio da renovação”. In: *Presença*, n. 1, novembro, 1983.

que foi dado o golpe de Estado, e o brilho cultural desses múltiplos grupos, ou melhor, sua aptidão para expressar resistência ao regime.” (Ibidem)

Naturalmente, o desencadear de uma revolução social exigiria mais do que essa aptidão. Como notou Roberto Schwarz, “ ‘se é próprio do movimento cultural contestar o poder, não tem como tomá-lo’ ”. (Ridenti, 1993, p. 101 apud Schwarz, 1978, p. 89) Ademais, a crescente repressão aos opositores do regime militar, especialmente depois da edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, o esgotamento do impulso político nascido antes de 1964, o refluxo dos movimentos de massas (Ridenti, 1993, p. 79, *passim*) contribuíram para a adesão de parte da intelectualidade às “organizações armadas de combate à ditadura, que se apresentava como a alternativa revolucionária daquele momento conjuntural.” (Idem, p. 101)

As manifestações estéticas contestadoras da ordem social prosseguirão, ascendendo a corrente vanguardista, onde pontificou o tropicalismo.<sup>39</sup> Nessa nova fase da cultura brasileira se estabelecerá um diálogo com a indústria cultural nascente e com a ambiguidade que lhe é própria, gerando contradições que fogem ao escopo deste trabalho.<sup>40</sup> As controvérsias que se estabeleceram na “sociedade civil comunista”, como se viu, originavam-se de concepções diferenciadas da revolução brasileira, ainda que intuitivas,

---

<sup>39</sup> “(...) o Tropicalismo cria uma estética cuja combinação e contrastes de elementos incluem a miséria, o passado, o desenvolvimento, a tecnologia industrial, os movimentos musicais brasileiros, o subdesenvolvimento e a paródia. Esta última como instrumento de ridicularização da ideologia do nacionalismo ufanista.” Caldas, Waldenyr. *Iniciação à Música Popular Brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 64. Conforme o autor, *Alegria, Alegria* e *Tropicália*, ambas de Caetano Veloso, são composições que marcam o surgimento do Tropicalismo.

<sup>40</sup> As contradições decorrentes, no que dizem respeito às relações com a política, podem ser ilustradas pela vaias recebidas por Caetano Veloso no III Festival Internacional da Canção (FIC), no Rio de Janeiro, em 1968, ao cantar “É proibido proibir” de sua autoria. O episódio, referido por Marcelo Ridenti (Ridenti, 1993, p. 108) é assim comentado pelo próprio Caetano: “Eu sabia que estava fazendo uma provocação. Mas o tropicalismo já estava aí por quase um ano e era perfeitamente previsível um episódio de vaias entremeadas de admiração pela ousadia e pelo bom acabamento musical e cênico da apresentação. O ódio (não há outra palavra) que se via estampado no rosto dos espectadores ia muito além do que eu pudesse r ter imaginado.” Veloso, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 301-302. Informações detalhadas sobre a relação política-tropicalismo podem ser encontradas no livro de Marcelo Ridenti “Em busca do povo brasileiro”, referido em nota anteriormente onde o autor discorre sobre “A brasilidade tropicalista de Caetano Veloso”, título do Capítulo V.

como sói acontecer com a arte. Vejamos, de modo sintético, as ideias básicas que orientaram tais concepções.

### **2.3. Pilares teóricos da luta revolucionária**

O debate sobre teorias revolucionárias começa pela complexidade do conceito de “revolução”. A. S. Cohan, em seu clássico “Teorias da Revolução” adverte sobre as dificuldades de conceituar esse fenômeno social ao afirmar que “ ‘a revolução conta-se entre uma das palavras mais imprecisas’ ”.<sup>41</sup> (Cohan, 1981, p. 12) Na análise marxista do caso brasileiro os eventos políticos aqui registrados com o objetivo de mudar a sociedade brasileira se deram sob a influência das chamadas revoluções burguesas liberais. Classicamente, a inglesa, a francesa e a norte-americana. Conforme Florestan Fernandes em seu livro “A Revolução Burguesa no Brasil”, suas ocorrências denotam “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua revolução industrial.” (Fernandes, 1975, p. 203)

O referido autor sustenta que semelhantes transformações aqui não ocorreram, tendo as estruturas de poder se conformado de modo diverso. Ele adverte ser “extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível” (Ibidem) e acrescenta:

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político”. (Idem, p. 204)

---

<sup>41</sup> Como indica Cohan, trata-se de uma citação extraída de Crane Brinton, *The Anatomy of Revolution*. Nova Iorque, 1960, p. 4.

Essas particularidades do cenário teórico onde se constituíram os esforços revolucionários brasileiros se manifestam no empuxo teórico pecebista, cuja análise reclama a compreensão da recíproca influência registrada entre o ISEB<sup>42</sup> e o PCB. A ideologia nacionalista que transitava nas duas organizações influenciará a concepção pecebista sobre a revolução brasileira. Como ensina Caio Navarro de Toledo, em seu “ISEB: fábrica de ideologias”,<sup>43</sup> o debate sobre o nacionalismo, naquele Instituto, foi guiado basicamente por duas concepções marcadas pela ideia de “eficácia”, de uma parte, e pelo “ontologismo”,<sup>44</sup> de outra.

Nesta segunda concepção militaram especialmente Álvaro Vieira Pinto (responsável pelo Departamento de Filosofia) e Nelson Werneck Sodré. Filiados   primeira concep o estavam, especialmente, Hélio Jaguaribe (responsável pelo Departamento de Ciência Política) e Cândido Mendes. Tais concep es predominavam sobre outras, às quais não   o caso de referir, e as abrigavam. “A rigor, não teria existido uma única ideologia isebianas; várias, isto sim, foram as compreensões ideológicas do nacionalismo dentro dessa Institui o.” (Toledo, 1977, p. 129)

---

<sup>42</sup> O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em 14 de julho de 1955 pelo presidente João Café Filho. Foi extinto em 13 de abril de 1964 por Paschoal Ranieri Mazzili. Integrava o Ministério da Educa o e Cultura, mas tinha autonomia administrativa e liberdade de pesquisa, opinião e cátedra. Além de órgãos administrativos contava com cinco departamentos (Filosofia, História, Sociologia, Ciência Política e Economia). Promoveu cursos, seminários, conferências, pesquisas, eventos dos quais participaram representantes das Forças Armadas, do Congresso Nacional, de Ministérios, líderes industriais, sindicais, parlamentares, professores, estudantes universitários, profissionais liberais. Considerado subversivo, nos primeiros dias de abril de 1964 teve a sua sede localizada no Rio de Janeiro destruída e queimados seus documentos, arquivos e publica es. (Toledo, 1977, pp. 185-186, passim) “Estabelecimento de ensino - comparando-se com prazer ao Coll ge de France, beneficiando-se de dota es oficiais (...) o ISEB ir  formar muitas turmas de alunos (...) Era, portanto, um núcleo de intelectuais dispendo de um estatuto oficial e convidados pelo próprio poder, se não para intervir diretamente na gestão da política econômica, pelo menos para participar da constru o da nova legitimidade, colocando-se a serviço da cria o da síntese nacional-desenvolvimentista.” (Pécaut, 1990, p. 110)

<sup>43</sup> Publicado pela Editora  tica, de São Paulo, em 1977.

<sup>44</sup> Toledo não aborda as rela es propriamente ditas desse conceito filosófico com o nacionalismo em tela, nem especifica a filia o teórica do mesmo às variadas concep es de “ontologia”. Resta-nos compreendê-las como rela es que consideram o “sentido abrangente do ser”, aspecto universalmente presente nos debates filosóficos. Esta inferência pode ser demonstrada, por exemplo, pela ideia de política como “autocria o do povo” defendida pelos ontologistas e contraposta   ideia de “eficácia”.

Alinhando-se - neste aspecto - com Werneck Sodré, Vieira Pinto sustenta que “os nacionalismos dos países subdesenvolvidos não têm conotação e ‘vocação’ imperialistas”, e singulariza a sua posição

“ao procurar mostrar que o nacionalismo encontraria no internacionalismo (não necessariamente proletário) seu complemento feliz; ou seja, não só deixaria de haver incompatibilidade entre estas duas práticas políticas, como o nacionalismo se constituiria na condição *necessária* de um verdadeiro e autêntico internacionalismo.” (Toledo, 1977, p. 132)

Dito de outro modo, Vieira Pinto contribuiu para “definir a política como processo de autocriação do povo a partir das virtualidades nele contidas”.<sup>45</sup> (Pécaut, 1990, p. 141). Toledo assinala o “caráter messiânico” frequentemente assumido pelo nacionalismo de Vieira Pinto. E o localiza também em Sodré, que dirá: “ ‘o Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. De seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política’ ”. (Sodré, 1962, p. 61, apud Toledo, 1977, p. 133)<sup>46</sup>

Como foi antes dito, esta concepção de nacionalismo será combatida por formulações capitaneadas especialmente por Hélio Jaguaribe. Delas, interessa-nos apenas registrá-las como virtuais antíteses do “nacionalismo ontológico”. O critério-chave das referidas concepções remetiam à idéia de

---

<sup>45</sup> Na fase em que nos encontramos, nosso conceito de nacionalismo tem de ser interpretado como o procedimento pelo qual nos integraremos num internacionalismo autêntico (...) Quando houver conquistado a condição de pleno desenvolvimento, sob a direção do pensamento nacionalista, nosso país terá trilhado um caminho histórico diverso daquele seguido pelas atuais potências dominantes (...) os países que se elevaram à completa autonomia pela via do nacionalismo, tendo abolido ao longo da sua marcha histórica todas as formas de espoliação de suas próprias massas trabalhadoras, chegarão ao plano do desenvolvimento superior inocentes de qualquer crime contra a humanidade (...) (Pinto, 1960, p. 513, apud Toledo, 1977, pp. 132-33) Toledo extraiu a citação do livro *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. vol. I.

<sup>46</sup> Esta citação provém do livro *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

“eficácia”, que deveria presidir todo e qualquer empreendimento econômico.<sup>47</sup> As ideias de Jaguaribe determinariam o seu desligamento do ISEB, em 1958. Expressas no livro “O Nacionalismo na Atualidade Brasileira”, elas abrangiam teses “francamente autoritárias”, propondo a repressão à agitação comunista, bem como a ilegalidade do PCB. (Toledo, 1977, p. 190) Nesta altura, o Instituto encaminhava-se para a sua terceira fase,<sup>48</sup> na qual se acentuou a proximidade com os comunistas.

Adotando ideias nacionalistas do ISEB, o PCB conformou seu perfil tático e estratégico, marcado então por um viés messiânico: a de que o desenvolvimento nacional e a política dele decorrente estavam contidos no “processo de autocriação do povo a partir das virtualidades nele contidas” - conforme a formulação de Vieira Pinto, antes citada, ainda que ele não a dirigisse ao internacionalismo proletário. De tal desenvolvimento adviria a revolução burguesa, com os desdobramentos revolucionários contidos no conceito marxista, tal como explica Cohan, cuja longa citação é oportuna:

A teoria marxista da revolução deriva, portanto, de um modelo que se fundamenta na idéia das contradições existentes na sociedade. (...) Nesse modelo, as contradições levam às lutas de classe. A classe explorada ou governada torna-se alienada, e manifesta uma consciência de classe que a impele, por fim, a tomar a iniciativa de derrubar a classe dominante, ou governante.

---

<sup>47</sup> Também denominado “nacionalismo de fins” (contrapondo-se ao “ontológico”, chamado por Jaguaribe de “nacionalismo de meios”), a ideia de “eficácia” que o presidia assim pode ser expressa: ‘o que torna nacionalista a atual política de petróleo não é o fato de a Petrobrás ser uma empresa do Estado brasileiro, dirigida por brasileiros natos, etc. Em tese, a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela Standard ou qualquer outra empresa, desde que concretamente, na situação presente do país, essa fosse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro e proporcionar à economia nacional o pleno uso e controle de tal matéria-prima.’ (Jaguaribe, 1958, p. 51, apud Toledo, 1977, pp.134-135) Citação extraída do livro O Nacionalismo na Atualidade Brasileira. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

<sup>48</sup> Caio Navarro Toledo divide a história isebiana em três fases: 1) fase caracterizada “pela manifestação de posições ideológicas extremamente ecléticas e conflitantes”, incluindo defensores do desenvolvimento a-ideológico; 2) fase sob a hegemonia do nacional-desenvolvimentismo; 3) fase de engajamento nas Reformas de Base. (Toledo, 1997, pp. 186-190, passim)

A teoria postula o crescimento da burguesia, classe que em si mesma é revolucionária, como é evidenciado pela modernização que imprime à sociedade. Com a expansão dessa classe e a destruição, por ela levada a cabo com êxito, da sociedade feudal, novo ímpeto se faz sentir na sociedade, ímpeto esse que emana das tendências dinâmicas da burguesia. À medida que esta avança em razão do aperfeiçoamento da tecnologia dos meios de produção e do investimento contínuo, a classe operária, ou proletariado, também cresce. Com o desenvolvimento do setor industrial da sociedade, o proletariado é cada vez mais explorado, e torna-se mais insatisfeito. O aumento do descontentamento leva à tomada de consciência de que, na raiz desses problemas, se encontra o modo de produção que determina a estrutura das relações sociais. Essa conscientização induz os membros do proletariado a formarem grupos que se opõem aos governantes. Finalmente, quando os meios de produção tiverem atingido a sua fase mais avançada, e o proletariado houver se conscientizado do seu potencial revolucionário, a burguesia será derrubada e o proletariado ascenderá ao poder. Uma vez que o proletariado tenha conseguido derrubar a burguesia, terá de enfrentar os antagonismos da classe que ainda permanece, o que fará, no período da ditadura do proletariado. A revolução finalmente terá logrado êxito tão logo esses antagonismos sejam destruídos, surgindo então a sociedade sem classes. (Cohan, 1981, p. 62)

Nelson Werneck Sodré, com seu livro “Introdu o   Revolu o Brasileira”, publicado em 1958, procura mapear mudanças sociais sintetizadas por Cohan e atesta a “maturidade da teoria da revolu o brasileira” (p. 84). Vinculado ao PCB, ele v  a revolu o “como sendo inequivocamente uma revolu o burguesa. (...) constituída pelo desenvolvimento das rela es capitalistas que permitiram a eleva o da burguesia ao papel de classe dirigente e dominante.” (Idem, p. 89) De acordo com Marcos Del Roio, embora Sodré

“pensasse para o Brasil uma revolução nacional democrático-burguesa de caráter antifeudal e antiimperialista, tinha bastante clara a insuficiência de uma aliança operário-camponesa (...) Era preciso compor uma aliança muito mais ampla” articulando “estratos agrários em oposição ao latifúndio feudal com o proletariado em franco crescimento numérico, mas também (...) a burguesia nacional.” (Del Roio, 2000, p. 92)

Sodré ratificará essa visão no livro “Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil”, detectando que, com “o agravamento geral da crise do capitalismo em dimensão internacional” surgiam “sinais de que as classes oprimidas dos países latino-americanos (...) e a burguesia” retomavam a “luta para o restabelecimento de novas condições de vida política.” (Sodré, 1990, p. 164) Para Sodré, a revolução burguesa, etapa incontornável da luta revolucionária, ainda estava por ser feita com, naturalmente, a participação ativa da burguesia anti-imperialista.

A questão da burguesia nacional manteve-se no foco dos estudos de Caio Prado Jr., que “fustigou a linha política do PCB” (Gorender, 1987, p. 73). Seu livro “A Revolução Brasileira”, lançado em 1966 teve “extraordinária recepção (...) atacando o reboquismo [do PCB] com relação ao governo Kubitschek (...) e ao governo João Goulart” (Ibidem).

A Revolução Brasileira não trouxe propostas extremadas, bem ao contrário. Delineava uma tática defensiva de luta dos trabalhadores da cidade e do campo por melhorias salariais e de luta em geral por modestos objetivos parciais na frente antiimperialista. (...) O que prestigiou o livro foi (...) a crítica mordaz à tese do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional antiimperialista – este imaginário causador de erros políticos imperdoáveis. (...) O autor

massacrou a tese pecebista sobre o feudalismo no passado histórico do País e as conseqüentes ‘sobrevivências.’ feudais’ na atualidade.” (Idem, p. 74)

A hegemonia das teses pecebistas defrontava-se, então, com outras formulações. Conforme Del Roio, Prado Jr. considerava “irrelevante” a natureza da revolução brasileira, pois em suma ela consistia “na criação de uma economia efetivamente nacional e em civilizar o capitalismo.” (Del Roio, 2000, p. 104) Ancorando-se nas determinações econômicas e elidindo a questão do poder político e da democracia, Prado Jr. não teria percebido as características capitalistas do processo por ele descrito e as suas decorrências políticas e sociais. Ou seja: ainda tratava-se de “uma revolução de cunho e conteúdo econômico e social burguês.” (Idem, p. 105)

Passados onze anos publicou-se “A Revolução Brasileira”, com o adendo “Perspectivas em 1977”, e Prado Jr. manteve uma posição assemelhada. Depois de constatar a exacerbação, pelo regime militar, da presença estatal na economia brasileira, estimulada pelo fluxo do capital estrangeiro, o autor registra as dificuldades enfrentadas pelo modelo desenvolvimentista adotado pelos militares. Conclui que a burguesia (falsamente anti-imperialista), inicialmente beneficiária de tal modelo, restou impotente e desprestigiada tornando-se “uma simples pedinte de favores junto aos órgãos governamentais” (Prado Jr., 1987, p. 266) e sem condições de fazer frente ao regime. O autor apostava que, frente à “crise econômica, social e política” os setores mais evoluídos da burguesia se aproximariam das camadas populares excluídas e marginalizadas, abrindo-se novas perspectivas “para a realização, em benefício do país e do seu povo em conjunto, das grandes reformas que nos elevarão como nação”. (Ibidem) Sob a análise de Prado Jr., a revolução dissolvia-se em futuras alianças.

A proposta reformista de Prado Jr. opunha-se, na prática, à contribuição de Florestan Fernandes, que em 1974 publicara *A Revolução Burguesa no Brasil*, considerado um dos clássicos da sociologia brasileira. Conforme a obra, a revolução burguesa não ocorreu, no Brasil, nos moldes inglês, francês ou norte-americano. O autor emprega “o conceito de ‘revolução burguesa’ como ‘tipo ideal’, isto é, como princípio heurístico e fio investigativo da origem, natureza e desdobramentos do capitalismo no Brasil.”<sup>49</sup> Ele sustenta que

em determinado momento a burguesia brasileira realizou o seu *movimento histórico* de uma forma que é especificamente contra revolucionária (em termos do padrão democrático-burguês ‘clássico’ de revolução nacional) e envolve uma ruptura com todo o arsenal ideológico e utópico inerente às ‘tradições republicanas’ da mesma burguesia. (Fernandes, 1975, p. 310) (Grifos originais)

Florestan Fernandes constata que o capitalismo dependente surge “articulado então com a emergência da fase monopolista (ou oligopolista) nas zonas de capitalismo competitivo original, configurando uma ordem neocolonial na periferia que reproduz um capitalismo competitivo.” (Del Roio, 2000, p. 110) Disso decorre que, considerando a “sua origem associada à oligarquia agrária e ao imperialismo”, (Idem, p. 111) a burguesia não promoverá a revolução nacional e democrática. Em contrapartida, a esperada transformação capitalista já teria ocorrido, mesmo sem uma ruptura definitiva com o passado. Isto é: a revolução burguesa no Brasil deu-se pela via autocrática e colonial. Daí a vocação “conciliadora” da política nacional e a prevalência de um modelo autocrático de democracia. Nesse cenário, a saída é “a retomada da revolução

---

<sup>49</sup> Muse, Ricardo. *O preço do passado*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 5 fev. 2006.

nacional e democrática que, como sujeito histórico, tem a grande massa de despossuídos e marginalizados, aglutinada em torno da classe operária”. (Idem, p. 113). Como escreveu o autor em exame

Acresce que a democracia de cooptação possui pouca eficácia e pouca ‘flexibilidade’ em nações capitalistas pobres, onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades. (...) Dentro da lógica dessas constatações, cabe perfeitamente admitir que as classes burguesas, apesar de tudo (...) acabarão submergindo no processo político que desencadearam, ao associar a aceleração do desenvolvimento capitalista com a autocratização da ordem social competitiva. (Fernandes, 1975, p. 365-366)

O advento da Nova República radicalizará a posição de Florestan, desdobrando formulações já presentes em A ditadura em questão, publicado em 1982. “A ‘crise da ditadura’ - escreve - coloca-nos diante de um processo histórico revelador: na América Latina, não só as revoluções que são interrompidas. As contrarrevoluções também.” (Fernandes, 1985, p. 9) Adiante, ele explicitará essa formulação.

O que a ‘nova república’ nos ensina é que a burguesia falhou (...) Onde a burguesia falha, a alternativa histórica procede do socialismo, da revolução proletária (...) Uma nova república sem aspas pode ser o ponto de partida de uma evolução desse tipo (...) (Idem, p. 94)

Todavia, essa nova formulação da teoria revolucionária brasileira, manifesta nas concepções de Florestan Fernandes, chegará tardiamente aos militantes que haviam dedicado suas vidas à revolução. O ciclo das lutas armadas já se encerrara. Adiante, dessas concepções se beneficiará o PRC, que se baseará nelas para orientar sua estratégia.

#### 2.4. Final de um ciclo revolucionário

As ideias que inspiraram a luta armada no país decorreram da afiliação dos vários grupos às diferentes teorias revolucionárias, ou de uma adaptação pragmática das mesmas à necessidade de agir. Elas vicejaram a partir de muitas dissidências, geradoras de novas organizações. A maior parte das organizações de esquerda que buscava a transformação do país através da revolução surgiu e atuou no período compreendido entre os anos 1961 e 1971.<sup>50</sup>

O ano de 1961 assinala a primeira ruptura nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB),<sup>51</sup> que desde 1922 hegemonizava as concepções sobre a aplicação do marxismo no Brasil e detinha a sua representação.<sup>52</sup> “Quase todas as organizações ou partidos (...) surgiram ou se formaram fazendo

<sup>50</sup> Segue-se aqui a periodização adotada por Daniel Aarão Reis Fº e Jair Ferreira de Sá, na obra *Imagens da revolução*.

<sup>51</sup> Fundado em 1922, o PCB adotou até 1961 o nome Partido Comunista do Brasil. Daí em diante, passou a denominar-se Partido Comunista Brasileiro. “Ao substituir ‘do Brasil’ por ‘Brasileiro’, pretendia-se obviar uma das alegações da cassação judicial de 1947, a de que o PCB não era um partido *brasileiro*, mas a Seção do Brasil da Internacional Comunista.” (Gorender, 1987, p. 33) Com o fim do Estado Novo, em 1945, o partido abandona a clandestinidade e é legalizado, tendo seu registro definitivamente cassado em 1948. Disponível na Internet. URL: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/trajetoria.asp>. 10 abr. 2006.

<sup>52</sup> O Partido Socialista Revolucionário (PSR), ligado a Quarta Internacional, se dissolveu em 1952, conforme informa Jacob Gorender, no seu livro *Combate nas trevas* (São Paulo: Editora Ática, 1987), à página 34. Foi fundado por dissidentes do PCB, em 1939, segundo registra o Centro de Pesquisa e Documentação Social da Universidade Estadual de Campinas. Disponível na Internet. URL: <http://www.ifch.unicamp.br/ael/index.html>. 10 abr. 2006. A Quarta Internacional designa a quarta refundação da Associação Internacional dos Trabalhadores. Surgiu por iniciativa de Lev Trotski, em oposição a Segunda e a Terceira, as quais acusava de “contra-revolucionárias”. Surgiu, portanto, sob a égide do trotskismo. “A pedra fundamental do trotskismo foi, e continua sendo, a tese da revolução permanente (...) Trotski via a transição para o socialismo como uma série de transformações (...) ligadas entre si e interdependentes (...) em diferentes conjunturas históricas. (...) Nesse processo, transcenderia as fronteiras geográficas (...) e passaria de sua fase nacional a uma internacional (...) A Quarta Internacional (...) desempenhou significativo papel como estímulo para um debate mundial (...) e para a criação de numerosos grupos trotskistas que buscavam uma estratégia revolucionária correta para o momento presente. (Bottomore, 1988, p. 395)

oposição ou tentando afirmar-se como alternativa ao PCB.” (Ferreira de Sá, Reis Fº, 1985, p. 11). Em fevereiro de 1961 surgiu a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP). Ela “destacou-se com as suas propostas sobre o caráter socialista da revolução brasileira. (...) A organização desempenhou papel importante na propaganda das idéias socialistas entre as várias tendências da esquerda brasileira, principalmente entre as dissidências do PCB”. (Ferreira de Sá, Reis Fº, 1985, p. 89)

Dez anos depois, em 1971, constituiu-se a Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), derivada da Ação Popular (AP), surgida em 1963<sup>53</sup> e formada a partir da Juventude Universitária Católica (JUC).<sup>54</sup> Nasceu marcada pela opção socialista, conforme seu documento base (Idem, p. 37) e

teve forte presença no movimento social de então, conquistando a hegemonia no movimento estudantil e influência significativa nas lutas e organizações dos trabalhadores rurais. Depois do golpe de abril (...) se formulou uma resolução política na qual se confirmava a opção socialista de 1963, complementando-a com a definição de luta armada de libertação nacional. (Idem, p. 36)

A AP-ML, conforme o seu Programa Básico, orientava-se “pelos princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo”. Seu programa de ação “inaugura uma nova fase na trajetória da Ação Popular, e da sua transformação em partido marxista-leninista”. (Idem, p. 293) A AP-ML terminou por incorporar-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), no qual

---

<sup>53</sup> Jacob Gorender, no livro “Combate nas trevas” afirma (p. 37) que a AP foi criada em 1962. O mesmo afirmam Haroldo Lima e Aldo Arantes, no livro “História da Ação Popular”, nas páginas 37-38.

<sup>54</sup> A JUC era o braço da Ação Católica no meio universitário. A Ação Católica tinha origens conservadoras e anticomunistas. Foi fundada pelo Cardeal Leme, do Rio de Janeiro. A JUC assumiu sua feição progressista em 1950, sob a influência do padre Hélder Câmara, nomeado assistente da Ação Católica em 1947 (Arantes e Lima, 1984, p. 27).

encontrou afinidades ideológicas, táticas e estratégicas. Além disso, achava-se “premida pelas condições do fascismo - que lhe dificultava o trabalho entre as massas”. (Arantes, Lima, 1985, p. 143) A decisão foi tomada em 1973, consolidada no documento datado de 17 de maio, denominado “Incorporemos ao PC do Brasil”. (Idem, p. 158)

O PC do B, por sua vez, também nasce nas fileiras do PCB. Seus fundadores reassumem a antiga sigla.

Em fevereiro de 62, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecido pela sigla PC do B. Consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas em nosso país. O PC do B se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e “reorganizado” em 1962. (Gorender, 1987, p. 34)

Enquanto a direita preparava “a maior conspiração das Américas”,<sup>55</sup> (Dreifuss, 1986, p. 373), a esquerda dividia-se e debatia-se em análises inconclusivas de problemas estruturais e conjunturais, pressionada pelo

---

<sup>55</sup> O movimento das Forças Armadas brasileiras para tomar o poder, em 1964, foi prévia e meticulosamente preparado. Herdeiros de práticas repressivas do Estado, os golpistas demonstraram uma “consciência nítida” da natureza e ordem dos movimentos de uma sublevação. Como registra Maria Helena Moreira Alves, em seu “Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)”, a tomada do poder de Estado foi precedida por uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros – em especial um grupo da Escola Superior de Guerra (ESG). “(...) A conspiração foi levada a efeito através de instituições civis de fachada, em especial do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). A Escola Superior de Guerra coordenava as iniciativas de conspiradores civis e militares. A necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para impor uma variante autoritária foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento ministrada na Escola Superior de Guerra (Alves, 1984, pp. 23-24)

agravamento em ritmo veloz das contradições sociais e políticas, nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho.

Tratava-se de enfrentar e resolver desafios colocados pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil: como harmonizar os interesses das indústrias modernas e dos setores agrários? Como conciliar as exigências do crescimento do capitalismo brasileiro com os interesses do capital internacional? Como conter a inflação sem afetar o ritmo do desenvolvimento? O que era necessário para fazer corrigir os desequilíbrios sociais e regionais agravados pelo surto industrial: o êxodo rural, a inchação das cidades, a favelização da população urbana? Até onde ir na democratização do regime político e na distribuição das riquezas? (...) Todos admitiam a necessidade de ‘reformas’. Mas o consenso era genérico: quando chegava a hora de definir meios e objetivos as divergências se radicalizavam de forma irremediável. (Reis Filho, 1990, p. 22)

Das 30 organizações de esquerda relacionadas<sup>56</sup> por Daniel Aarão Reis Fº e Jair Ferreira de Sá no livro *Imagens da Revolução*, apenas oito perduravam em 1971 (MR-8; PC do B; OCML-PO; PCBR; PC do B-AV; PCR; AP-ML; OC-1º de Maio). As demais foram eliminadas pela repressão do regime militar e/ou fundiram-se com outras organizações. Perduravam, ainda, o PCB e o

---

<sup>56</sup> 1) Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP); 2) Partido Comunista do Brasil (PC do B); 3) Ação Popular (AP); 4) Ação Popular Marxista-Leninista (APML); 5) Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PC do B-AV); 6) Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB); 7) Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); 8) Partido Comunista Revolucionário (PCR); 9) Movimento Estudantil 1º de Maio; 10) Organização Comunista 1º de Maio; 11) Organização; 12) Comandos de Libertação Nacional (COLINAS); 13) Ação Libertadora Nacional (ALN); 14) Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); 15) Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; 16) Partido Operário Comunista (POC); 17) Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PTR); 18) Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-PALMARES); 19) Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO); 20) Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR); 21) Dissidência do Estado do Rio de Janeiro (DI-RJ); 22) Movimento de Ação Revolucionária (MAR); 23) Resistência Democrática (REDE); 24) Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT); 25) Dissidência VAR-PALMARES (DVP); 26) Fração Bolchevique; 27) Movimento de Libertação Popular (MOLIPO); 28) Dissidência do Estado do Rio Grande do Sul (DI-RS); 29) Dissidência do Estado de São Paulo (DI-SP); 30) Política Operária (POLOP).

Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), fundado em 1953 e, por isso, como o PCB, não incluído na lista relativa ao período 1961-1971. Atualmente, persistem o PC do B e o PCB atuando na institucionalidade, embora este último esteja praticamente resumido a uma sigla histórica. Registre-se também o advento do Partido Pátria Livre (PPL), originário do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e fundado em 2009.<sup>57</sup>

Após 1971, a esquerda entra em declínio. Esse ano assinala o fim de um ciclo dominado

por concepções que supervalorizavam a capacidade de ação das vanguardas no quadro de um suposto impasse irreversível ao nível da dominação de classe. Pensava-se o Brasil como um barril de pólvora, uma chama “atearia fogo na pradaria”. É certo que a guerrilha do Araguaia, em 1972, dirigida pelo PC do B sugeriria, ao menos para os seus adeptos, que a chama da “moral ofensiva”, tão característica da Nova Esquerda,<sup>58</sup> mantinha-se viva. Pura ilusão. A destruição de mais esta tentativa fortaleceria a tendência esboçada, já em 1970, pelos primeiros documentos autocríticos, que,

<sup>57</sup> O PPL foi fundado em 21 de abril de 2009. O partido “se orienta pelos princípios e pela teoria do socialismo científico”, conforme o artigo 3º dos seus Estatutos. Disponível na Internet. URL: <http://partidopatrialivre.org.br/Documentos/Estatuto.htm>. 17 jan. 2011.

<sup>58</sup> A expressão “Nova Esquerda”, adotada pelos autores, abrange “as organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro - PCB - e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista.” (Ferreira de Sá e Reis Fº, 1985, p. 7) Anteriormente, na década de 1950, a expressão já fora adotada na Europa, mas de forma antagônica: a “nova esquerda” designava movimentos e organizações políticas que renegavam a esquerda tradicional, pela sua incapacidade de atender os temas contemporâneos e pela sua pusilanimidade frente ao stalinismo – entre outras razões. O tema foi detalhadamente estudado por Massimo Teodori, em obra de três volumes denominada originalmente *Storia delle nuove sinistre in Europa (1956-1976)*. Sob o título *Las nuevas izquierdas europeas (1956-1976)* foi publicada em 1978, pela Editorial Blume, Barcelona. O fenômeno “nova esquerda” também se manifestou nos Estados Unidos. No caso, renegando a polarização liberalismo-comunismo, e buscando referências “nas próprias tradições americanas”, como observa Rodrigo Farias de Sousa à p. 16 do seu livro *A nova esquerda americana* (RJ: Editora FGV, 2009) É interessante notar que, extinto o PRC, seus egressos organizaram-se em uma tendência petista denominada “Nova Esquerda”, que durou até 1992. [Nota do autor]

depois de uma fase de transição prolongada até 1973, se afirmariam reconhecendo novas realidades, propondo novos caminhos, inaugurando nova fase, caracterizada pela busca de formas legais de luta e pela admissão da situação de defensiva em que se encontrava o movimento popular e as organizações e partidos de esquerda no Brasil.” (Ferreira de Sá, Reis Fº, 1985, p. 12)

Os autores ressaltam, entretanto, que os militantes das organizações de esquerda não agiram como “instrumentos cegos ou teleguiados das teorias importadas”, (Idem, p. 20) tendo assimilado seletivamente as contribuições do movimento comunista internacional. Assinalam, entretanto, que em todos os casos os modelos de organização funcionaram “de forma semelhante na dinâmica da luta política (argumentos de autoridade, citações extraídas arbitrariamente dos textos, insuficiente ou quase nula compreensão da história das revoluções)” (Ibidem)

Além disso, entre as semelhanças “seria impossível deixar de mencionar o fato de que os intelectuais de classe média - homens e brancos - representam a grande fonte de quadros dirigentes de todas as organizações e partidos clandestinos.” (Ibidem). Assemelhadas também eram as faixas etárias: “a média de idade beirava freqüentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos.” (Idem, p. 15) Conforme Marcelo Ridenti, em seu livro “O fantasma da revolução brasileira”,<sup>59</sup> 51,8% dos militantes vinculados à luta armada processados pelo regime militar tinham até 25 anos. A faixa dos 26 a 35 anos abarcava 34,1%. (Ridenti, 1993, p. 123) Como nota o autor, “Considerável parcela dos estudantes radicalizados em 1967 e 1968 não viveu conscientemente

---

<sup>59</sup> Publicado em 1993 pela Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Os dados são originários do Projeto “Brasil Nunca Mais”. “Projeto A”, 6 tomos, 12 v. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

o processo político de 1964, quando ainda era muito jovem.” (Idem, p. 164)  
 Mas, ainda jovens,

acorreram preferencialmente para as ‘novas esquerdas’, únicas alternativas visíveis ao PCB, cuja estrutura arcaica e stalinista não era capaz de dar conta da complexidade da sociedade brasileira, nem da novidade dos movimentos sociais dos anos 60, tampouco da transformação revolucionária da ordem estabelecida - a julgar pelo fracasso da política do Partido em 1964 e, principalmente, pela ausência de resistência do PCB ao golpe, o que abalou moralmente grande número de militantes e simpatizantes, especialmente os mais jovens. (Idem, p. 120)

Ridenti registra também que os mais velhos não deixaram de integrar grupos clandestinos. “Especialmente militantes veteranos, dissidentes do PCB, tiveram destaque nas lideranças de grupos guerrilheiros, casos notórios de Carlos Marighella e de Joaquim Câmara Ferreira (ALN), Apolônio de Carvalho e Mário Alves (PCBR), entre outros”. (Ibidem) O fim do ciclo histórico da luta armada consumou-se ainda nos primeiros anos da década de 1970.<sup>60</sup> Persistiu o PC do B, cuja estrutura partidária sobreviveu à derrota na Guerrilha do Araguaia, por ele promovida em 1972. É desse partido que nascerá o PRC, basicamente.

---

<sup>60</sup> Das organizações que sobreviviam em 1971, o MR-8 foi dizimado em 1972, passando depois à luta institucional; a OCML-PO desfez-se em dissidências; o PCBR foi dizimado em 1973; a AP-ML dissolveu-se no PC do B, enquanto a PC do B-AV deixou o partido e aderiu ao nascente PRC; O PCR persistiu até 1981, tendo sido refundado em 1995. [Nota do autor]

### 3. A GÊNESE DO PRC E O PC DO B

Os fatos que levaram ao surgimento do PRC localizam-se especialmente em uma dissidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B). As divergências causadoras da cisão manifestam-se de modo substantivo a partir de 1979 e dizem respeito basicamente à falta de democracia interna. Instâncias regionais e bases partidárias declaravam-se privadas de opinar sobre temas fundamentais como o caráter da revolução, a estratégia de aliança de classes e as formas de poder possíveis no socialismo pré-comunista, por exemplo. E reclamavam a realização de debates sobre a guerrilha do Araguaia.

#### 3.1. A dissidência se organiza

Os militantes descontentes com os rumos do partido consideravam, portanto, que os debates reclamados obrigatoriamente abrangeriam a avaliação da guerrilha do Araguaia, episódio que deveria expressar e sintetizar, na ação prática, as concepções teóricas do Partido e suas decorrências, jamais discutidas no âmbito partidário.

Para suprir essa deficiência partidária começaram a agir de forma articulada, reivindicando a realização do VI Congresso do Partido Comunista do Brasil. Quando este finalmente foi realizado, em janeiro de 1984, sob a condução dos futuros dissidentes, já tinham transcorrido praticamente 24 anos do último Congresso. Isto é: desde a sua separação do Partido Comunista Brasileiro o PC do B realizara um único Congresso, quando a sua dissidência foi ratificada.<sup>61</sup> Conforme as normas estatutárias, a convocação do Congresso

---

<sup>61</sup> Realizado antes da cisão com os comunistas que mudaram o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, o V Congresso do PC do B “ocorreu entre 28 de agosto e 6 de setembro de 1960, no Rio de Janeiro, num local público: a Associação Brasileira de Imprensa. Seus trabalhos, entretanto tiveram início em abril daquele ano, quando as *Teses* foram publicadas, dando início ao debate dentro do partido.” Buonicore, Augusto e Ruy, José Carlos (Orgs.) *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. SP: Anita Garibaldi, 2010, p. 100.

dependia de iniciativa do Comitê Central (CC) ou da Conferência Nacional do Partido (CN), instância composta por membros do CC e por delegados indicados pelos Comitês Regionais (CRs). Também podia ser convocada por um ou mais CRs, desde que aprovada por maioria. O desacordo com a direção partidária adquiriu dimensões militantes nos Comitês Regionais da Bahia, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, envolvendo também quadros no Rio Grande do Sul. As mobilizações com vistas efetivamente à realização do Congresso ocorreram a partir de uma Reunião Nacional de Consultas, organizada pelos dissidentes em setembro de 1980.<sup>62</sup> Essas mobilizações foram secundadas por manifestações como a do CR baiano abaixo citada, em janeiro de 1980, propondo a realização do Congresso.

No documento, “alicerçado na consulta e aprovação dos militantes”, o Comitê Regional relaciona os motivos da proposta, a começar pelo “aprofundamento do debate sobre a luta guerrilheira do Araguaia”. Tarefa considerada “premente e inadiável”, pois o evento “constituía-se no centro da nossa estratégia e da nossa tática”.

Nele, estavam concentrados o entendimento e definições teóricas e práticas do Partido sobre o caminho da luta armada no Brasil, a concepção de aliança operário camponesa, o papel da classe operária e o Partido como força de vanguarda, a própria concepção de Partido leninista e do centralismo democrático, o papel da vanguarda revolucionária e o papel das massas e a relação entre o aspecto militar e o político na revolução.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Reunião Nacional de Consultas. *Convocatória do VI Congresso (Extraordinário) do P. C. do Brasil*. Setembro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Passo Fundo/RS (NDH-PPGH/UPF). Acervo PRC - Especial. Documento nº 35.

<sup>63</sup> Comitê Regional da Bahia. *Ao Comitê Central. Ao Partido*. Janeiro de 1980. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 34, p. 01.

Dirigido ao Comitê Central, o documento alinha outras preocupações: a postura do Partido diante dos problemas teóricos da revolução brasileira; a ligação do partido com as amplas massas trabalhadoras e com a classe operária em particular; a negligência na formação da consciência socialista da classe operária, bem como na própria formação de seus quadros e militantes; a concepção de Partido leninista e de centralismo democrático; a postura em relação ao PC chinês. Deste, o PC do B estava a se afastar de forma que surpreendia a sua militância, denunciando o pensamento de Mao como “anti-marxista-leninista” - depois de, durante quase vinte anos, orientar seus militantes a utilizá-lo como fundamento para a “aplicação e elaboração” da linha partidária.<sup>64</sup>

A manifestação dos comunistas baianos em 1980 sintetizava as inquietações que uniram os descontentes e nortearam os debates até o racha definitivo. Elas também estão bem expressas no texto denominado O “Racha”, publicado no boletim dissidente *Tribuna de Debates*, originário do CR do Pará.

Dos métodos à política, das questões teóricas às questões orgânicas, de quase tudo se discordava em relação à ala direita do Partido, capitaneada por João Amazonas. O Congresso era necessário, mas os “amazonistas” não o queriam realizar. Pedia-se liberdade de discussão, centralismo democrático, direitos estatutários, questionamentos teóricos - e atos administrativos era a resposta.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> Comitê Regional da Bahia. Op. cit., pp. 02-05, passim.

<sup>65</sup> Documento de autoria do militante de codinome Chico, integrante o CR do Pará. (NHD-PPGH/UPF – Acervo PRC - Especial)

Tais inquietações não haviam sido contempladas pela última conferência do PC do B, a VII Conferência Nacional (CN), realizada em junho de 1979, sob as orientações do CC já então contestado. Ela ratificou as posições partidárias contestadas pelos dissidentes.

### 3.2. O PC do B firma suas posições

Reagindo à pressão dos dissidentes, o PC do B tratou de firmar suas posições. Sem a realização do congresso partidário a Conferência representava a instância máxima do Partido. Naquele mês o jornal *A Classe Operária*<sup>66</sup> publicou o relato do CC comunicando a sua realização, nos dias 8 a 20 de junho, “a todos os militantes e amigos do Partido, aos trabalhadores e ao povo”.<sup>67</sup> Sob a ótica dos dissidentes, o relato só poderia reforçar as suas convicções contestatórias e justificar as manifestações posteriores à referida Conferência, como as registradas na citação acima. Depois de afirmar que “a estrutura revolucionária da vanguarda da classe operária” brasileira não fora abalada nem “pela reação sanguinária dos generais fascistas”, nem “pelos golpes traiçoeiros dos revisionistas” e que o Partido jamais deixara “de atuar e cumprir seu dever junto aos trabalhadores e ao povo”,<sup>68</sup> o CC relata que a VII Conferência

---

<sup>66</sup> O artigo foi publicado na edição nº 137 do jornal, mas circulou no meio partidário em texto datilografado, com pouco mais de seis folhas. Considerado “órgão central” do PC do B, o referido jornal foi relançado em 1962. Deixara de circular em 1948, “sob forte repressão”. Lançado em 1º de maio de 1925, esteve quase sempre na clandestinidade. Rebelo, Apolinário. *Os 80 anos de “A Classe Operária” - O jornal de esquerda mais antigo do país*. In: Centro de Documentação e Memória - Fundação Maurício Grabois. URL: [http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id\\_sessao=50&id\\_publicacao=188&id\\_indice=1505](http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=188&id_indice=1505). Sítio consultado em 03 fev. 2012.

<sup>67</sup> Comitê Central. *A VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*. Junho de 1979. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 33, p. 01.

<sup>68</sup> Comitê Central. Op. cit., p. 01. Há trechos nos quais o documento extrapola a retórica dos documentos comunistas da época adotando uma grandiloquência exacerbada. Na mesma página, por exemplo, lê-se: “Acontecimento marcante na vida do Partido, a VII Conferência será, sem dúvida, um marco de significação política para o proletariado e o povo brasileiro que lutam abnegadamente contra o regime militar, encontram na orientação e atuação do nosso Partido, o elemento essencial para levar adiante e até a vitória a grande causa da liberdade e da emancipação nacional e social.”

fez uma análise aprofundada da situação internacional, das questões relativas ao movimento comunista, da crise política do país e suas perspectivas, da experiência da luta armada no Araguaia. No plano partidário examinou a orientação tática a seguir frente aos acontecimentos no Brasil, dos problemas de organização e do fortalecimento do Partido.<sup>69</sup>

Para a presidência de honra da Conferência, da qual “participaram representantes de quase todos os Comitês Regionais” foi indicado “sob aprovação geral, o nome do camarada Enver Hodja.”<sup>70</sup> A Conferência se posiciona, em linhas gerais, como o abaixo descrito.

a) Situação internacional e movimento comunista - acentuam-se as manifestações da “crise geral do capitalismo em decomposição” que não divisa, “nem a médio nem a longo prazo, uma saída da crise que se aprofunda e que se pode transformar em crise crônica”; as duas superpotências [EUA e URSS] “preparam intensamente uma nova guerra de rapinas, que é também estimulada pela China”; “a ideia de revolução amadurece na consciência dos explorados e oprimidos”, estimulada pelas “grandes greves e choques com a repressão”; a isto se soma “a luta revolucionária aberta dos povos: no Irã, no Oriente Médio, na América Latina e em outras regiões”. Este cenário indicava, conforme os dirigentes máximos do PC do B, que a revolução avançava “por diferentes caminhos”. O bastião do socialismo localizava-se na Albânia, enquanto caía a máscara do revisionismo chinês. Nessa Conferência formaliza-se, então, o rompimento com o Partido Comunista da China (PCCh). A justificativa foi breve. Segundo o documento, uma

---

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> Então líder máximo do Partido do Trabalho da Albânia (PTA).

apreciação fundamentada considerou em todos os seus aspectos a falsidade da teoria dos três mundos<sup>71</sup> que pretende ser a estratégia geral do movimento revolucionário. Demonstrou que essa teoria é uma tentativa de dividir o movimento marxista-leninista (...) O pensamento Mao Tsetung constitui o fundamento teórico da corrente revisionista chinesa. Desde há muitos anos, em particular depois que assumiu a direção do Partido Comunista da China Mao Tsetung tergiversou ideias básicas da doutrina científica da classe operária (...) Em vários dos seus trabalhos está expressa a linha de raciocínio que conduz à teoria tri-mundista e ao revisionismo chinês. A obra e a atuação de Mao Tsetung contrapõem-se em essência, à ciência social de Marx, Engels, Lênin e Stálin e aos objetivos do socialismo proletário.<sup>72</sup>

Em 21 linhas datilografadas,<sup>73</sup> acima sintetizadas, o PC do B rompe com a tradição revolucionária chinesa e seus pressupostos teóricos, sob cuja orientação

---

<sup>71</sup> Terminologia criada por Mao Tse-Tung, a partir da qual explicava as alianças chinesas internacionais e os desdobramentos de sua concepção de revolução. Classificava os países em Primeiro Mundo (as superpotências da época: EUA e URSS), Segundo Mundo (aliados das superpotências) e Terceiro Mundo (Países Não-Alinhados). No Brasil, o tema foi analisado por Nelson Levy, no livro *A crise do Imperialismo e a Revolução - Análise crítica da teoria dos três mundos*. (SP, Brasil Debates, 1980). Recurso teórico, utilizado praticamente apenas no âmbito comunista, confunde-se com a classificação tradicionalmente adotada pela teoria política e pela sociologia. Segundo esta, conforme Eric Hobsbawm em seu livro *Era dos Extremos - O Breve Século XX*, o Primeiro Mundo seria constituído pelos países capitalistas desenvolvidos, o Segundo Mundo pelos países comunistas desenvolvidos e o Terceiro Mundo pelos “estados pós-coloniais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, junto com a maior parte da América Latina que também pertencia visivelmente às regiões dependentes no velho mundo imperial e industrial”. (SP: Cia. das Letras, 1995, p. 349). Ainda conforme Hobsbawm, o termo teria sido cunhado em 1952. Ele dá como fonte a obra *The end of the Third World*, de Nigel Harris (Harmondsworth, 1987)

<sup>72</sup> Comitê Central. Op. cit., p.03.

<sup>73</sup> Em 1981, o CC justificará o posicionamento da VII Conferência: “Esta questão já vinha sendo amplamente levantada pela direção do Partido no exterior e pelo movimento comunista mundial. Vários documentos a respeito chegaram ao conhecimento do Partido. Já anteriormente se contestara posições falsas do PCCh. O modo como foram tratadas as discordâncias com esse Partido estão examinadas, de um ponto de vista autocrítico, no documento ‘Breve histórico de nossas divergências com o Partido Comunista da China’.” Partido Comunista do Brasil. *Informe do Comitê Central*. Março de 1980. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 29, p. 13.

e inspiração atuara oficialmente durante 16 anos, no mínimo.<sup>74</sup> Foi sob a influência do maoísmo e dos sucessos da revolução chinesa que os futuros dirigentes do PC do B romperam com o PCB em 1962.<sup>75</sup> Como registra Daniel Aarão Reis Filho, os dissidentes eram cada vez mais influenciados pelas “referências defendidas pelo maoísmo, apesar das suas ambiguidades”. (Reis Filho, 1991, p. 125) Criticando o “revisionismo” soviético, o maoísmo

propunha a luta pela manutenção do que entendia serem os princípios essenciais do marxismo-leninismo: a hegemonia proletária na luta revolucionária, a revolução violenta, a aliança prioritária com os camponeses, a ditadura do proletariado no processo da construção do socialismo. (Idem, p. 126)

O rompimento vinha acompanhado de outra decisão polêmica: a guinada em direção ao comunismo albanês, fundamentada em três linhas datilografadas, assim escritas: “Exprimindo a opinião recolhida pelo Partido a VII Conferência acentuou a necessidade de ser fortalecida a unidade do movimento marxista-leninista internacional tendo à frente o PTA.”<sup>76</sup> E assim o Partido dava por alteradas as suas concepções revolucionárias.

b) Situação nacional - ocorreram mudanças na estrutura e na superestrutura, com o crescimento do setor industrial e o avanço do capitalismo

<sup>74</sup> Os comunistas do PC do B romperam oficialmente com o comunismo soviético em 1963, “passando a compor o recém criado movimento marxista-leninista sob liderança maoísta”, conforme informa Daniel Aarão Reis Filho, às pp. 125-126 do vol. I da coleção História do Marxismo no Brasil - O impacto das revoluções (Moraes, João Quartim de; Moraes Fº, Evaristo de; Reis Fº, Daniel Aarão; Sader, Emir; Santos, Raimundo; Zaidán, Michel. RJ: Paz e Terra, 1991). O texto, denominado O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros, constitui o capítulo IV do referido livro.

<sup>75</sup> Em seu sítio na internet o PC do B mantém a justificativa genérica que historicamente apresentou como o principal motivo para a cisão: em Conferência Extraordinária realizada em 18/02/1962, os dissidentes reorganizaram o Partido “na luta contra o oportunismo de direita”, preservando a sigla PC do B, para “se diferenciar do PC Brasileiro oportunista”. Consulta em 02. fev. 2012. URL - <http://www.pcdob.org.br/interna.php?pagina=1960.htm>.

<sup>76</sup> Comitê Central. *A VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*. Junho de 1979. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 33, p. 02.

no campo; “ampliaram-se os grupos monopolistas da grande burguesia, em geral ligada ao imperialismo”; o Brasil cresceu “como simples prolongamento dos interesses imperialistas”; a dívida nacional chega aos 50 bilhões de dólares; aumentou a dependência ao capital financeiro; a classe operária cresceu quantitativa e qualitativamente, elevando-se o “peso específico” do proletariado, que chegava a oito milhões; ampliou-se o latifúndio, determinando “forte êxodo rural”; na burguesia “houve certos deslocamentos em favor dos grandes grupos monopolistas”; as mudanças acentuavam o “papel fundamental da classe operária”, definida como “a força objetivamente mais revolucionária da revolução brasileira”.

c) Situação política - a crise do mundo capitalista se faz sentir no Brasil, com a inflação ultrapassando a casa dos 50%; “faltam gêneros de primeira necessidade”; “a situação das massas trabalhadoras é das mais difíceis”; “no campo há situação de fome e abandono”; a repressão persistia e torturadores continuavam impunes; “o governo concentra seus esforços no sentido de decompor a oposição que reuniu forças poderosas contra o regime arbitrário mediante concessões secundárias”; “o descontentamento se amplia”.

A análise de conjuntura da Conferência aborda outros aspectos da cena política da época, como a referência a uma parte da burguesia que tentava “formular novo modelo econômico e político visando o fortalecimento do capitalismo brasileiro sem prescindir do capital estrangeiro”. Ou como indícios de “diferenciação” nas “Forças Armadas reacionárias”, onde grupos buscavam alianças com setores das classes dominantes, enquanto a média e pequena empresa nacional demonstravam pendores nacionalistas. Descrito o cenário, o CC considera que se gestava uma situação revolucionária, ainda imprecisa,

talvez iminente, pois “quanto mais as forças reacionárias de opõem ao justo anseio das massas, mais crescerão as lutas e as exigências de mudanças”.<sup>77</sup>

d) Orientação tática - “tendo em vista possíveis desdobramentos revolucionários no Brasil” a Conferência ratificou o conteúdo do Manifesto à Nação, publicado em março daquele ano. Prosseguia a luta por “uma Constituinte livremente eleita, convocada por um governo provisório democrático”; “abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrários e de anistia ampla, geral e irrestrita”; recomenda-se a formação de uma “ampla frente democráticas que agrupe todas as forças de oposição sob bandeiras democráticas e populares”; como alvo principal, indicava o governo de Figueiredo e o regime militar; a situação vivida pelo país exigia uma “solução revolucionária”, sendo necessário por em destaque, “como palavra de ordem de propaganda, a criação de um novo regime de democracia popular”.<sup>78</sup>

e) Luta no Araguaia - foi saudada como “um grande feito”; “como marco do movimento popular e revolucionário brasileiro”. Para a Conferência, a “resistência Armada do Araguaia (...) converteu-se em um patrimônio comum de luta do povo brasileiro mostrando as possibilidades existentes de mobilização e atualização revolucionária no campo.”<sup>79</sup> Essa foi, em síntese, a avaliação da Conferência sobre a guerrilha. As transcrições acima foram extraídas de um parágrafo de 14 linhas, onde também consta a informação de que a discussão foi baseada no documento “Gloriosa Jornada de Luta”, de agosto de 1976. Os presentes na Conferência não se dispunham à crítica reclamada pelos dissidentes, dedicando-lhe um parágrafo de um documento com mais de seis folhas datilografadas. Ademais, evocou o texto antes citado, que já fora

---

<sup>77</sup> Comitê Central. Op. cit., p. 04.

<sup>78</sup> Op. cit., p. 05.

<sup>79</sup> Ibidem.

desconsiderado pelos dissidentes.<sup>80</sup> A VII Conferência não deixou, registre-se, de recomendar ao CC “o prosseguimento do exame da *experiência* [grifo meu, PLSO] do Araguaia”.<sup>81</sup>

Tal como fez ao analisar a situação nacional, destacando a classe operária como “a força objetivamente mais revolucionária da revolução brasileira”, no parágrafo seguinte à análise da guerrilha, o documento volta a mencioná-la. Isto, a propósito do “papel destacado que jogam as cidades no processo da luta revolucionária”.<sup>82</sup> Contraditoriamente, o texto “Gloriosa Jornada de Luta”, que a Conferência tomou como base para referir-se ao Araguaia, considera o campo como “o cenário favorável ao desenvolvimento das ações revolucionárias do nosso povo”.<sup>83</sup> Preservava, portanto, a premissa da “submissão da cidade ao campo”, uma das premissas do maoísmo. Desse modo, a Conferência ratificou o que os dissidentes consideravam contradições ou equívocos, bem como atacou os rebeldes.

### 3.3. A dissidência se consuma

Os rebeldes moveram-se para concretizar a dissidência, enquanto forçavam o debate com a direção partidária. Os críticos à linha oficial do Partido reivindicavam bem mais do que apresentava o documento oficial da VII Conferência:

A crítica deve insistir nos erros de método, estilo, comportamento e funcionamento do

---

<sup>80</sup> Comitê Central. *Gloriosa Jornada de Luta*. Setembro de 1976. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 31. Publicado no jornal *A Classe Operária* nº 109, em setembro de 1976, circulou preliminarmente em texto datilografado, com oito folhas. O texto é laudatório ao episódio, como indica o seu título. Ao seu final, afirma: “O Araguaia é exemplo de ousadia, firmeza e tenacidade que alenta os democratas e patriotas.” (p. 08) Em nenhuma passagem o texto admite que os guerrilheiros foram derrotados pelas Forças Armadas brasileiras.

<sup>81</sup> Comitê Central. *A VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*. Junho de 1979. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 33, p. 06.

<sup>82</sup> Comitê Central. Op. cit., p.05.

<sup>83</sup> Comitê Central. *Gloriosa Jornada de Luta*. Setembro de 1976. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 31, pp. 06-07.

Partido, em cima do padrão de centralismo que ele adota, e deve revelar todas as matizes e matrizes ideológicas que estão na base disso tudo. Mas ela deve agora enfatizar uma outra vertente muito mais fecunda: a que consiste em vasculhar todo o embasamento da linha política do Partido, que não é, de fato, marxista, que se apoia numa composição de fundamentos onde despontam ideias de Mao-Tsé-Tung, Ernesto “Che” Guevara, Stalin, entre outros.”<sup>84</sup>

À persistência dos seus quadros rebeldes, o PC do B reagiu com severidade. Em detalhado documento,<sup>85</sup> o Comitê Central registrou “O aparecimento de divergências”. Antes de abordá-las, apela à união “em torno dos princípios do marxismo-leninismo e do Comitê Central”, alude à multiplicação dos “protestos de massas, nas cidades, contra a política do governo”, ao “ascenso do movimento democrático” e ao crescente “ódio dos camponeses aos latifundiários e grileiros”. Lamenta a situação, adverte os militantes, proíbe a difusão de materiais divergentes e assim encerra o texto introdutório:

Justamente neste momento, quando maior é a importância da coesão e da combatividade das fileiras comunistas, alguns setores partidários, sobretudo em São Paulo e na Bahia, tentam criar a discórdia em nosso

---

<sup>84</sup> Comitê Regional da Bahia. *Sobre a nossa concepção de estratégia e tática (um roteiro para discussão)*. Janeiro de 1980. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 13, p. 06.

<sup>85</sup> Partido Comunista do Brasil. *Informe do Comitê Central*. Março de 1980. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 29. Circulou internamente com 26 páginas datilografadas, com entrelinhas mínimas.

meio. (...) O conjunto do partido deve repudiar esse procedimento desagregador. Quando se trata de preservar os interesses essenciais da classe operária e da revolução que o nosso Partido representa, não cabe a indecisão e o conformismo. Todos os militantes fiéis à causa do proletariado têm de cerrar fileiras em torno de seu Partido. (...) E não permitir a difusão entre os militantes de materiais de ataque ao partido. (...) O Partido Comunista do Brasil é indestrutível. (...) Ninguém conseguirá afastá-lo do seu caminho revolucionário.<sup>86</sup>

Ao analisar as divergências o CC responde às questões apresentadas especialmente pelo CR da Bahia e pela Estrutura-1 (E-1), de São Paulo. Elas abarcavam as principais indagações e representavam o grosso do material divergente produzido. Maior atenção foi dedicada ao exame das formulações originárias da E-1, e sua análise ilumina a lógica que orientava as decisões do CC. Principalmente na refutação à pauta do Congresso proposto pelos paulistas. Primeiramente, os dirigentes partidários condenam a iniciativa da E-1, cujos integrantes movimentavam-se nacionalmente defendendo a realização do Congresso à revelia do Comitê Central, sendo que isto feria os Estatutos e transformava a referida Estrutura-1 “num centro de luta contra o Partido e suas decisões”. Em seguida classificam a ordem do dia proposta para o Congresso como “liquidacionista”.

Para chegar a essa conclusão, afirmam que a E-1 ignora os conhecidos propósitos e objetivos de um congresso partidário onde, ordinariamente, “se debatem questões precisas”, como a elaboração ou modificação do Programa, dos Estatutos ou da linha política, entre outras. No caso de congressos extraordinários a ordem do dia deveria ser fixada “em função de terminadas

---

<sup>86</sup> Partido Comunista do Brasil. Op. cit., p. 01.

questões, bem demarcadas, questões em torno das quais surgiram divergências sérias ou sobre as quais se faz necessária a ratificação do conjunto do Partido.”<sup>87</sup>

Ao contrário do que possa parecer, E-1 não atendia tais propósitos e objetivos. Segundo entendia o CC a referida Estrutura “pretende, porém, a convocação de um Congresso não em torno de questões determinadas, mas de questões gerais que abrangem a concepção mesma do Partido, o seu passado, a sua linha, as decisões dos seus órgãos superiores.”<sup>88</sup> Para o CC, os propósitos e objetivos estranhos ao espírito de um congresso estavam comprovados na ordem do dia proposta, assim discriminada no documento:

a) discussão sobre a guerrilha do Araguaia (e dentro dessa questão: a interpretação dada pelo Partido às leis gerais da revolução; a relação entre o papel de vanguarda e das massas; a concepção de partido leninista; o centralismo democrático; o princípio de direção coletiva; a relação entre o militar e o político); b) discussão sobre debilidades orgânicas, apontadas como resultado da linha política, das concepções e métodos organizativos que delas dimanam; c) discussão sobre a ligação do Partido com as massas e, em particular, com a classe operária. (Aqui se afirma que o Partido deixou de se implantar na classe operária como consequência de problemas teóricos, políticos e organizativos não resolvidos); d) discussão sobre a atitude do Partido diante dos problemas teóricos do movimento comunista e da revolução brasileira, dizendo-se que as debilidades que existiram nesse campo “são questões de concepção geral a respeito da própria teoria e do próprio método de análise do marxismo-leninismo”;

---

<sup>87</sup> Idem, p. 08.

<sup>88</sup> Ibidem.

e) discussão a respeito de “concepções gerais sobre o Partido de tipo leninista, em particular sobre o centralismo-democrático e o princípio da direção coletiva”. (Aqui se inclui o questionamento da VII Conferência, o funcionamento orgânico do Partido, a crítica às posições adotadas pelo Partido na luta contra o oportunismo chinês, a recusa das duas estruturas em São Paulo, etc.).<sup>89</sup>

A longa citação justifica-se para a boa explicitação do seu corolário, que vinha a ser o liquidacionismo nela contido. Para o CC, aceitar tal proposta equivalia a “por em jogo a vida do Partido (...) porque em essência visa (...) a transformar o caráter do nosso Partido (...) a liquidá-lo tal como ele é, para dar lugar ao surgimento de outro partido”.<sup>90</sup> Assim, as demandas dos divergentes seriam despropositadas, pois

Depois de tudo isto, se pode pergunta; afinal, o que resta? Que questões precisas, determinadas, devem ser tratadas? Como se vê na proposta, trata-se de discutir os fundamentos mesmos do Partido, sua orientação geral, seu passado e seu presente, uma discussão que envolve a própria existência do Partido, tal como foi estruturado e alicerçado quando da sua reorganização em 1962.<sup>91</sup>

Nas argumentações que sustentavam as divergências o CC não identificava inquietações legítimas, mas um ataque ao Partido. “Na realidade, tudo serve para atacar o Partido”, afirmavam os dirigentes, atribuindo aos formuladores das propostas divergentes “incapacidade de compreender o

<sup>89</sup> Partido Comunista do Brasil. *Informe do Comitê Central*. Março de 1980. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 29, pp. 08-09.

<sup>90</sup> *Idem*, p. 09.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

condicionamento histórico de todo o processo de desenvolvimento social, o caráter multilateral e complexo da luta de classes”.<sup>92</sup> A amplitude das críticas os fazia temer a extinção do Partido. Foram respondidas em linhas gerais, no documento (que abordou também questões específicas, como o afastamento de militantes de instâncias partidárias, por decisão do CC). Eis as respostas a quatro das críticas, em seus argumentos fundantes: a (1) questão do Araguaia, a (2) inserção na classe operária, o (3) enfrentamento dos problemas teóricos e o (4) rompimento com o maoísmo.

No caso da (1) derrota do Araguaia, se de fato tivesse ocorrido, isto não comprovaria seu erro, necessariamente. Em favor desse raciocínio invocavam a derrota (entre outras lutas do proletariado) da Comuna de Paris, à qual Marx não classificou como derrota. A isso, agregavam: “é distinto o critério marxista-leninista de julgar as derrotas: nem toda derrota é ocasionada por erro de orientação. A luta pode ser justa, correta, e ser derrotada.”<sup>93</sup> Quanto às (2) relações com a classe operária, o CC lembrava: “Nós fomos um dos iniciadores do movimento de oposição sindical em São Paulo, no Rio e noutros Estados dentro das limitações existentes. (...) Editamos vários folhetos e publicamos diversos artigos (...) de orientação para a atividade nos sindicatos e nas fábricas.”<sup>94</sup> No que diz respeito aos (3) problemas teóricos, afirma:

Nestes 18 anos de vida partidária foram elaborados vários materiais teóricos sobre a revolução brasileira, sobre o Partido, sobre a história do País, sobre a luta internacional da classe operária (...) Certamente não estamos de acordo com a ideia da proposta da E-1 de que “a teoria revolucionária do Partido” não é algo já estabelecido. Defendemos a opinião

---

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> Op. cit., p. 10.

<sup>94</sup> Idem, p. 11.

de que a teoria do Partido é algo desde há muito estabelecido. Lênin foi o criador dessa teoria. Jamais dissemos que a teoria era algo pronto e acabado como se afirma na proposta. Mas dissemos que o marxismo-leninismo é uma teoria exata.”<sup>95</sup>

Por fim, relativamente ao (4) rompimento com o maoísmo, foi considerado “uma séria incompreensão” julgar que ele não poderia ter sido denunciado como antimarxista-leninista “sem que, previamente, o tema fosse debatido no Partido”. Tal como se manifestaram os dirigentes, não procedia a afirmação de que “os problemas importantes da nossa luta primeiro têm que ser debatidos no Partido e somente depois a direção pode sobre eles se pronunciar.” Reforçando essa concepção, o CC indaga: “Então, para que serve a direção?”<sup>96</sup> Além disso, o Partido produzira o documento Breve histórico das nossas divergências com o Partido Comunista da China e explicitara publicamente suas posições “não em forma de polêmica (...) mas na forma de defesa da nossa linha e do marxismo-leninismo.”<sup>97</sup>

Em seu Informe o Comitê Central, portanto, não somente deixava de atender as indagações como as julgava descabidas. Os críticos à linha oficial do Partido mantiveram-se ativos e em setembro do mesmo ano convocaram uma Reunião Nacional de Consultas, da qual resultou a convocação de um congresso extraordinário.<sup>98</sup> Nessa Convocatória, os rebeldes invocavam a desobediência, pelo CC, do 10º artigo dos Estatutos, segundo o qual Comitê Central deveria consultar os Comitês Regionais no caso de um ou mais deles propor a realização de um Congresso. No caso, os CRs da Bahia e de São Paulo (E-1) haviam feito tal proposta. “Entretanto, o CC, por decisão da maioria artificial que se formou

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Op. cit., p. 13.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Reunião Nacional de Consultas. *Convocatória do VI Congresso (Extraordinário) do P. C. do Brasil*. Setembro de 1980. NDH-PPGH/UPF). Acervo PRC - Especial. Documento nº 35.

dentro dele após a chacina da Lapa,<sup>99</sup> não só deixou de fazer esta consulta organizada como se colocou imediatamente contra ela.”<sup>100</sup>

Depois de recapitular o comportamento discricionário dos dirigentes, o desrespeito às normas partidárias e à tradição marxista-leninista, bem como evocar o papel estruturante e político da instância congressual, a Reunião Nacional de Consultas decide considerar “sem efeito todas as medidas punitivas adotadas irregularmente contra diversos organismos e camaradas”.<sup>101</sup> Decide também realizar antes do Congresso uma Conferência Nacional Extraordinária “destinada a elaborar uma proposta de ordem do dia, estabelecer normas preparatórias, abrir a ‘Tribuna de Debates’ e tomar as medidas necessárias à realização do Congresso”.<sup>102</sup> Passando a atuar de forma efetivamente organizada, reunindo-se na autodenominada Esquerda, identificada pela sigla PC do B (E), os rebeldes rumaram para o VI Congresso (Extraordinário) do PC do B.

Em outubro de 1981 promoveram a VIII Conferência, já assumindo-se como dirigentes máximos do Partido. Isto está demonstrado na Circular sobre a referida Conferência Nacional,<sup>103</sup> distribuída em novembro do mesmo ano. Segundo o documento, a Conferência fora convocada para debater o Projeto de Teses sobre o Programa (elaborado por uma Comissão de Teses) e as Normas para o Congresso.

---

<sup>99</sup> A expressão “chacina da Lapa” designa o extermínio e desmantelamento, por morte e prisão, de parte significativa do Comitê Central do PC do B. Reunidos nos dias 14 e 15 de dezembro de 1976 na casa nº 617 da Rua Pio XI, no Bairro da Lapa, em São Paulo, os integrantes do CC foram presos logo depois de deixarem o prédio, em duplas, por agentes da repressão militar. No dia 16 a casa foi atacada e invadida, tendo sido mortos os dirigentes Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. João Baptista Drummond morreu na prisão, sob tortura. Foram presos Elza Monnerat, Aldo Arantes, Haroldo Lima e Wladimir Pomar, além de Maria Trindade e Joaquim Celso de Lima, militantes ligados àquele aparelho clandestino. Segundo o PC do B, a reunião foi descoberta devido à traição do dirigente Jover Teles que “preso algum tempo antes, fizera acordo com a repressão”. (Buonicore; Ruy: 2010, pp. 160-161). Também foi consultado o Portal Vermelho. (<http://www.vermelho.org.br/noticia/201539-1>)

<sup>100</sup> Op. cit., p. 03.

<sup>101</sup> Op. cit., p. 05.

<sup>102</sup> Op. cit., p. 09.

<sup>103</sup> Comissão Nacional de Organização do Partido (CNOP). Novembro de 1981. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 52.

Conforme a Circular, a já instituída Comissão de Organização do Congresso (COC) passou a chamar-se Comissão Nacional de Organização do Partido (CNOP). Suas tarefas foram ampliadas, assumindo a articulação nacional do Partido podendo, por exemplo, convocar Conferências e Ativos nacionais. Transformou-se, portanto, em um órgão executivo. Isto decorreu de outra mudança: à Conferência Nacional do PC do Brasil (CN) foram atribuídos poderes deliberativos “nas questões imediatas relativas à intervenção do Partido na luta de classes”.<sup>104</sup> A CN deveria “eximir-se de deliberar sobre o Programa e a política de organização”, considerando que “o Partido se encontra em processo de Congresso, seu órgão máximo”.<sup>105</sup>

Esse limite imposto à CN evidencia os cuidados presentes na Circular (que incluía também medidas tipicamente organizativas e administrativas) e que deveriam caracterizar o Partido desejado e o processo em curso, estimulando o debate e a participação. Assim, a CNOP não tinha “o direito de intervir nos CRs e sua existência não anulava “o direito de os CRs, até o Congresso, manterem contatos bilaterais e multilaterais”. Ainda que as medidas buscassem a ampliação do debate, a CN tratou de estabelecer “limites claros para esses poderes [da CNOP], movida pela preocupação de ajustar a centralização democrática à situação excepcional que o Partido atravessa, um Partido sem CC e em processo de Congresso.”<sup>106</sup> Preocupados com a escassa elaboração teórica da organização, os dirigentes provisórios do PC do B (E) alertavam:

“Está em nossas mãos a missão de elaborar coletivamente a linha política do Partido e reorganizá-lo de cima a baixo, de conformidade com os princípios do marxismo-leninismo. A nossa tradição de

---

<sup>104</sup> CNOP. Op. cit., p. 02.

<sup>105</sup> Ibidem.

<sup>106</sup> Op. cit., p. 05.

debate e de elaboração coletiva é muito pequena, mas justamente por isso se torna ainda mais necessário combater tudo que signifique apatia ou indiferença em relação aos debates do Congresso.”<sup>107</sup>

O apego ao debate e à teorização, que depois se tornaria uma das marcas do PRC, evidenciava-se no destaque ao desafio que deveria ser aceito e vencido, atingindo-se “uma ampla participação nas discussões das Teses, no âmbito de cada organismo e através da Tribuna de Debates”. Na mesma Conferência o Partido decidiu unanimemente pela criação de um jornal assim descrito: “a) Um órgão do Partido dirigido pela CN; b) Destinado aos militantes do Partido e aos elementos avançados do movimento operário e popular, especialmente os operários avançados; c) Nacional e legal; d) Com linha editorial e aberto ao debate.” Mas o jornal surgirá somente em 1985<sup>108</sup> e até lá, nos quatro anos seguintes, o debate e as articulações prosseguirão amparados nas publicações internas e nos encontros clandestinos.

### **3.4. O PRC firma posições e convoca a vanguarda**

Até o lançamento oficial os alicerces da nova organização continuaram sendo trabalhados intensamente. Ela urgia para conter a dispersão dos revolucionários e reuni-los em um partido de vanguarda. Fruto da VIII Conferência, antes mencionada, em abril de 1983, circulou a segunda edição de textos preparatórios ao “VI Congresso do Partido, no processo de ruptura com a direita do PC do Brasil”.<sup>109</sup> Nas *Teses sobre os fundamentos ideológicos das normas estatutárias*, sob o título *O Partido que desejamos construir*, o PRC já

<sup>107</sup> Ibidem.

<sup>108</sup> Op. cit., p. 03. O jornal foi lançado somente em julho de 1985, já sob a orientação do PRC. Intitulado *Fazendo o Amanhã*, circulou mensalmente até outubro de 1986. [Nota do autor]

<sup>109</sup> VIII Conferência Nacional do PC do B. *Teses sobre o Programa*. Abril de 1983. NDH-PPGH/UPF). Acervo PRC - Especial. Documento nº 147, p. 1.

se delineava, sob a “constatação de que não atua no Brasil um partido de vanguarda da classe operária.” À qual acrescentava: “A esquerda do PC do Brasil não se considera a única vertente para a construção do partido no Brasil”. Como objetivo final, pretendia “a construção de uma sociedade comunista”, precedida de uma “revolução socialista que coloque o poder político e os principais meios de produção nas mãos da classe operária”.<sup>110</sup>

O partido almejado jamais exerceria o poder em nome dos trabalhadores. Sendo da maioria, ele seria exercido pelos operários organizados “em classe dominante”. O controlariam diretamente as massas, através de Conselhos Operários, somados à “ação de vanguarda do Partido Comunista”. Este comunismo em construção se orientaria “pelo marxismo-leninismo, que capta a luta de classes como o motor da história.” A nova sociedade demandaria “um amplo progresso material e espiritual”. Não se tratava, porém, de um progresso à moda de Kautsky, Stálin ou Trotsky, cujo revisionismo esvaziara “o conceito de progresso de seu conteúdo de classe”,<sup>111</sup> passando o mesmo

a ser concebido como simples evolução do ‘organismo social’, caminhando inevitavelmente em direção ao socialismo. A liberdade foi, assim, obscurecida, a pretexto de uma nova ordem, à qual deveria corresponder um desenvolvimento reduzido à sua expressão material. (...) De acordo com a concepção naturalista-positivista, todo o esforço da transição ao socialismo deveria se concentrar, portanto, no desenvolvimento das forças produtivas, em particular da técnica.”<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> Op. cit., p. 91, passim.

<sup>111</sup> Op. cit., pp. 91-92, passim.

<sup>112</sup> Op. cit., p. 92.

Essa obsessão pelo desenvolvimento técnico a qualquer preço, alertavam os mentores do partido nascente, bloqueava o movimento afirmativo do proletariado como “ser social de novo tipo”. Também inviabilizava a sustentação do “reino da liberdade” gerado pela redução da jornada de trabalho e pelos avanços sucessivos das técnicas. Reino este que proporcionaria o tempo livre necessário o aprimoramento cultural e a autoconstituição do proletariado “como Ser universal, através da fusão entre o trabalho manual e o intelectual.” Do referido bloqueio decorria o capitalismo de Estado, bem como um Estado neoburguês, reprimindo-se assim “a iniciativa revolucionária das massas”. Para não incorrer em erros semelhantes o partido desejado precisaria superar “as distorções teórico ideológicas que, falsificando o marxismo-leninismo, reduziram-no a uma mera ‘ciência econômica’ ou uma ‘ciência da evolução social’ ”.<sup>113</sup> Essas falsificações representavam

o fator subjetivo fundamental da crise do movimento comunista internacional e da degenerescência da construção do socialismo da Rússia, na China, na Albânia e em outros países supostamente socialistas, gerando aberrações como a ditadura militar de Jaruzelsky.<sup>114115</sup>

Decididos a lutar contra a concepção redutora da revolução comunista à sua dimensão político-econômica e virtual construtora do capitalismo monopolista de Estado, os rebeldes ansiavam por um partido que travasse uma “luta teórica consequente e concentrada” contra (a) “as concepções burguesas e

<sup>113</sup> Op. cit., pp 93-95, passim.

<sup>114</sup> Wojciech Jaruzelsky, político e militar comunista, dirigiu o partido comunista polaco e foi Primeiro Ministro, Chefe do Conselho de Estado e Presidente da Polônia, entre 1981 e 1990. Reprimiu a organização sindical Solidariedade e prendeu os líderes da entidade, incluindo Lech Walessa, seu mais destacado líder. O Solidariedade fundado em 1980, representava uma federação sindical que lutava por mudanças sociais e pelos direitos dos trabalhadores. A sua luta assumiu feições sociais amplas e antisoviéticas. (Nota do autor)

<sup>115</sup> Op. cit., p. 95.

pequeno burguesas de socialismo, como a social-democracia, o revisionismo contemporâneo, o socialismo cristão e o autonomismo”; (b) “a doutrina positivista, em todos os seus matizes, como base filosófica fundamental da ideologia burguesa na etapa imperialista”; (c) “o materialismo naturalista e economicista, de fundo positivista, e o idealismo bernsteiniano, que se alternam como base filosófica das diversas correntes do socialismo burguês contemporâneo”; (d) “todas as expressões do idealismo filosófico e da teologia”; (e) “os produtos teóricos da economia política e da sociologia burguesas”.<sup>116</sup> Esse amplo leque de pretensões prático-teóricas colocava-se como de realização indispensável para efetivar o conteúdo revolucionário do marxismo-leninismo. Ambição esta que requeria “compreender o materialismo dialético-histórico como uma síntese filosófico-científica universal”. Semelhante compreensão daria a base para erigir “uma teoria da revolução social que abarca, na sua totalidade, todos os domínios da vida social e do pensamento.”<sup>117</sup> Por fim, estando a deixar um partido cujos dirigentes não percebiam o potencial revolucionário e criativo da dúvida e de ideias divergentes, as *Teses* esboçadas na VIII Conferência enfatizavam:

Queremos construir um partido que não tema as contradições internas. Mas que, ao contrário, colha nelas os frutos de sua permanente revolucionarização. Um partido coletivamente participante, regido por um centralismo verdadeiramente democrático. E que acredite, como Gramsci, que “o funcionamento de um partido fornece um critério de diferenciação: na medida em que seja progressista, funciona democraticamente (no sentido do centralismo democrático); na

<sup>116</sup> VIII Conferência Nacional do PC do B. *Teses sobre o Programa*. Abril de 1983. NDH-PPGH/UPF). Acervo PRC - Especial. Documento nº 147, p. 98.

<sup>117</sup> Op. cit., p. 95.

medida em que seja retrógrado, funciona burocraticamente (no sentido do centralismo burocrático). Neste último caso, o partido é simples executante, não deliberante: tecnicamente, ele se transforma num órgão policial e seu nome de ‘partido político’ não passa de uma simples metáfora de caráter mitológico.” Enfim, o partido que queremos construir é um Partido Comunista.<sup>118</sup>

Esse objetivo - construir um Partido Comunista - orientava-se pela “necessidade histórico-social”, que clamava pelo referido partido. Pois o comunismo não era algo utópico, desprovido de bases concretas, mas um “movimento real impulsionado pela socialização do trabalho no capitalismo”. Sob nenhuma hipótese, entretanto, tal movimento alimentava-se “por uma dinâmica natural e estranha à intervenção humana”. Pelo contrário: tratava-se de algo “impulsionado por forças objetivas e subjetivas, onde a intervenção consciente da classe revolucionária (...) em condições objetivamente dadas” assumiria um papel decisivo. Logo, “o comunismo só pode ser produto de um movimento pelo comunismo.” Adiante, afirma-se que o ideal comunista só poderia realizar-se “sustentado por um conhecimento sistemático e verdadeiro da realidade, isto é, por uma teoria revolucionária”. Esta, não brotaria “espontaneamente da prática cotidiana ou da luta sindical”.<sup>119</sup>

Por outro lado, a teoria revolucionária não conviveria com dirigentes burocráticos que transformassem “as massas em objetos passivos do processo”. De modo insistente, o texto criticava as lideranças comunistas internacionais, alertando que a degenerescência de todos os processos de construção do socialismo trazia “a marca da diluição do papel decisivo das massas operárias e

---

<sup>118</sup> Op. cit., p. 99.

<sup>119</sup> Op. cit., pp. 99-100, passim. Sublinhados originais.

seus aliados”. Esta marca diluidora correspondia à “mitologia de ‘guias geniais’, de ‘heróis infalíveis’, como Stálin, Mao Tse Tung, Tito, Enver Hodja”.<sup>120121</sup>

A nova publicação das *Teses* em abril de 1983 coincidiu, não por acaso, com a realização da IX Conferência, realizada no mesmo mês daquele ano. Nela, dando continuidade à luta para assumir o controle do PC do B e ao mesmo tempo tentando dele distinguirem-se, os rebeldes persistiram com a denominação “Esquerda”. Um documento divulgado também em abril de 1983, assinado pela referida IX Conferência Nacional do PC do B (Esquerda), intitulado “Lutar pela unificação dos revolucionários comunistas” acentua os seus propósitos e visão da cena política.

A unificação dos comunistas em um só partido está inscrita (...) nas plataformas de algumas organizações de esquerda. A importância dessa bandeira na luta pelo partido de vanguarda do proletariado é inquestionável. E de grande atualidade, na medida em que as potencialidades do atual período de luta de classes no país, quando o aguçamento da crise do capitalismo se combina com o agravamento da crise do regime militar, vêm contrastando com uma acentuada dispersão dos revolucionários que se colocam numa perspectiva proletária. Nós, a esquerda do PC do Brasil, colocamos a luta, corretamente concebida, pela unificação dos comunistas entre as nossas tarefas principais no terreno da construção do partido.<sup>122</sup>

---

<sup>120</sup> Enver Hodja, Secretário-Geral do partido comunista da Albânia, dirigiu aquele país desde o final da Segunda Guerra Mundial até 1985, quando faleceu. No final da década de 1970 rompeu com o maoísmo, professando a defesa intransigente do marxismo-leninismo ortodoxo. (Nota do autor).

<sup>121</sup> Op. cit., p. 103.

<sup>122</sup> IX Conferência Nacional do PC do Brasil (Esquerda). *Lutar pela unificação dos revolucionários comunistas*. Abril de 1983. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 69, p. 01.

Tornava-se efetivamente pública a intenção de criar um novo partido. Oficialmente, o PRC surgirá em 21 de janeiro de 1984, nascido do congresso extraordinário do PC do B, que se transformou no I Congresso do Partido Revolucionário Comunista. Viverá seis anos, sendo extinto em 1990. Levantamentos preliminares indicam que congregou mais de dois mil militantes, abrangendo estados do Sul, Nordeste e Norte, basicamente. Com tais críticas, propósitos e ambições o novo partido conclamava a ingressarem nas suas fileiras os revolucionários em geral, os intelectuais sem partido e “especialmente os destacamentos avançados da classe operária”, para que assumissem “a tarefa histórica de fazer a revolução socialista no sentido da liberação integral da humanidade”.<sup>123</sup> Uma tarefa, como assinalava o referido documento convocatório, destinada “aos melhores filhos do povo”.<sup>124</sup>

### 3.4.1. O PRC apresenta as bases do seu Programa

No documento<sup>125</sup> que finalmente o apresentava à nação contendo as Resoluções do 1º Congresso constavam o seu Programa, Estatutos e uma análise de conjuntura, à luz do regime militar e das tarefas que esperavam os

<sup>123</sup> Comitê Central do PRC. *Resoluções do 1º Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. s. l., s. n. Janeiro de 1984, p. 35.

<sup>124</sup> Curiosamente, a expressão (usual na tradição marxista) integrou o título da tese de autoria de Marcelo Ayres Camurça, apresentada em 1994 ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Intitulado “Os Melhores Filhos do Povo”, o trabalho foi orientado por Otávio Guilherme Alves Velho. Tem como subtítulo: “Um estudo do ritual e do simbólico numa Organização Comunista. O caso do MR8”. O dado curioso refere-se ao fato de que o MR8 sofreu uma crítica demolidora dirigida ao seu jornal “Hora do Povo”, originária de futuros integrantes do PRC. Em 1981 a Editora Brasil Debates (SP) publicou o livro “Hora do Povo - Uma vertente para o fascismo”, escrito por Adelmo Genro Filho, Marcos Rolim e Sérgio Weigert. Na época eles integravam a Esquerda do PC do B. Quanto à crítica ao jornal, acusava-o de fetichismo, manipulação e de anti-humanismo militante. “Hora do Povo” continua ativo, sendo publicado pelo Instituto Brasileiro de Comunicação Social, com sede em São Paulo (SP). Sua linha editorial caracteriza-se pelo nacionalismo exacerbado, pela defesa incondicional do estatismo e das reivindicações trabalhistas. Circula três vezes por semana. As manchetes dos dias 08, 15 e 17 de agosto de 2012, respectivamente, foram as seguintes: “Veja nega autoria de dossiê contra juiz do caso Cachoeira feito por seu redator-chefe”; Centrais repelem intransigência do governo contra servidor público” e “Dilma lança o ‘kit da felicidade’: dinheiro dos BNDES, risco zero e 25 anos de pedágio”. ([www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br). Consulta em 19/08/2012)

<sup>125</sup> Comitê Central do PRC. *Resoluções do 1º Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. s. l., s. n. Janeiro de 1984.

revolucionários. Conforme esse documento efetivamente fundador do PRC tratava-se de

Um partido que nasce profundamente comprometido com a luta da classe operária e das massas populares contra a burguesia e sua cidadela, a ditadura militar (...) Nascido no dia 21 de janeiro, data comemorativa do 60º aniversário da morte de Wladimir Ilich Lênin (...) afirma seu vínculo histórico e ideológico com a obra revolucionária deste grande continuador dos fundadores do socialismo científico, Marx e Engels.<sup>126</sup>

Sua apresentação também esclarecia que o PRC, não era “mero prolongamento do que foi anteriormente feito: propõe-se a dar continuidade em nível superior à luta pela construção do partido de vanguarda da classe operária brasileira iniciada em 1922.”<sup>127</sup> Logo publica um Manifesto à Classe Operária. Intitulado “Pela Revolução e o Socialismo”,<sup>128</sup> apresentando uma síntese de suas propostas. Nas suas Resoluções do 1º Congresso, o PRC notava o advento da “época do capital financeiro”, então emergindo, identificando-a como

<sup>126</sup> Op. cit., p. 05.

<sup>127</sup> Ibidem.

<sup>128</sup> Comitê Central. *Pela revolução e o socialismo - Manifesto à classe operária*. 1984, NDH-PPGH/UPF - Acervo PRC - Especial. Documento nº 71. “Não nos colocamos como se já fôssemos o partido de vanguarda do proletariado. Rejeitamos a postura arrogante daqueles que se proclamam a vanguarda da classe sem ao menos terem uma presença de peso no seu movimento. Todavia, estamos determinados a participar na construção de uma alternativa revolucionária de vanguarda, abrindo nossas fileiras aos melhores filhos da classe operária e do povo.” Oferecendo aos operários e aos melhores filhos do povo a participação em “uma alternativa revolucionária”, o PRC declarava-se leninista, renunciava ao stalinismo, denunciava o revisionismo, demarcava com o trotskismo e prometia elevar a luta “a um nível superior”. Anunciava como tarefa revolucionária do momento derrubar o regime militar pela força e desejava bater-se por “um novo poder, democrático, operário e popular”. Sob ele seriam estatizadas as grandes empresas capitalistas, expropriados os latifúndios, negado o pagamento da dívida externa e rompidos os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pretendia retirar o país da crise, acabar com a miséria, iniciar a construção do socialismo e abrir caminho “rumo a um futuro de felicidade e libertação integral do homem na sociedade sem classes: o comunismo”. Declarava-se clandestino, consciente do seu “irreconciliável antagonismo (...) com o capitalismo, a burguesia e seu Estado, uma ditadura de classe”. E conclamava todos a “procurarem tomar conhecimento, debater e opinar” sobre as resoluções do seu primeiro congresso.

manifestação do imperialismo.<sup>129</sup> Quanto às crises do capitalismo, o novo partido as via não mais como ciclos passageiros que haviam caracterizado o jovem sistema. Tratava-se de

impasses profundos de uma sociedade que (...) entrou em declínio histórico. Períodos agudos da crise geral do imperialismo, que já não podem ser sucedidos por ciclos de progresso social absoluto. (...) a crise geral do capitalismo revela-se universalizante, profunda, complexa e prolongada.<sup>130</sup>

*Universalizante*, “em decorrência do processo de internacionalização do capital, da acentuação do caráter imperialista do capital financeiro (...) da interdependência das forças econômico-sociais burguesas”. *Profunda*, visto que a “acentuação da natureza imperialista do capital financeiro vem dificultando o desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação capitalista nos próprios países imperialistas.” *Complexa*, pois “artifícios monetários” alteravam manifestações e ritmos do capitalismo. *Prolongada*, porque a sua recuperação exigia “transformações na base material do capitalismo”. Entre elas, a concentração de investimentos na área tecnológica, “a reativação da Revolução Técnica e Científica (...) e reinício de uma fase de acumulação em níveis mais elevados”. Estas medidas seriam necessárias para “retomar o ascenso das forças produtivas no interior dos países imperialistas, sem retrair sensivelmente a exportação de capitais para os países dependentes.”<sup>131</sup>

Embora os esforços teóricos do novo partido já intuíssem, ainda que contidamente, as mudanças que acometeriam o capitalismo, as premissas adventícias do socialismo permaneciam as mesmas. Essas premissas estariam

---

<sup>129</sup> Op. cit., p. 08.

<sup>130</sup> Op. cit., p. 09.

<sup>131</sup> Op. cit., p. 09-10, passim.

aflorendo intensamente, posto que as características diagnosticadas na crise enfrentada pelo modo de produção capitalista não anulavam as previsões marxistas. Pelo contrário: as acentuavam. “Na medida em que se desenvolve a sociedade burguesa, aumenta o descontentamento do proletariado, criando condições objetivas para que se eleve seu grau de unidade e se exacerbe sua luta contra os exploradores.” Além disso, o aperfeiçoamento da técnica concentrava os meios de produção e de troca, socializava o trabalho nas empresas capitalistas, radicalizava a “contradição entre o caráter social e o caráter privado da apropriação” e ampliava “a possibilidade de substituição das relações de produção capitalistas por relações de produção socialistas.” E isto criava “condições reais para a revolução comunista”.<sup>132</sup>

Para o PRC, o estágio do capitalismo de então conduziria à “era da revolução proletária”. Todavia, mesmo sendo o imperialismo “a ante-sala do socialismo”, isto não equivalia à vitória indubitável da revolução proletária mundial. Significava tão somente que o imperialismo abria a “possibilidade histórica” e criava “condições favoráveis à destruição revolucionária do capitalismo.” Arrematando essa parte da análise, e depois de defender a reorganização da Internacional Comunista, as Resoluções registravam a profissão de fé dos comunistas do PRC.<sup>133</sup>

Só a revolução proletária, comunista, pode tirar a humanidade do impasse em que foi lançada pelo imperialismo. A despeito de quaisquer dificuldades enfrentadas pela revolução, das derrotas momentâneas, como o esmagamento da revolução em alguns países e a degenerescência em outros, e de vagas contra-revolucionárias como o nazi-fascismo, os golpes militares latino-

---

<sup>132</sup> Op. cit., p. 10.

<sup>133</sup> Op. cit., p. 11.

americanos e as agressões imperialistas, o proletariado pode suplantar a barbárie capitalista e alcançar a vitória final.<sup>134</sup>

Desta assertiva decorria seu Programa Máximo: “A meta final do Partido Revolucionário Comunista, seu Programa Máximo, é o comunismo.”<sup>135</sup> Ele chegaria depois da revolução do proletariado, abolindo a sociedade de classes, acabando com a divisão entre o trabalho intelectual e físico, do homem e da mulher, da cidade e do campo, libertando os homens do trabalho alienado e aumentando o tempo livre. As divisões entre nações seriam superadas. Antes disso, marchando em direção à sociedade sem classes, a nova sociedade deveria “substituir a anarquia da produção capitalista pela organização planificada da produção social”. Os impostos seriam abolidos e a luta de classes seria travada “em todos os domínios”. A ditadura do proletariado, “condição indispensável da transição ao comunismo” ergueria um poder “exercido através do controle direto da classe operária”, resgatando a essência das comunas e dos *soviets* e constituindo instâncias diretivas que responderiam “às novas necessidades decorrentes da complexificação social”.<sup>136</sup>

Para cumprir essa missão histórica, sob a opressão violenta da sociedade capitalista, a revolução social do proletariado seria “necessariamente violenta”, devendo os comunistas preparar-se para a luta armada. Isto requeria a construção de “elementos subjetivos necessários a que o proletariado cumpra a sua missão histórica”. Com esse propósito, cabia aos comunistas dirigir a luta de classe, organizando a classe operária “em partido político independente, o partido comunista, oposto aos partidos burgueses de todos os matizes.” Por fim,

---

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Op. cit., p. 11.

<sup>136</sup> Op. cit., pp. 11-13, passim.

tratando de uma luta “sem distinções nacionais”, era preciso reorganizar a Internacional Comunista.<sup>137</sup>

Dando continuidade às formulações desenvolvidas no período pré-PRC, a nova organização buscava distinguir-se enfaticamente das demais organizações comunistas. Assim, o documento oficial de lançamento expunha publicamente críticas à social democracia (concepção anti-operária que trafica no movimento operário a política burguesa), combatia o stalinismo (para o qual o partido “é um ente onde os debates devem se dar em torno do esclarecimento da linha oficial e nunca no sentido da formulação”), rechaçava o revisionismo (eurocomunista) e o burocratismo soviético, combatia o autonomismo (que “exclui o papel decisivo do elemento consciente (...) possui várias intersecções com as concepções basistas da Igreja, que acredita na imanência divina do homem”), rechaçava o trotskismo (fracionista e voluntarista) e o maoísmo (fracionista).<sup>138</sup>

Sendo o seu Programa Máximo “fruto de uma crítica ao capitalismo em sua totalidade”, negava “todas as formas de capitalismo, inclusive a existente nos países onde impera o revisionismo.” Tais novas formas haviam se estabelecido nos países socialistas como resultado da “degeneração do marxismo pelos teóricos da nova classe dominante burocrática”, e da “desfiguração da concepção leninista de partido”. Insistia, o documento, que tais práticas contrarrevolucionárias haviam, na China, subvertido a democracia popular; na União das Repúblicas Soviéticas Socialistas, liquidado a ditadura do proletariado. Neste último país surgira “uma nova forma específica de capitalismo”, formação social esta que, valendo-se da sua potência, desenvolvia no plano internacional uma política de submissão dos processos revolucionários

---

<sup>137</sup> Op. cit., 16-17, passim.

<sup>138</sup> Comitê Central do PRC. *Resoluções do 1º Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. s. l., s. n. Janeiro de 1984, pp. 29-33, passim.

aos seus interesses nacionais.<sup>139</sup> Quanto à mencionada formação social assim o PRC a denunciava, no seu documento de apresentação à sociedade:

A característica fundamental desta sociedade é o retorno à produção mercantil, com base numa formação social em que a apropriação nominal dos meios de produção pelo Estado se combina com a apropriação real e privilegiada do produto social pelas camadas superiores da burocracia. Nela persiste a separação entre os produtores diretos e os meios de produção, permanecendo a força de trabalho como uma mercadoria. Nela, o processo produtivo é controlado pela tecnoburocracia em nome do Estado.”<sup>140</sup>

Já o enfrentamento prático-teórico da revolução brasileira impunha considerar que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil confirmava “a tendência geral do mundo burguês”. Neste país o capitalismo há muito triunfara, tendo sido realizadas as tarefas da revolução burguesa “em sua essência, tanto na base material da sociedade, pela dominância das relações capitalistas, quanto na superestrutura, pelo aburguesamento do Estado.”<sup>141</sup> Desse modo, a formação do capitalismo no Brasil prescindira de uma revolução democrático-agrária, combinando-se com uma “estrutura agrária tradicionalmente monopolista”. Amparado por esse pacto com latifundiários, a referida formação “deu-se sob a tutela do Estado, já na época histórica dos monopólios capitalistas, sob a dominação imperialista e com a internacionalização do capital financeiro”.<sup>142</sup>

Essa análise do PRC, constante das Resoluções do seu primeiro congresso, assinalava que a burguesia brasileira já se mostrara refratária à

---

<sup>139</sup> Idem, pp. 14-15, passim.

<sup>140</sup> Idem, p. 15.

<sup>141</sup> Idem, pp. 16-17, passim.

<sup>142</sup> Idem, p. 17.

libertação nacional e à hipótese de levar a “ ‘democracia’ burguesa às últimas consequências.” Disto - depois de descrever a opressão “sem precedentes” a que estava submetido o operariado - o PRC concluía era possível ocorrer a revolução socialista no Brasil, integrando-o à revolução proletária mundial. Tornava-se necessário, portanto, “enfrentar e destruir o Estado burguês.”<sup>143</sup> O caráter antidemocrático do capitalismo brasileiro modernizado sob o “caráter passivo” da revolução burguesa continuou sendo assinalado pelos documentos partidários nos anos seguintes, como em uma das teses<sup>144</sup> aprovadas no 3º Congresso. Segundo essa tese, a característica passiva da burguesia brasileira conformava-se à reação imperialista mundial e à tutela militar, mantendo a exclusão das classes populares.

Assim, a burguesia dominante seguia abdicando de conquistar o povo para políticas classicamente burguesas, optando pela repressão, a hostilidade e a cooptação dos “de baixo”.<sup>145</sup> Essa prática não elidia “a importância singular do proletariado”, especialmente o contingente de trabalhadores composto por especialistas da indústria pesada de meios de produção. Daí que a revolução brasileira deveria articular-se em dois momentos básicos:

(...) um momento (fundamentalmente) de luta pela hegemonia na sociedade e outro (fundamentalmente) de preparação e exercício da força revolucionária. O primeiro, de acúmulo estratégico de forças, de concentração crescente de hegemonia; o segundo, de confronto aberto com o Estado visando completar a capacitação para a ruptura estratégica e realizar a própria ruptura estratégica. O primeiro (fundamentalmente) de luta política,

<sup>143</sup> Idem, pp. 19-21, passim.

<sup>144</sup> Partido Revolucionário Comunista. *Um caminho para a revolução no Brasil*. Julho de 1989. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 172.

<sup>145</sup> Op. cit., pp. 14-15, passim.

ideológica, cultural e moral; o segundo (fundamentalmente) de mobilização de massas e ataque militar ao Estado.<sup>146</sup>

Como se verá adiante, uma das diferenças significativas entre um e outro momento analítico consistirá na admissão de um partido institucional (PI) como elemento indispensável para dar seguimento e consequência à articulação dos dois momentos básicos à revolução brasileira. Tratava-se, no caso, do Partido dos Trabalhadores, então nascente. Os debates sobre o recurso à utilização de um partido institucional para dar trânsito à futura movimentação revolucionária foram intensos, e predominaram as teses defensoras da sua potencialidade. Conforme o documento em tela, o PT aglutinava ou referenciava “os setores mais combativos das classes e camadas mais suscetíveis a um projeto socialista.”<sup>147</sup> Incorporando-se no PT, o PRC buscava equacionar um problema fundamental para viabilizar as suas ações: “relacionar-se com as instituições do Estado com uma posição de esquerda que recuse a cooptação e a subordinação e acumule para a revolução.”<sup>148</sup>

Frente às novas formas assumidas pelo capitalismo, o PRC organizava-se para enfrentá-lo nas suas dimensões teóricas e práticas. Especialmente, tais questões configuravam um “desafio à inquietude teórica que marca o verdadeiro pensamento revolucionário comunista.”<sup>149</sup> Elas não prescindiam de uma apropriação contemporânea do legado leninista e da concepção de partido, que deveriam ser mediadas por uma compreensão ontológica de tais conceitos e fenômenos.

---

<sup>146</sup> Op. cit., pp. 22-23.

<sup>147</sup> Op. cit., p. 26.

<sup>148</sup> Op. cit., p. 35.

<sup>149</sup> Comitê Central do PRC. *Resoluções do 1º Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. s. l., s. n. Janeiro de 1984, p. 15.

### 3.4.1.1. O partido, o legado leninista e a ontologia.

Apropriar-se de modo contemporâneo do legado leninista implicava na revalorização de determinadas características que historicamente definiram o partido leninista. Para, ao modo de Lênin, “não repisar teses gerais frente a situações particulares,” o PRC, por exemplo, exaltava o centralismo democrático nos moldes tipicamente leninistas, mas nele via atributos muito próprios. Buscava ressignificar o leninismo.

Só o leninismo, por reconhecer a centralidade ontológica do indivíduo no interior do coletivo, possibilita a disciplina consciente, posto que cada revolucionário organizado liga-se diretamente com o coletivo (...) garantindo, pois a emergência do novo proposto pela vida, que se expressa em cada comunista, como ação política consciente, paixão pela humanidade e razão criadora.”<sup>150</sup>

A preocupação com a “centralidade ontológica” do indivíduo acentua-se nos documentos do 2º e do 3º Congressos do PRC, realizados respectivamente em 1985 e 1989. Ela é um dos traços que o distingue das demais organizações partidárias, cujas formulações não a destacam. Isso se constata, por exemplo, no exame dos documentos basilares das principais organizações de esquerda revolucionárias integrantes do livro “Imagens da Revolução”.<sup>151</sup> Tal ênfase está bem pronunciada já nas Resoluções do 1º Congresso, evidenciando-se na crítica ao fracionismo e na defesa do leninismo.

---

<sup>150</sup> Idem, p. 33.

<sup>151</sup> *Imagens da revolução – Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Organizado por Daniel Aarão Reis Fº e Jair Ferreira de Sá. RJ: Marco Zero, 1985.

A luta interna não é uma luta de frações, mas de *indivíduos* que se afastam e se aproximam na luta de idéias, em blocos circunstanciais (...) A unificação de *indivíduos* se estabelece circunstancialmente, mas a fração realiza-se a partir de plataforma e disciplina próprias, onde o militante, mesmo consciente de que a sua posição não é a correta, submete-se à maioria da fração (...) <sup>152</sup> (Grifos meus, PLSO)

A inflexão em torno das relações indivíduo/partido persiste e será um dos pontos centrais dos debates internos do PRC. Adelmo Genro Filho, <sup>153</sup> um dos dirigentes nacionais do partido, no texto *Onze teses para o Centro de Estudos de Filosofia e Política*, <sup>154</sup> publicado na edição nº 6 da revista *Práxis* <sup>155</sup> escreveu, na primeira tese:

A luta pelo socialismo encontra-se hoje mergulhada numa crise profunda e de largo alcance histórico. Ignorá-la ou subestimá-la é o primeiro equívoco que deve ser evitado por um Centro que se propõe a pensar o marxismo e contribuir para que seja novamente - tal como o foi no século passado e no início deste - uma concepção capaz de impulsionar milhões de homens na transformação do mundo e conquistar as

<sup>152</sup> Comitê Central do PRC. *Resoluções do 1º Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. s. l., s. n. Janeiro de 1984, pp. 31-2.

<sup>153</sup> Sob o codinome João Antônio, Adelmo Genro Filho integrava o CC do PRC. Conforme a Tabela de Nomes e Codinomes elaborada pelos pesquisadores Tau Golin e Pedro Luiz da Silveira Osório. (NHD-PPGH/UPF - Acervo PRC - Especial)

<sup>154</sup> O Centro de Estudos de Filosofia e Política (Cefip) foi fundado em Porto Alegre, em julho de 1987. Adelmo Genro Filho, seu principal mentor, faleceu em fevereiro de 1988. O Cefip encerrou suas atividades em 1989.

<sup>155</sup> A *Práxis* - Revista de Filosofia, Política e Cultura foi publicada pelo Centro de Estudos e Debates do Socialismo e da Cultura (CEDESC), com sede em Santa Maria/RS. Trata-sede uma das publicações vinculadas ao PRC. Também circularam a revista *Teoria & Política*, publicada em São Paulo, e o jornal *Fazendo o Amanhã*, nominalmente publicado em São Paulo, mas cuja redação sediava-se em Porto Alegre. Na fase do PC do B (E), circulou o jornal *Semanário de Informação Política*, publicado sob a hegemonia daquela dissidência. Foi publicado inicialmente em Ijuí (RS) e depois em Porto Alegre. O PRC também organizou a coleção *Cadernos de Formação Marxista*, livros publicados pela Brasil Debates Editora, de São Paulo.

inteligências mais generosas da  
intelectualidade. (Genro Fº, p. 136)

A reunião dos revolucionários sob uma mesma bandeira e a intervenção do novo partido na conjuntura que se desenharia favorável carecia, portanto, de uma nova concepção dos fundamentos marxistas-leninistas. Esse novo parto do marxismo, por assim dizer, explicaria a surpreendente aparição do PRC. Suas pretensões não se limitavam à questão do poder, mas também da forma como a sua conquista seria engendrada e obtida, pois ela deveria conter um “fazer histórico” redentor. Tal premissa desdobra-se com clareza na oitava tese do documento antes mencionado:

É indispensável, hoje, um modo inteiramente novo de conceber a própria *questão teórica* na luta pelo socialismo. A teoria, a filosofia e o saber em geral constituem não só aspectos táticos e estratégicos de uma luta de classes contra a burguesia, mas um problema do *fazer histórico* em sua globalidade. A teoria e o conhecimento não podem simplesmente ser considerados *instrumentos* da prática política em sentido estrito. (...) O conteúdo do futuro que estamos construindo depende, fundamentalmente, do conteúdo da concepção que vai movimentar o processo e em quais dos sentidos possíveis irá fazê-lo. A inteligência e o pensamento - quer dizer, os indivíduos - não podem abrir mão dessa

responsabilidade diante da história (...) Cada um deve assumir-se como sujeito político, teórico, ético e moral. (Idem, p. 140)

Não bastava, portanto, retomar a mera defesa dos princípios leninistas, mas era imperioso agregar aos mesmos “respostas a problemas ainda não enfrentados no plano da teoria”. Seja quanto à relação partido/indivíduo, seja no plano organizativo, que deveria atender as questões colocadas pela evolução capitalista - preocupação ainda presente no documento convocatório para o 3º Congresso do PRC,<sup>156</sup> último realizado. Tendo Lênin como paradigma, o PRC procurou ampliar o debate sobre as possibilidades do marxismo na contemporaneidade de então. Prolífico, em sua curta existência de pouco mais de cinco anos produziu centenas de documentos, ambicionando reavivar a capacidade da luta pelo comunismo empolgar milhões de trabalhadores, intelectuais e estudantes revolucionários - tal como ocorrera até a II Guerra Mundial. Alertando que o marxismo fora “reduzido à condição de dogma e verdade oficial nos países do Leste Europeu”, onde assumira “uma inflexão positivista de esquerda e, como filosofia, uma Escolástica do ‘Socialismo Real’”, denunciava que o “marxismo vivo, rico e criador de Marx e Engels, de Lênin, de Trotsky e Rosa Luxemburgo, de Gramsci e Lukács”, imigrara, no Ocidente, “da luta de classes para a universidade burguesa”.<sup>157</sup>

Ali, castrado de seu potencial revolucionário, tomado como um simples ‘método’ e agregado à sociologia vulgar, o marxismo tornou-se ‘incompatível’ com o leninismo, perdeu a sua característica de ‘guia para a

<sup>156</sup> Partido Revolucionário Comunista. *Convocatória do III Congresso*. Fevereiro de 1987, NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 114, p. 10

<sup>157</sup> Partido Revolucionário Comunista. *Convocatória do III Congresso*. Fevereiro de 1987, NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 114, pp. 07-08.

ação’, instrumento de construção do novo homem e da revolução, elemento integrante da práxis renovadora.<sup>158</sup>

Os documentos partidários, assim como as suas publicações, oferecem muitos exemplos do debate que se estabeleceu. Isso se verifica também com a teoria da revolução brasileira, cuja necessária reelaboração preocupava o novo partido. Para os dirigentes do PRC “o partido não implanta uma teoria acabada do socialismo e da revolução. Ele reelabora e aprofunda, a partir dos conhecimentos universais já produzidos pelos clássicos do marxismo e das novas questões colocadas pela prática, a própria teoria que lhe serviu de premissa.” Nas “Teses do II Congresso do PRC”, realizado em 1985, o Comitê Central afirma:

As forças da revolução apresentam atualmente pouco acúmulo estratégico. As massas operárias e populares possuem baixo nível de organização política e sindical. Inexiste um movimento operário socialista. Não se têm meios de comunicação de massa alternativos, a serviço do movimento. Não há experiências recentes de grandes enfrentamentos políticos de classe, nem tradições revolucionárias vivas. *Houve todo um trajeto histórico de não-independência em relação à burguesia e ao Estado.* Não se construiu ainda o Partido Revolucionário da Classe Operária marxista-leninista.<sup>159</sup> (grifos meus, PLSO)

---

<sup>158</sup> Ibidem.

<sup>159</sup> Partido Revolucionário Comunista. *Teses do II Congresso do PRC*. Abril de 1985. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC. Documento nº 149.

Entre as muitas contribuições sobre a complexa questão do partido revolucionário, deve-se mencionar as contribuições de Georg Lukács,<sup>160</sup> e Antonio Gramsci<sup>161</sup> para o estudo do partido como sujeito político das transformações sociais. Essa questão foi proeminente nas preocupações teóricas do PRC. A posição de Adelmo Genro Filho é elucidativa, justificando a longa citação.

A experiência cotidiana do proletariado e dos oprimidos em geral manifesta as contradições que estão na base do sistema, mas não constitui por si só a articulação da prática revolucionária e da luta pelo socialismo. (...) Esse papel só pode ser cumprido pelo partido leninista que, tal como foi assinalado, deve ser o pólo dinâmico a partir do qual é produzida organicamente a práxis que transforma o acúmulo teórico universal (com base nas conquistas atualizadas do marxismo) em teoria revolucionária constantemente reelaborada ao mesmo tempo que estrutura e reproduz de forma ampliada a ideologia, direcionando a práxis da revolução. (...) Tendo em vista a complexidade do capitalismo contemporâneo – das novas formas de dominação ideológica e cultural, a função das instituições ligadas direta ou indiretamente ao Estado moderno – podem ser extraídas duas conclusões preliminares. Primeiro, que um partido de vanguarda é uma condição ainda mais importante para a revolução e a construção do socialismo do que ao tempo de Lênin. Segundo, que esse partido terá de ser um instrumento também mais complexo em

---

<sup>160</sup> Textos de Lukács sobre a questão partidária foram reunidos sob o título *Teoria do Partido Revolucionário*. A obra de Lukács *História e consciência de classe - Estudos de dialética marxista* é apontada como seminal relativamente às abordagens teóricas sobre o partido revolucionário.

<sup>161</sup> Especialmente in Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*.

função da variedade de questões (políticas, teóricas, culturais) com as quais precisa se defrontar. Para equacionar esse problema, é indispensável compreender que, em função das necessidades políticas atuais, Lênin não forneceu um ‘modelo’ de partido que poderia simplesmente ser aplicado e sim teses políticas para uma ‘teoria do partido de vanguarda’, as quais devem ser avaliadas e desenvolvidas em todas as suas dimensões. (...) Uma das características da tradição stalinista é, através da apologia abstrata da revolução, afirmar a infalibilidade do partido e negar o papel fundamental da contradição interna como fonte do seu desenvolvimento. (Genro Fº, Araújo Fº, Ohlweiler, Duarte, Weigert, Genro, 1987, p. 12-13)

A inquietação teórica manteve-se como uma forte característica do PRC. Ainda nas Resoluções do 1º Congresso, ao introduzir as normas estatutárias, reafirma que “o Partido não implanta uma teoria acabada do socialismo e da revolução. Ele reelabora e aprofunda, a partir dos (...) clássicos do marxismo e das novas questões colocadas pela prática, a própria teoria que lhe serviu de premissa.” Acrescenta que ao Partido tampouco cabia implantar unilateralmente a consciência de classe, “pois sua intervenção junto ao proletariado transforma em realidade uma possibilidade histórica que já era latente.” Isto não o impedia de perceber que o marxismo deveria ser “inserido de fora para dentro do movimento operário espontâneo, integrando-se e dando consequência à ideologia embrionária que emana da situação objetiva do proletariado”.<sup>162</sup> À luz de tais premissas e propósitos, o PRC tenta movimentar-se na cena política brasileira.

---

<sup>162</sup> Op. cit., p. 29.

## 4. PT E PRC NA CENA POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Orientando-se pelo marxismo-leninismo e tendo surgido quando as buscas por formas legais de luta estavam adiantadas entre as organizações de esquerda (ou o que restara delas) que, de modo predominante, consideravam encerrado o ciclo da luta armada, o PRC precisou atender duas frentes político-teóricas. Uma, dizia respeito aos seus propósitos de renovar o marxismo-leninismo. A labuta para atingir tais propósitos já estava em curso, como foi visto, desde os primeiros enfrentamentos teóricos com o PC do B, e não foi abandonada. Urgia reposicionar a teoria marxista, dela extraindo e precisando conceitos contingentes à contemporaneidade. A outra frente dizia respeito à própria contemporaneidade. Isto é: consistia nas posições que o Partido deveria assumir considerando o cenário institucional do país, onde pontificavam a iminente Nova República e seus defensores. E onde crescia a importância do PT, que se posicionava à esquerda e provinha das massas operárias de ponta.

### 4.1. O legado dos militares e suas decorrências

O regime militar abria-se e buscava uma saída honrosa. Deixava um país com desigualdades crescentes e com alterações sociais e econômicas cujas decorrências anunciavam um novo período da história nacional - e a nação brasileira movimentava-se para dar-lhe forma e conteúdo ao seu feitio. Os partidos institucionais já haviam reentrado na cena política nacional e a sociedade encaminhava-se para formas de expressão e de reivindicação diversas das revolucionárias.

Milhões de brasileiros foram às ruas reivindicar as *Diretas Já* - movimento suprapartidário e multissocial, desencadeado em 15 de junho de

1983, em Goiânia,<sup>163</sup> e inicialmente liderado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A mobilização reproduziu-se em várias capitais, consumando-se com o célebre comício realizado em São Paulo no dia 16 de abril de 1984, no Vale do Anhangabaú, depois de uma passeata iniciada na Praça da Sé e reunindo cerca de 1,5 milhão de pessoas.<sup>164</sup> O país clamava pela redemocratização e reivindicava o retorno das instituições democráticas firmadas historicamente pela burguesia.

Em tal cenário político e época histórica, como pretendiam os fundadores do PRC retomar pressupostos marxistas-leninistas, com eles galvanizar o povo e trilhar o caminho do comunismo? Para desdobrar sua teoria em prática revolucionária, o PRC precisava adotar posturas que o inserissem na conjuntura e sobre ela incidisse. Era preciso, por exemplo, defrontar-se com o legado do regime militar para além da sua face repressora e do seu visível fracasso, considerando os objetivos que se propusera alcançar. Wanderley Guilherme dos Santos, em seu livro *Crise e Castigo - Partidos e Generais na Política Brasileira*, assim descreve a falência dos propósitos militares:

Entre os objetivos revolucionários fixava-se a racionalização econômica, a retomada ordenada do desenvolvimento industrial, a modernização agrícola, o saneamento financeiro, a reforma e restabelecimento da moralidade administrativa, a promoção enfim de uma sociedade capitalista moderna, tudo isto emoldurado por instituições políticas estáveis. (Santos, 1987, p. 116)

Além disso, e das marcas do autoritarismo, o movimento político patrocinado pelos militares legou ao país uma “sociedade desigualmente aberta”

<sup>163</sup> “A campanha pelas diretas estava sendo lançada oficialmente, pelo PMDB, em Goiânia, no dia 15 de junho, de forma cautelosa, discreta e ainda em meio a discordâncias internas e muitas contradições”. In Leonelli, Domingos e Oliveira, Dante de. *Diretas Já - 15 meses que abalaram a ditadura*. RJ: Record, 2004. p. 165. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) restabelecendo eleições diretas para a Presidência da República foi apresentada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) em 2 de março do mesmo ano, 1983. (Idem, p. 78).

<sup>164</sup> Op. cit., p. 511, passim.

(Ibidem). Entretanto, à compreensão das decorrências políticas e sociais do regime militar é necessário a admitir que mudanças ocorreram - sob pena da análise política congelar-se em uma conjuntura já ultrapassada. Para compreender as táticas do PRC e a sua posterior simbiose com o PT convém notar as alterações sociais e políticas que contribuíram para o surgimento de ambos e condicionaram suas ações. Como alerta o referido autor

Seria conceder demais à competência e aos desígnios do regime autoritário atribuir-lhe a paternidade de tudo o que transcorreu no País durante sua vigência. Mas constituiria irrealismo de análise pretender que apenas o saldo negativo lhe deva ser creditado. Com segurança, o que é pertinente assegurar é o caráter imprevisto de muitos dos resultados ao longo do percurso, tanto os perversos quanto os benéficos, fenômeno aliás corriqueiro em qualquer sociedade. (Idem, pp. 116-117).

Tendo analisado o legado dos militares com base em um conjunto de indicadores “universalmente aceito”,<sup>165</sup> o autor afirma que “o estado social da nação” revelava “um País majoritariamente miserável”,<sup>166</sup> acrescentando que o problema da distribuição de renda consistia

Fundamentalmente em resgatar a base indigente e miserável da população trabalhadora brasileira, homens e mulheres, as analfabetas rurais e os analfabetos urbanos, cujas crianças morrem de enterites, por má

---

<sup>165</sup> “O conjunto de indicadores relevantes para aferir o estado social de um país forma-se a partir de um núcleo universalmente aceito: acesso a educação, oportunidade de emprego, nível de renda, condições habitacionais, expectativa de vida, assistência à saúde, proteção ao trabalho e seguridade social”. (Santos, 1987, p. 156)

<sup>166</sup> Pelo censo de 1980, ficou evidente que o empobrecimento da população atingira níveis consideráveis. Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), em 1981 30,3% da população em idade produtiva estavam desempregados ou subempregados. O problema da fome, mesmo nas regiões desenvolvidas, já preocupava as Forças Armadas, em 1983. A cada ano elas devem dispensar 45% dos convocados, por não apresentarem condições mínimas de peso e altura. Entre 1977 e 1980, o salário mínimo foi reajustado em 203%, mas os preços dos alimentos subiram 428%. E o salário mínimo em vigor em setembro de 1983, de Cr\$ 34.776, era pela primeira vez inferior aos custos da alimentação mínima necessária a um homem adulto. (Alves, 1984, pp. 292-294, passim)

nutrição ou falta de imunização, enquanto eles e elas, adultos, têm a saúde estiolada por entre os excrementos expostos nas fossas que compõem a hidrografia da indigência e da miséria nas periferias urbanas e na vastidão rural. (Idem, pp. 180-181)

Essas constatações não obscureciam evidências de outro teor: “(...) nos últimos vinte anos, o País cresceu, urbanizou-se, industrializou-se, capitalizou-se, reprivatizou-se, estatizou-se, reestruturou-se ocupacionalmente, educou-se, reordenou-se e tornou-se extraordinariamente mais complexo.” (Idem, p. 117) Em estudo que também abarcou o cenário político institucional, semelhantes evidências foram abordadas no já citado livro *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Nele, Maria Helena Moreira Alves oferece um minucioso desenho da conjuntura nacional decorrente do regime militar, encerrando sua análise no ano em que o PRC surgiu - 1984. Interessa-nos especialmente o conjunto de circunstâncias e fatos que se referem aos movimentos sociais seculares e religiosos, ao novo sindicalismo e à abertura política, com o retorno do multipartidarismo, com o advento da “oposição de elite”.<sup>167</sup>

#### **4.1.1. A “oposição de elite”. Os movimentos sociais**

A época em questão foi marcada pela política de abertura<sup>168</sup> conduzida pelo General João Baptista de Figueiredo, que governou de 1979 a 1985, encerrando o ciclo militar. Tratava-se de uma iniciativa destinada à “oposição de elite”,<sup>169</sup> que ampliou o espaço político, questionando a legitimidade do Estado

<sup>167</sup> Anotações feitas especialmente com base no Capítulo VIII - O período da abertura e o movimento popular: um desafio para o Estado de Segurança Nacional. pp 225-314.

<sup>168</sup> Entre outros objetivos, a abertura visava criar “mecanismos suficientemente flexíveis para cooptar os setores de elite da oposição organizada, mas coercitivos o bastante para frear a ‘permissividade’ no tocante ao crescente movimento social.” Não se pretendia, portanto, incluir setores “cuja participação exigiria a modificação estrutural do Estado e do modelo econômico.” (Alves, 1984, p. 267)

<sup>169</sup> Nominalmente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e determinados grupos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

de Segurança Nacional e bloqueando medidas coercitivas. Reivindicava o fim do aparato repressivo, uma nova Constituição e alterações no modelo econômico - proposta que interessava aos setores liberais da burguesia nacional. Grupos ligados aos movimentos sociais, a trabalhadores ou camponeses seguiram sendo reprimidos, situação que não impediu a emergência de um movimento popular reunindo comunidades de base ligadas à Igreja Católica, organizações seculares, o novo sindicalismo e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

### Os movimentos de base

Os chamados movimentos de base abrigavam associações variadas, de moradores de bairros, comunitárias e disseminaram-se praticamente por todo o país. Conforme registra Maria Helena Moreira Alves, em 1980 estimou-se que no Rio de Janeiro, por exemplo, a cada semana surgia uma nova associação de moradores. Organizado em federações ou confederações, esse fenômeno nacional decorria “da rápida industrialização capitalista, com a concentração do capital nas cidades e altos índices de migração das áreas rurais para as urbanas”; igualmente decorria “da enorme disparidade na distribuição da renda e da alta taxa de exploração da população trabalhadora que se concentra nas favelas ou nas zonas de pobreza das periferias urbanas.” (p. 227) Reivindicavam melhorias de interesse comunitário e articularam-se também em campanhas estaduais e nacionais. Como o Movimento contra o Custo de Vida, que em 1978 colheu 1.500.000 assinaturas em favor do congelamento dos preços dos alimentos básicos.

### As organizações ligadas à Igreja Católica

Quanto às organizações ligadas à Igreja, calculou-se que em 1981 elas somavam cerca de 80.000, localizadas principalmente nas regiões rurais e nas periferias pobres das cidades. Além de oferecer serviços religiosos e o estudo do

Evangelho, as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) propunham-se “devolver à *base* os direitos de ter, saber e participar da vida política, de decisões sobre o país e o mercado de trabalho que afetam a organização e a distribuição dos produtos que ela mesma cria.” (p. 230) Juntamente com os movimentos seculares, as CEBs desempenhavam importante papel de pedagogia política, estimulando a organização e o compromisso com a democracia desde a base.

### O novo sindicalismo

Papel semelhante no que diz respeito à formação de líderes sociais desempenhou o novo sindicalismo, que terminou por assumir o controle da estrutura legal e tradicional das organizações dos trabalhadores. Condiçionadas pela legislação vigente, elas praticamente haviam se transformado em organizações de previdência social. Sob o peso desse encargo, não conseguiam representar os interesses econômicos dos trabalhadores. Além disso, entre outras limitações, as centrais sindicais eram proibidas e o Estado podia intervir nos sindicatos para afastar e substituir dirigentes eleitos. Não cabe aqui recapitular seus principais momentos, mas assinalar a sua importância para a redemocratização do país. Como ensina a autora cujo trabalho subsidia estas notas sobre a conjuntura vigente no começo dos anos 1980:

O “novo movimento sindical”, que começou a caracterizar-se como importante força política em 1977, é o resultado de anos de luta para readquirir o controle dos sindicatos sob intervenção, organizar outros, ativar os sindicatos “fantasmas” e fortalecer a organização de base em fábricas, fazendas e outros locais de trabalho. Em 1977 este movimento já acumulara suficiente força e consciência política para exercer efetivo impacto sobre o Estado, começando a

pressionar por transformações estruturais. (Alves, 1984, pp. 240 e 243)

A consciência social adquirida nas lutas corporativas levou as lideranças sindicais à ideia de fundar um partido *dos* trabalhadores, que deveria canalizar as reivindicações de diferentes movimentos populares. Ela cresceu depois que o governo interveio em vários sindicatos. “As intervenções deixaram clara a necessidade de obter força de representação política para influenciar a modificação da Consolidação das Leis do Trabalho” (Idem, p. 276), mas o partido também reuniu “uma série de movimentos sociais, membros de associações de moradores, comunidades de base, ativistas camponeses e sindicais.” (Ibidem) Sua criação foi possibilitada pela nova Lei Orgânica dos Partidos, de 20 de dezembro de 1979.

### A Central Única dos Trabalhadores

Nascido “na esteira de uma impressionante expansão da atividade sindical”, o PT viveu seu período de organização e das primeiras campanhas “em uma época essencialmente defensiva para os sindicatos.”<sup>170</sup> Percebendo que devia favorecer os trabalhadores e não substituí-los, o PT reforçou “a tendência que formou a Central Única dos Trabalhadores.” (Keck, 1991, p. 195). A decisão já fora tomada no Primeiro Encontro Nacional do PT.<sup>171</sup> “A política sindical foi debatida amplamente e afirmou-se a necessidade de se criar uma Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras.” (Idem pp. 73-74) A Conclat dividiu-se entre “combativos” e “moderados”<sup>172</sup> e dela surgiram duas centrais,

<sup>170</sup> “Em 1979 as greves envolveram mais de três milhões de trabalhadores em todo o país. (...) Entre 1981 e 1983 as greves dirigiram-se, basicamente, contra as demissões ou contra o atraso no pagamento dos salários.” (Keck, 1991, p. 195)

<sup>171</sup> Realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto de 1981. (Secco, 2011, p. 73)

<sup>172</sup> “Duas tendências principais se cristalizaram. Uma delas, mais a esquerda, reuniu dirigentes sindicais do chamado ‘Bloco Combativo’, tendo à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Integravam

respectivamente: a CUT e a Central Geral dos Trabalhadores. A CUT conviverá com divisões assemelhadas: nela “haveria duas tendências sindicais: de um lado a tendência de um sindicalismo vanguardista, e, de outro o novo sindicalismo classista, autônomo e de massas (...) O primeiro subestimaria as lutas reivindicatórias (...) confundindo permanentemente partido e sindicato.” (Rodrigues, 1990, p. 26). No final de 1985 a CUT já era reconhecida como a organização predominante no movimento sindical.<sup>173</sup>

#### **4.2. PT e PRC. A Nova República. A Constituinte.**

A nova Lei Orgânica dos Partidos, precedida pela anistia política,<sup>174</sup> inseria-se no plano do regime de instituir uma abertura política controlada. Frente à crescente adesão ao MDB de correntes dissidentes e resistentes às políticas do Estado, os dirigentes do regime militar optaram por fragmentar a oposição. À exceção do PT, os novos partidos convergiram para a ideia de uma Nova República,<sup>175</sup> embora mantivessem divergências pontuais. Apesar da

---

também essa tendência militantes das oposições sindicais e da esquerda radical. Os primeiros, geralmente estavam ligados à Igreja; os segundos eram de orientação trotskista ou leninista. A outra ala, a ‘moderada’, denominada às vezes de ‘Bloco da Reforma’, reunia sindicalistas da tendência Unidade Sindical, que juntava dirigentes pouco engajados politicamente que controlavam sindicatos, federações e confederações importantes, além de sindicalistas dos dois partidos comunistas e do MR-8.” (Rodrigues, 1990, p. 6)

<sup>173</sup> “O Ministério do Trabalho calculou que nos primeiros onze meses de 1985, 6.112.000 de trabalhadores participaram de greves; destes, cerca de 60% foram liderados por sindicatos das CUT e a maior parte dos outros 40% recebeu dela algum tipo de apoio.” (Keck, 1991, p. 205) Conforme a autora, a política não intervencionista adotada pelo Ministério do Trabalho, dirigido por Almir Pazzianotto, foi fundamental para a consolidação da CUT. (Ibidem)

<sup>174</sup> Promulgada em 28 de agosto de 1979, a Lei de Anistia permitiu o retorno ao país dos exilados e libertou presos políticos. Representou um avanço político, mas foi uma “evidente vitória dos setores da linha dura”, pois representava “um perdão incondicional aos integrantes do Aparato Repressivo” e “eliminava a possibilidade de denúncia criminal contra os acusados de prática de tortura.” A Lei das Inelegibilidades “foi alterada, de modo a permitir a candidatura dos anistiados.” A Lei de Segurança Nacional, entretanto, continuou em vigor. (Alves, 1984, pp. 268-269)

<sup>175</sup> A Nova República nasceu em 15 de janeiro de 1985, assim nominada formalmente por Tancredo Neves (PMDB) em seu primeiro discurso depois de ter sido eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral. Ele já usara a expressão nos comícios pró-Diretas Já. Naquele dia, em Brasília, depois de agradecer à luta popular pelas eleições diretas e à mobilização em torno do Colégio Eleitoral (Os muitos agradecimentos foram assim introduzidos: “Na análise desses dois grandes movimentos cívicos, não sei avaliar quando o povo foi maior: se quando rompeu as barreiras da repressão, e veio para as ruas gritar pelas eleições diretas, ou se quando, nisso vencido, não se submeteu e, com extrema maturidade política, exigiu que agíssemos dentro das regras impostas, exatamente para revogá-las e destruí-las.”), acrescentou: “Graças a toda essa imensa e inesquecível mobilização popular, chegamos agora ao limiar da Nova República.” As passagens estão respectivamente nas pp. 243 e 244

adversidade política o PT, no seu processo de consolidação, terminou por construir, na Nova República e na Assembleia Nacional Constituinte, um ponto de apoio para seu projeto, crescendo a partir de ambas. E o PRC, igualmente a partir de ambas, converge para o PT.

#### 4.2.1. PT, do movimento social ao partido

A lei extinguiu o MDB e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)<sup>176</sup> e introduzia uma série de exigências complexas para a fundação de novos partidos. De modo geral, facilitava a organização nos pequenos municípios, onde a situação dominava, e dificultava-a nos grandes, onde a oposição crescia. Pretendia excluir “as vozes mais radicais do novo movimento popular”, visando impedir a fundação do PT. Para isso, proibia a “arregimentação de filiados ou adeptos com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe.”<sup>177</sup>

O PT driblou essa proibição demonstrando ao Supremo Tribunal Eleitoral “que incluía entre seus filiados camponeses e membros da classe média, e de que sua arregimentação baseava-se no programa partidário, e não em motivação classista.”<sup>178</sup> (Alves, 1984, p. 270) O novo sindicalismo, entretanto, influenciara decisivamente a criação do PT. Isto ocorreu quando começou a assumir um papel político, ao transformar-se em movimento social, especialmente a partir das greves de 1978, 79 e 80.

---

do livro “O complô que elegeu Tancredo”, de Gilberto Dimenstein, Roberto Fernandes, Roberto Lopes, José Negreiros e Ricardo Noblat. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985. Como a história registra, Tancredo Neves faleceu antes de assumir, sendo o primeiro governo da Nova República presidido por José Sarney (PFL), seu vice.

<sup>176</sup> MDB e ARENA foram criados pelo Ato Institucional nº 2, em 1965. A segunda representava a situação e o primeiro deveria representar uma “oposição leal”, assegurando uma “harmoniosa cooperação” entre militares e políticos. (Idem, p. 269)

<sup>177</sup> Proibição constante do Parágrafo 3º, Item do Artigo 5º.

<sup>178</sup> O quadro multipartidário ficou composto pelas seguintes organizações: Partido Democrático Social (PDS), reunindo membros da antiga ARENA; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Popular (PP), integrado por membros conservadores do antigo MDB, representando capitalistas e setores financeiros; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reunindo herdeiros do trabalhismo populista de Getúlio Vargas, como a sua sobrinha Ivete Vargas, seguidores do ex-Presidente Jânio Quadros e do ex-Governador Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola e resultante de uma cisão do PTB, depois que Ivete Vargas ganhou no Tribunal Superior Eleitoral o direito de usar a tradicional sigla “PTB”; o Partido dos Trabalhadores (PT). (Idem, pp. 270-276, passim)

Os sindicalistas perceberam que o sindicato esgotava-se como *locus* de luta pela emancipação dos trabalhadores.<sup>179</sup> (Meneguello, 1989, pp. 45-50, passim) Fundado em 1980,<sup>180</sup> o PT “nasceu da conjunção súbita e generalizada da onda de protesto operário do final da década de 1970 com um período de debate na esquerda sobre o tipo de partido (ou partidos) político(s) que se deveria construir na transição para a democracia.” (Keck, 1991, pp. 13-14)

O novo partido surpreendeu os governantes condutores da “abertura” e rompeu com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil, configurando-se “uma novidade político-institucional quanto à origem, organização e proposta.” (Meneguello, 1989, p. 15)

(...) ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera política; (...) procurou ser um partido internamente democrático; (...) queria representar todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles por seus atos. (Keck, 1991, p. 271)

Contestando o *status quo*, o PT, como partido socialista propunha “mudanças radicais na orientação das políticas econômicas e sociais, para beneficiar os menos favorecidos”; como partido “democrático e participativo,

---

<sup>179</sup> “(...) Até o ano passado fui a pessoa mais apolítica que existe nesse país. Vejam que ninguém mais do que eu contestou a corrupção, o modo de fazer política no país. Entretanto, eu acho que estou pagando e vou pagar um preço pelo puritanismo com que eu defendia a minha categoria. Até um determinado momento eu achava que nós ao deveríamos participar em nada que viesse tirar os trabalhadores desse puritanismo; (...) Então cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto às pessoas que se fantasiam de trabalhadores (...) Daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam ser organizar politicamente ...” Discurso de Lula pronunciado em abril de 1980, parcialmente transcrito por Rachel Meneguello à pág. 51 do seu livro “PT - A formação de um partido político - 1979-1982. Para esta nota foram destacados trechos da referida transcrição.

<sup>180</sup> No dia 10 de fevereiro, no Colégio Sion, em São Paulo, quando foi realizado o I Encontro Nacional, Na ocasião foi lançado o Manifesto do partido, aprovadas as concepções básicas para a elaboração do Programa partidário e colhidas as 101 assinaturas necessárias para o registro oficial da organização. Muitas reuniões preliminares aconteceram entre 1977 e 1979, em várias regiões do país, debatendo as concepções e os propósitos do futuro partido. Os documentos aprovados no I Encontro Nacional foram elaborados com base em tais debates. O Programa oficial do PT, entretanto, só foi formalizado, depois de sucessivas redações, em março 1986, como informa à página 50 o livro “Pra que PT – Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores”, de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, publicado em 1989. Como sugere seu título, a obra contém fartas e documentadas informações sobre os primórdios petistas.

sugeria uma nova concepção de política” incluindo setores da população que “poderiam falar por si mesmos”. (Idem, p. 14) Para isso, arrostou os preconceitos segundo os quais os trabalhadores não teriam conhecimentos políticos para a si próprios representarem, bem como a familiaridade com os assuntos públicos exigida aos membros da elite política. Ao “bom senso” que alertava para a utópica ideia de colocar os trabalhadores na arena política, contrapôs o “bom senso segundo o qual as elites políticas, ao historicamente cooptarem os líderes populares terminavam por trair os interesses legítimos das classes trabalhadoras”.<sup>181</sup> (Idem, pp. 271-272, *passim*)

Apesar da sua origem popular e da simpatia massiva que despertava entre os trabalhadores, o PT começou mal. Nas primeiras eleições que participou, em 1982, (para governos estaduais, senadores e deputados) registrou “uma baixíssima densidade eleitoral, obtendo em todo o país nada mais que 3,1% dos votos válidos, sendo, dentre estes, 88,8% só na região Sudeste e, nesta região, cabendo a São Paulo 71,3% do total de seus votos em todo o país.” (Gadotti, Pereira, 1989, p. 247) Mas as dificuldades iniciais<sup>182</sup> foram superadas e

Em dezembro de 1988 o Partido dos Trabalhadores abalou a elite política brasileira ao vencer a disputa para prefeito em três capitais (São Paulo, Porto Alegre e Vitória) e em 29 outras cidades brasileiras (...) Em 1989, na primeira eleição presidencial direta em três décadas, Lula chegou a um passo de ganhar a

---

<sup>181</sup> Como discursou Lula na I Convenção Nacional do PT, em 27/09/1981: “É um partido que nasceu da consciência que os trabalhadores conquistaram, após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.” (Keck, 1991, p. 148)

<sup>182</sup> Em 1985 o PT elegeu a prefeita Maria Luísa Fontenele, em Fortaleza, a quinta maior capital do país. Elegeu também Gilson Menezes prefeito de Diadema, município do ABCD paulista. Nas 23 capitais em que concorreu, o partido somou nas urnas mais de 1,4 milhões de votos, equivalente a 10% do total. Em 1986, para a formação da Assembléia Nacional Constituinte (instalada em 1º de fevereiro de 1987), obteve “entre 3,5 a 4 milhões de votos, isto é, em torno de 7,0%” do total. Ampliou o número de estados por ele representados na Câmara Federal de três, em 1982 (SP, MG, e RJ), para sete (SP, MG, RJ, ES, GO, PR e RS). (Gadotti, Pereira, 1989, pp. 245-261, *passim*)

presidência, perdendo no segundo turno, com 47% dos votos válidos, para os 53% de Fernando Collor de Mello. (Keck, 1991, p. 269)

Entretanto, conforme a autora, o crescimento gradual do partido não indicava como “inevitável qualquer um desses extraordinários acontecimentos políticos”. Segundo ela, “a dinâmica peculiar da transição brasileira criou o lugar que o PT deveria ocupar - o de última esperança de mudança.” (Ibidem) Em parte, essa percepção popular, relativamente ao PT, provinha de desilusão dos eleitores pelo comportamento destituído de princípios, na Constituinte, de grande parte dos políticos e da posição que o partido defendera relativamente na fase pré-Constituinte.<sup>183</sup> Ao mesmo tempo, consumava-se o potencial do partido para cristalizar o descontentamento<sup>184</sup> com a Nova República, que já o beneficiara nas eleições de 1985.

#### 4.2.2. O PRC analisa a conjuntura e aproxima-se do PT e da CUT

O II Congresso do PRC analisou a Nova República e sugeriu aproximações com o PT e a CUT. Os motivos apresentados para a apresentação,

<sup>183</sup> “O PT queria uma Constituinte livre e soberana e propôs eleições especiais para uma Constituinte em março de 1986. Acabou prevalecendo a vontade da Aliança Democrática, que representava a continuação do regime autoritário.” (Gadotti, Pereira, 1989, p. 299) “Ao final dos trabalhos da Constituinte o PT enfrentou o duplo dilema: o de dizer *sim* ou *não* à Constituição (...) *assinar* ou *não assinar* a Carta. (...) após uma discussão intensa (...) votou *não* ao texto, expressando seu descontentamento em relação ao caráter conservador da nova Constituição. Por outro lado, *assinou* a Carta (...) reconhecendo que participou de sua autoria. (...) Dizendo não, o Partido dos Trabalhadores a rejeita como um todo; assinando, o Partido dos Trabalhadores assume a responsabilidade de ter participado e feito o possível para torná-la progressista.” (Idem, pp. 309-310) No processo constituinte, suas deliberações amplamente difundidas “chamaram a atenção pública para o comportamento destituído de princípios de grande parte dos políticos eleitos, incluindo muitos do antigo partido de oposição. Especialmente prejudicial foi a boa vontade de muitos políticos do PMDB de apoiar a desesperada (e altamente impopular) campanha de Sarney para um quinto ano no poder, em troca de privilégios para si mesmos ou para seus eleitores.” (Keck, 1991, p. 270) “A coerência da bancada do PT contrastou-se ao que ocorria nos outros partidos (...) Quase a metade dos membros do PMDB votou contra artigos que faziam parte da plataforma do partido (...) o PT foi o único cujos membros votavam de acordo com uma linha partidária única, sendo que apenas o PDT aproximou-se dessa posição. O PMDB teve o mais baixo índice de coesão partidária.” (Idem, pp. 256-257)

<sup>184</sup> “Em termos sócio-econômicos a década de 1980 foi uma montanha russa: uma grave queda no início; uma breve melhora em 1986, com os primeiros estágios do Plano Cruzado; e, no final da década, a erosão de muitas dessas conquistas com a alta da inflação. Em números agregados, a renda *per capita* caiu 6,59% durante a década e, num efeito perverso, a distribuição de renda ficou ainda mais desigual do que no auge do governo militar.” (Idem, p. 270)

adiante, conformariam em parte as razões para a dissolução do partido. Publicado em outubro de 1985, o documento denominado “Resolução Política”<sup>185</sup> estruturava-se sob o título geral “Construir uma Alternativa Operária e Popular”. Seus subtítulos: “A tática como momento da construção partidária comunista” e “As atitudes dos revolucionários comunistas”

A resolução principal, direcionada à construção da alternativa operário e popular subdividia-se em 21 pontos e reconhecia que o fim do regime militar criara uma “nova realidade política [...] *muito mais complexa*”<sup>186</sup> do que a anterior, a contra-revolução assumira uma “ ‘ face civilizada’ ”. Semelhantes alterações ocorriam no plano internacional, verificando-se transições conservadoras e aumento da super-exploração, com investimentos na informática e em áreas assemelhadas. Em crise, o movimento comunista internacional traficava a política burguesa no movimento operário. Surgiam “*problemas ainda não equacionados pelos marxistas-leninistas*”.

A burguesia brasileira manipulava “a justa ânsia por mudanças reais”. A Nova República configurava uma nova realidade política mas *não tocava no essencial*. Mantinha o arrocho salarial, as relações com o FMI “*negava-se a apurar as responsabilidades pelos crimes de tortura e corrupção*.” Impunha-se o combate à “velha ilusão, agora revigorada, do Estado acima das classes; tratava-se de uma “*ficção da igualdade*” assentada também na ideia da “sociedade civil” como ente social representativo. *A ideia de “democracia em geral” seria “uma abstração apologética destinada a enganar o proletariado”*.

O regime político caracterizava-se pelo combate oportunista aos críticos da Nova República, evocando o fantasma do retrocesso. Entretanto, a chamada transição democrática não representava “sequer a implantação gradual de uma democracia liberal clássica”. Através de lobbies, os cartéis impunham o

<sup>185</sup> Comitê Central do PRC. *Resolução Política do II Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. Outubro de 1985. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 89.

<sup>186</sup> Os grifos são meus, PLSO.

controle do parlamento pelos partidos conservadores. Vivia-se a “democracia dos monopólios”. Apesar disso, *as massas percebiam a transição burguesa como um importante avanço e/ou como uma vitória*. O movimento operário não conseguira independência política, sem constituir-se como oposição radical à transição.

Essa desenvoltura da burguesia atestava as “insuficiências políticas e táticas dos revolucionários comunistas”, que abrangiam o PRC. Para superá-las, era preciso um *esforço “teórico-político”, formulando “uma teoria para a revolução brasileira.”* Neste propósito, havia que tomar a Revolução de Outubro de 1917 como “inspiração” e “marco indelével”, mas não como “modelo aplicável às condições brasileiras”, tanto tática como estrategicamente. Do bolchevismo, se deveria extrair “o acúmulo teórico configurado na abordagem leninista da política”. Constatando que setores da burguesia aliados do processo de monopolização barganhavam pequenas concessões sem afetar a oligarquia financeira, o documento assinalava o surgimento de “uma numerosa burguesia assalariada” e empobrecida, “um exército de semiproletários”, milhões de camponeses e assalariados agrícolas e um moderno proletariado concentrado no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais.

Semelhante estrutura social descartava a hipótese de uma revolução burguesa e incapacitava assalariados pequenos burgueses e camponeses à ação revolucionária. A situação revolucionária não surgiria via desenvolvimento espontâneo da luta de classes, mas exigiria “a intervenção do elemento consciente e um acúmulo de condições subjetivas, em articulação com condições objetivas favoráveis”. Para tanto, “segmentos significativos das massas operárias” deveriam ser ganhos para o socialismo. Daí porque o II Congresso do PRC definia como aspecto fundamental da sua tática “a propaganda socialista sistemática junto às massas”. Isto era imprescindível também por outra razão: sob a Nova República ampliara-se a atividade política,

abrindo-se espaço para legendas que se apresentavam como socialistas (PC, PC do B, PSB, PT) e para *a realização de um processo constituinte*. Aos militantes do PRC cabia denunciar o falso socialismo de tais partidos e defender a luta socialista especialmente no âmbito petista, bem como em outras esferas sociais.

No entendimento do PRC, a Nova República gerara expectativas que não poderia atender. Cabia-lhe desestabilizá-la, sendo necessário criar uma alternativa operária e popular que se configurasse como força social capaz de fazê-lo. Essa tarefa representava o *objetivo tático central* do PRC. Para atingi-lo, o partido se valeria de um “pólo-mínimo anti-conciliação”, *presente especialmente “nos campos de influência e nas bases do PT e da CUT.”* Era necessário criar uma terceira alternativa entre o burguês de ultra direita e o liberal, explicitando para as massas “que não se deve querer nem o passado como era, nem o presente como está.”

A criação dessa alternativa exigia ao PRC firmar-se como organização revolucionária e buscar uma base de massas própria; exigia também a *“afirmação política, desde uma perspectiva combativa, do PT e da CUT”*. Tratava-se de “articular duas esferas: a unidade de ação política da esquerda revolucionária (...) e a unificação de um campo político amplo” de oposição à Nova República. Naquele momento, admitia o PRC, o referido campo tinha *“como referenciais de massa principais o PT e a CUT.”* Desse modo, o II Congresso indicava aos seus quadros o PT como opção preferencial de partido institucional (PI).

Conforme o PRC, a articulação desejada enfrentaria um “período decisivo”: aquele que se estenderia até a promulgação da nova Constituição.<sup>187</sup> E constatava que os referenciais políticos de massa encontravam-se fundamentalmente “no terreno da institucionalidade parlamentar e partidária”.

---

<sup>187</sup> A Constituinte concluiu seus trabalhos em setembro de 1988. Os congressistas foram empossados em fevereiro de 1987, tendo sido eleitos nas eleições gerais de 1986. Como tais resoluções do PRC datam de outubro de 1985, constata-se que o tempo era exíguo. Nota do autor.

Isso determinava que o partido buscasse articular sua intervenção com a luta de massas, combinando o trabalho legal com o ilegal e estimulasse a “superação das ilusões”. Para transitar com sucesso pelo referido “período decisivo” o PRC defendia uma “plataforma de lutas” assentada nas consignas: contra a opressão política; contra o imperialismo e a exploração capitalista; contra o latifúndio e os monopólios capitalistas no campo; solidariedade internacional. Essa tensão expressa nos documentos partidários (e na vida do Partido) persistiria: de um lado, a proposição de metas inspiradas nas lutas históricas do socialismo, embora matizadas por uma ampla releitura do marxismo e, de outro, a percepção de que a institucionalidade parlamentar e partidária pronunciava-se como fundamental.

Sete meses depois, em maio de 1986, o PRC publicava novas “Resoluções Políticas”,<sup>188</sup> abordando “o quadro político do país” e “o relacionamento com o PT”. As “Teses para Discussão”<sup>189</sup> preparatórias ao III Congresso, publicadas quase dois anos depois, em agosto de 1987, no texto VII, denominado “Elementos para elaboração de uma linha estratégica” propunham tarefas assemelhadas àquelas aprovada no II Congresso. As referidas tarefas, considerando a “complexidade da formação social do país” e “a natureza da luta pelo comunismo” deveriam “incidir sobre o capitalismo de maneira imediata”, contemplando “as múltiplas preocupações existentes nas classes populares e a universalidade de uma luta cujo objetivo maior é a desalienação e a libertação integral do próprio homem.” Estas eram as tarefas necessárias à revolução brasileira:

---

<sup>188</sup> Comitê Central do PRC. *Resoluções Políticas do PRC*. Maio de 1986. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 103.

<sup>189</sup> Comitê Central do PRC. *Teses para Discussão - PRC - Terceiro Congresso*. Agosto de 1987. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 150.

a - conquistar a liberdade para o proletariado e as massas populares; b - acabar com a dependência do país ao imperialismo; c - acabar com o jugo da oligarquia financeira e golpear decisivamente o capitalismo; d - eliminar o monopólio da terra e a renda territorial; e - garantir uma vida digna para as massas populares; f - garantir a libertação integral da mulher; g - combater os preconceitos e todas as formas de discriminação; h - combater o conservadorismo na moral e nos costumes, a alienação e todas as formas de servidão espiritual; i - eliminar a exploração predatória do meio-ambiente; j - praticar uma política externa independente e a solidariedade internacional à luta do proletariado e dos povos; k - defender a humanidade.<sup>190</sup>

Embora incluísse as questões de gênero e de meio ambiente, basicamente a plataforma de lutas mantinha-se a mesma aprovada no Congresso anterior, e reforçada pelas pressuposições de que a realização das tarefas mencionadas deveria levar à fundação de um novo Estado, cujo caráter de classe se expressaria na ditadura do proletariado. Praticamente nada de novo ali se manifestava. Entretanto não era vã a redundância do título do documento, anunciando que as teses destinavam-se à “discussão”. Pois na “Apresentação” do conjunto de textos o CC explicava que os mesmos não representavam a sua posição oficial: em prol da diversidade e do debate pré-Congresso que apenas se iniciava o CC, “que nomeara comissões de trabalho com a incumbência de elaborar os textos iniciais para discussão, ao tomar conhecimento do resultado, optou por publicá-los tal como apresentados.” Conforme o Comitê Central, definir as teses oficiais “quando o debate apenas começara”, atentaria contra as

---

<sup>190</sup> Op. cit., p. 58.

possibilidades de enriquecimento teórico e político passíveis de serem proporcionadas pelo processo congressual. Além disso - assegurava o CC - os textos guardavam a “unidade básica sem a qual seria impensável a militância partidária do tipo leninista”.

A cautela do Comitê Central prenunciava as posições que levariam o PRC à sua autodissolução. Mas havia uma virtual unidade tática quanto à aproximação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores. As “Teses para Discussão”, no texto “O Partido e o Movimento de Massas”, saudavam o surgimento do “ ‘campo PT-CUT’ ” como “a primeira possibilidade real e histórica para o surgimento de uma ‘vontade coletiva’ proletária e popular de caráter nacional.” Mas tal “vontade” não se tornaria revolucionária se abandonada fosse.

O ‘campo PT-CUT’ representa já uma presença coletiva e embrionária, mas que não se tornou uma ‘vontade com consciência atuante na necessidade histórica’ e que ainda não se tornou socialista e revolucionária e nem se tornará se for abandonada ao seu destino. O Partido deve ter no ‘campo PT-CUT’ o elemento fundamental para a formação de uma ‘vontade coletiva’ atuante historicamente e de caráter socialista porque ali já se encontra o germe embrionário de uma ‘vontade coletiva’.<sup>191</sup>

Conforme o PRC, a classe operária brasileira estava no primeiro estágio de constituição da classe em si. Isto é, quando descobre “a sua identidade imediata de classe, desenvolvendo o seu primeiro momento de consciência espontânea através de suas lutas reivindicatórias e sindicais.” Sobre

---

<sup>191</sup> Op. cit., p. 46.

esse momento era necessário agir imediatamente, visto que o “segundo momento” da consciência espontânea, tal como o descreve o marxismo, caracteriza-se pelo enrijecimento “numa fixação ideológica de caráter espontaneísta e economicista.” Trata-se de um momento “negativo para o desenvolvimento ulterior da consciência revolucionária de classe.”<sup>192</sup>

Para que isso não ocorresse, ao PRC caberia agir de modo político-pedagógico no interior do campo PT-CUT. “Deveria estabelecer “um intercâmbio orgânico e dialético onde vale o princípio de que o Partido é o elemento que age para ‘alterar as circunstâncias’ existentes no movimento de massas” sem deixar de comportar-se como o “ ‘ educador que deve ser educado’ ”. Assim, abdicaria de ser um “representante vanguardista ‘das massas atrasadas’ ” e também evitaria sua dissolução no “nível da consciência espontânea imediata das massas.”<sup>193</sup>

#### **4.2.3. O PT movimenta-se na cena político-institucional**

A Nova República herdou a genética política do regime militar. Este, ao esbarrar no “constante ressurgimento da oposição”, tratou de reorganizar as estruturas estatais “de modo a desenvolver novos mecanismos de controle e impor novamente a conformidade” (Alves, 1984, p. 315). Para preservar-se, entre outras alternativas o regime militar valia-se da “permanente aplicação da repressão seletiva contra formas intoleráveis de oposição, com a simultânea promoção de negociações com setores de elite da oposição, para cooptação de determinados setores.” (Idem, p. 326.) Desse modo, enquanto as oposições se mantivessem “negociando medidas liberalizantes mas não promovendo rupturas nas estruturas fundamentais do poder”, não poderia haver “maiores transformações no contexto político brasileiro.” (Idem, p. 328)

---

<sup>192</sup> Op. cit., p. 42.

<sup>193</sup> Op. cit., p. 44.

Constantes das páginas finais do conhecido estudo de Maria Helena Moreira Alves sobre o Estado e a oposição,<sup>194</sup> tais considerações foram publicadas em 1984, anteriormente ao surgimento da Nova República. Elas revelaram-se proféticas quanto ao desdobramento político da cena nacional, cujas características conservadoras mantiveram-se. Em 1988, analisando as perspectivas da Nova República, já desgastada, Maria do Carmo Campello de Souza<sup>195</sup> concluía que a sua continuidade dependia da tutela militar. Impotentes frente à crise econômica, os militares haviam se retraído, mas controlavam o processo de democratização, que corria perigo.<sup>196</sup>

Semelhante percepção era comum ao PT e à parte da esquerda, dada a história recente do país. E havia motivos para reforçá-la, pois a Nova República nascera do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves, substituído pelo seu vice José Sarney. E o Colégio resultara do fracasso da campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República (Diretas Já), movimento que o PT elegeu como prioridade, em 1984. Com a derrota da emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB), que propunha as eleições diretas, o PMDB considerou a campanha encerrada e concentrou suas energias na formação da Aliança Democrática, uma coalização com a Frente Liberal, constituída por dissidentes do PDS. Com isso, pretendia garantir a maioria no Colégio eleitoral,<sup>197</sup> o que de fato conseguiu, elegendo Tancredo Neves e vencendo o candidato da situação,

---

<sup>194</sup> Alves, Maria Helena Moreira. *O Estado e a Oposição no Brasil (1964-1984)*. RJ: Vozes, 1984. 362pp.

<sup>195</sup> Souza, Maria do Carmo Campello de. *A Nova República: sob a espada de Dâmocles*. In: Stepan, Alfred. (Org.) *Democratizando o Brasil*. RJ: Paz e Terra, 1988. 633pp.

<sup>196</sup> “Nesta condição, a democratização brasileira, antes de morrer pela decapitação, com maior probabilidade se debilitará pela asfixia. E a não se alterar esta situação, as elites regionais ajudarão a sufocar o frágil empreendimento democrático brasileiro com suas mãos enluvadas, sejam elas as do imperativo do capitalismo selvagem moderno do Sul ou as do provincianismo atrasado das oligarquias nordestinas” (Souza, 1988, p. 613)

<sup>197</sup> As lideranças do Partido opuseram-se à participação dos deputados petistas no Colégio Eleitoral. Conforme decisão do Diretório Nacional, “contra a chantagem do malufismo e o projeto de transição proposto pelas classes dominantes, o PT reafirma sua decisão de boicotar o Colégio eleitoral e, portanto, não participar da votação indireta de 15 de janeiro de 1985.” (Keck, 1991, p. 253)

Paulo Maluf. Contrário à manutenção da eleição indireta, o PT tentou levar adiante a campanha, sem sucesso.<sup>198</sup> (Keck, 1991, pp. 250-251)

A posição petista sobre a Nova República encontrava eco no PRC. Em manifesto à classe operária<sup>199</sup> à classe operária, publicado pelo Comitê Regional do Rio Grande do Sul, na passagem do dia 1º de maio de 1985, o CR do Rio Grande do Sul afirmava; “A NOVA REPÚBLICA é, sem dúvida, a VELHA BURGUESIA!” E assim justificava a sua posição:

O novo governo, fruto de uma aliança dos diversos setores da burguesia, fala em NOVA REPÚBLICA. Mas **o que há de novo?** A política econômica que submete o país ao FMI foi reafirmada. As medidas recessivas e o novo salário mínimo, seguem a cartilha de Delfim Neto. A LSN, a legislação eleitoral, a Lei de Greve e o atrelamento dos sindicatos: tudo isso permanece.

O manifesto gaúcho refletia a linha de análise gestada no II Congresso do PRC, antes mencionado. Nele, os comunistas reconheciam a nova e complexa realidade política criada pelo regime militar e detectavam problemas ainda não equacionados pelos marxistas. A realidade política “muito mais complexa” abrangia problemas que não se pronunciavam nas análises de conjuntura, como as especificidades das ações requeridas pelos cargos executivos nos marcos da democracia “burguesa”.

Para enfrentá-las, desbordando os riscos antidemocráticos representados pela Nova República e suas origens, bem como à sua crise

---

<sup>198</sup> “A frustração, o ceticismo ou mesmo a apatia tomaram conta das grandes parcelas da população depois da derrota das Diretas em 84 (Emenda Dante de Oliveira), permitindo à Nova República no início de seu governo - graças em particular ao cruzado - experimentar um período de sustentação social - inclusive com o apoio de alguns partidos de esquerda (PCB, PC do B)”. (Gadotti, Pereira, 1984, p. 298)

<sup>199</sup> Comitê Regional do PRC-RS. *Do Partido Revolucionário Comunista à Classe Operária*. 01/05/1985 NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 102.

econômica e de poder, o PT aperfeiçoou e reforçou junto à opinião pública sua proposta de governo popular. Em 1988, na disputa pela prefeitura de São Paulo, quando foi eleita a petista Luiza Erundina, o partido apresentou um discurso apoiado em duas temáticas: “a competência na resolução dos problemas da capital paulista e a proposta de mudança radical do perfil da administração pública, viabilizada por um regime democrático.” (Meneguello, 1989, pp. 201-202) Buscava superar as experiências negativas das prefeituras de Diadema (SP) e Fortaleza (CE) em 1985.

No caso de Diadema, por exemplo, o prefeito Gílson Menezes elegeu-se comprometido a governar com a ajuda de conselhos populares, que se articulariam de um sistema de democracia direta. Mas “logo ficou claro que a falta de uma organização popular prévia tornava essa ideia inviável.” Os conselhos passaram a ser manipulados por líderes políticos locais e não representavam a população. (Idem, p. 232). A fórmula do PRC era a mesma, mas presumia uma ação organizativa: seriam criados Conselhos Operários, mas estes se somariam à “ação de vanguarda do Partido Comunista”.

Assim, o PRC pretendia erguer um poder “exercido através do controle direto da classe operária”, resgatando a essência das comunas e dos *soviets* e constituindo instâncias diretivas que responderiam “às novas necessidades decorrentes da complexificação social”. A fórmula dos “soviets”, ainda que irresolvida nos tempos da Revolução Russa<sup>200</sup> persistia como um sinônimo de poder popular e como um mito inatacável, bem como as atribuições do partido revolucionário.<sup>201</sup> Na época em que PRC e PT nasciam (ambos batendo-se pelo

---

<sup>200</sup> “O fato de Lênin, envolvido em uma febril atividade revolucionária, jamais ter fornecido, nem em 1917 e nem posteriormente, esta confrontação [entre Estado e soviets - nota minha, PLSO] de modo analítico e argumentado, deixou aberta uma grave lacuna. Todas as posteriores referências limitam-se a identificar genericamente a República parlamentar com o predomínio burguês”, enquanto os soviets como forma de governo representariam uma democracia. Johnstone, Monty, “Lênin e a revolução”, pp. 124-125. *In* Hobsbawn, Eric (Org.) História do Marxismo. Vol. 5. RJ: Paz e Terra, 1986.

<sup>201</sup> Ainda que não se considerasse mero prolongamento do feito anteriormente, o PRC preservava mitos do comunismo. Compreensivelmente, para dar continuidade “em nível superior” a luta revolucionária, não poderia

socialismo), portanto, preconizava-se a emancipação<sup>202</sup> dos trabalhadores, mas persistiam irresolvidas as relações estado-partido-sociedade-organizações populares. Tais relações marcaram negativamente as experiências administrativas antes mencionadas.<sup>203</sup>

O ideal de desenvolver formas de organização e responsabilidade popular parecia entrar em conflito com a necessidade de obter resultados que demonstrassem a capacidade de um prefeito do PT realizar uma administração eficiente, direcionada para as necessidades populares; esse dilema também iria afligir todas as futuras prefeituras do PT. (Keck, 1991, p. 241)

O PT vinha de uma crescente e respeitada atuação parlamentar no Congresso Nacional. Foi o único partido que formulou um anteprojeto de Constituição,<sup>204</sup> baseado em uma proposta redigida pelo jurista Fábio Konder

---

fazê-lo sem o imaginário que (lhe) explicava o mundo. Como observa Jorge Ferreira, em seu livro “Prisioneiros do mito”: “Todo o conjunto simbólico que permitiu ao revolucionário pensar, ler sua realidade social e agir de uma determinada maneira constituía uma linguagem coletiva”. (Ferreira, 2002, p. 21) Afiliados de “uma importante tradição intelectual que se firmou na segunda metade do século XIX”, (Ibidem) os comunistas formularam um conjunto de ideias e uma doutrina política sustentados por uma interpretação de viés materialista, baseados na tradição racionalista e legitimados por uma concepção que se queria científica. No entanto, por mais que eles repudiassem qualquer manifestação de religiosidade, defendessem a primazia do conhecimento científico na decifração da realidade em que viviam e se expressassem por uma linguagem laicizada, havia algo de mítico, sacralizado e nostálgico em suas manifestações discursivas e comportamentais. (Idem, p. 23) Essa mitologia tem a sua melhor expressão no virtual culto ao proletariado, sujeito histórico que desencadearia a revolução. Portanto tinha vontade própria, sendo a classe operária “descrita como um ser cuja existência se manifestava conscientemente na História.” (Idem, p. 27) Desse modo, a expressão “marxismo-leninismo” abrigava mitos fundamentais “que narravam o caráter revolucionário do proletariado, a necessidade do partido de vanguarda e o esgotamento do capitalismo por meio de uma catástrofe econômica e social.” (Idem, p. 26) Como outros grupos humanos, os comunistas também elaboraram um imaginário e uma doutrina de salvação, fato que não desfaz “de sua capacidade de mobilizar os homens”. (Idem, p. 36) Em apoio a esta afirmativa Ferreira cita Girardet, [Girardet, Raoul. Mitos e mitologias políticas. SP: Cia. das Letras, 1987, p. 11] que indaga: “qual teria sido o destino de um marxismo destituído de todo apelo profético e de toda visão messiânica, reduzido exclusivamente aos dados de um sistema conceitual e de um método de análise?”

<sup>202</sup> “O PT valoriza, na luta pelo socialismo, os conselhos de trabalhadores. A *autonomia* é um conceito preciso do PT: a autonomia das classes dominadas, caminhando com suas próprias pernas, construindo-se no movimento de negação da própria dominação.” (Gadotti, Pereira, 1989, p. 26)

<sup>203</sup> Em Diadema o PT conseguiu manter-se na prefeitura no mandato seguinte, mas Gílson Menezes deixou o partido. Em Fortaleza, o PT foi derrotado na sucessão. Maria Luíza Fontenele foi expulsa do partido em 1987 e os petistas entregaram os cargos na administração. [Nota do autor]

<sup>204</sup> Comparato Fábio Konder. *Muda Brasil - Uma constituição para o desenvolvimento democrático*. SP: Brasiliense, 1987. 162pp.

Comparato.<sup>205</sup> Além disso, foi “um elemento importante na coalização que abriu o processo de elaboração da Constituição às iniciativas populares”. Disso decorreu um amplo processo de participação popular,<sup>206</sup> que gerou 122 emendas, avalizadas 12,2 milhões de assinaturas de eleitores. (Idem, p. 256) Assim, das situações adversas conformadas pela Nova República e pela Constituinte em um formato indesejado, o partido extraiu elementos para fortalecer seus laços com os movimentos sociais.

Entretanto, a experiência petista em cargos executivos não vinha sendo adequada, exemplificada nos casos de Diadema e de Fortaleza. Então, valendo-se de “uma posição claramente definida na esfera político-institucional, tratava-se para o partido de traduzir, na campanha das eleições municipais de 88, esta imagem de alternativa viável de governo.” (Meneguello, 1989, p. 201) É nessas circunstâncias que a convergência do PRC em direção ao PT começa a se delinear.

#### **4.3. O PRC e “o imperativo organizacional”**

O movimento do PRC em direção a um relacionamento “orgânico e dialético” com o PT, conforme as Resoluções Políticas publicadas em maio de 86, pode ser identificado, por exemplo, no artigo “Nova República: democracia dos monopólios”. Trata-se de um texto de aproximação ao PT, por certo, mas também exemplifica a contribuição política do PRC ao partido institucional e ilustra a gradual consolidação do apoio dos comunistas ao novo partido, bem como à organização da política petista.

---

<sup>205</sup> “Pois, apesar das notórias deficiências de representação popular no Congresso (...) as exigências populares vão no sentido das mudanças substanciais e não da conservação do atual estado de coisas. (...) O objetivo maior da sua elaboração (...) é colocar o debate constitucional no terreno das necessárias e inadiáveis transformações da sociedade brasileira.” (Comparato, 1987, p. 12)

<sup>206</sup> A história desse processo está registrada no livro “Cidadão Constituinte - A saga das emendas populares”, publicado por iniciativa do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (CEAC/UnB) e o Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte. Organizado por especialistas e militantes, reúne os esforços de um coletivo de entidades que se mobilizaram para intervir no processo constituinte e registrá-lo. Ed. Paz e Terra (SP), 1989. 422pp.

Rapidamente, o PRC foi aderindo ao “imperativo organizacional” nos moldes sugeridos por Huntington, tal como foi anotado no Capítulo 2 deste trabalho. Neste aspecto, o artigo revela “uma política nutrida de teoria, como a de Lênin”,<sup>207</sup> traço que caracterizará as contribuições do PRC ao PT. Por outro lado, a inserção dos comunistas do PRC no PT viria demonstrar preocupações concretas com a sobrevivência (e, depois, a longevidade)<sup>208</sup> do partido institucional.

O referido texto foi publicado na revista *Práxis* nº 2, vinculada ao PRC,<sup>209</sup> e destacava os méritos petistas pela “posição firme” na denúncia da conciliação entre as classes dominantes, representada pela Nova República.

A recusa do PT em dar seu aval político para legitimar um novo pacto social que continuará excluindo os interesses populares, torna-se um referencial para os setores mais avançados e combativos da população. Nesse processo, o PT poderá surgir na nova conjuntura, aos olhos das amplas massas, como único partido institucional verdadeiramente oposicionista e capaz de contribuir significativamente para impulsionar as lutas operárias e populares. (p. 44)

Essencialmente, porém, o texto contribui para distinguir o equívoco de duas posições contrárias à Nova República e que transitavam no PT. Uma, a posição segundo a qual a Nova República era a “ditadura militar de roupa nova”; outra, a que a definia como uma “democracia burguesa autoritária e restritiva”. Os autores explicam que as duas posições partiam das aparências, isto é, do fenômeno que se manifesta à consciência das massas. Todavia, entre o

<sup>207</sup> A expressão provém do texto “Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo”, à sua p. 253. In Hobsbawm, Eric. (Org.) *História do Marxismo*. Vol. IX. RJ: Paz e Terra, 1987.

<sup>208</sup> “A ‘verdadeira política tanto para a democracia quanto para a oligarquia’ observou Aristóteles, ‘não é a que assegure a maior força possível de uma ou de outra, mas a que assegure a vida mais longa possível para ambas.’” (Huntington, 1985, p. 38)

<sup>209</sup> A edição em questão não está datada. A *Práxis* era publicada pelo Centro de Estudos e Debates do Socialismo e da Cultura (Cedesc), de Santa Maria (RS).

vivido e a consciência, a teoria deveria “inserir-se como um momento dinâmico”.

A consciência política das massas não nasce da negação pura e simples dos fenômenos percebidos pelo senso comum, mas de um exercício político e ideológico que procura articular a parte da realidade que aparece à primeira vista, com a outra parte da realidade, aquela que não aparece de imediato, para desse modo mostrar a essência viva do momento político. (Idem, p. 47)

O argumento de que, com a Aliança Democrática “persiste a ‘ditadura militar’, porque, no final das contas” os militares é quem vigiarão os políticos burgueses à testa do Estado,

representa uma capitulação diante do próprio senso comum. Ele implica no reforço e reprodução de uma visão muito difundida entre as massas (...) que percebe tão somente o aspecto mais aparente da questão como se fosse essência. (...) afirmar que na Nova República os militares continuarão sendo os intermediários executivos desse poder (...) não indica o que tende realmente a acontecer. (...) Serão os partidos conservadores, uma oligarquia tutelada e vigiada pelos generais (nos quais a burguesia confia bem mais do que nos seus políticos, embora não possa prescindir deles especialmente em certas conjunturas) que deverão exercer diretamente a administração do Estado. (Idem, pp. 47-48)

Disso decorre que a palavra de ordem, “abaixo ditadura militar” conduz a política ao vazio. Igualmente, conceituar a Nova República como “democracia burguesa” e “autoritária” consiste em “uma definição

excessivamente genérica, pois não apanha a particularidade e a concreticidade da realidade que está se configurando em nosso país.” (Idem, p. 50)

E como o problema consiste em formular um conceito que indique uma verdade teórica e, ao mesmo tempo, seja pedagógico e eficaz na luta política, a proposta torna-se abstrata e inútil. Facilmente pode traduzir-se em práticas política equivocadas, ao sugerir estabilidade para o regime e até mesmo a ideia de uma evolução ‘gradual’ para uma democracia liberal. (Ibidem)

Sustentando seu título, o texto afirma que a Nova República consiste em uma “democracia dos monopólios”:

É preciso considerar que o regime que se implantou em nosso país tem sua própria lógica política e institucional. E essa lógica não é sugerida ou indicada, seja pelo conceito de ‘ditadura militar’, seja pelo conceito de ‘democracia liberal-burguesa’, mesmo adjetivada como ‘autoritária’ ou ‘restrita’. O ‘projeto’ delineado pela Aliança Democrática implica no modo mais racional de domínio dos monopólios num país dependente e desenvolvido como é o Brasil, numa época de crise geral do capitalismo e de crise política de uma ditadura militar (...) Um projeto que visa legitimar as contradições entre os interesses burgueses como condição necessária para a sua unificação política e, de outra parte, ampliar as bases de consenso e legitimidade entre as elites para barrar o ímpeto de rebelião das massas. (Idem, p. 51)

Por fim, cumpre destacar o trecho que efetivamente distingue o esforço teórico dos autores:

Em síntese, não se trata de uma democracia burguesa com características especiais, e sim de um regime especial com características da democracia burguesa entendida na acepção usual. (...) A diferença entre uma e outra caracterização não é apenas de palavras, pois implica em muitas conseqüências do ponto de vista das prioridades táticas e seu modo de abordagem e das questões programáticas que vão direcionar a luta. (Idem, p. 51)

O artigo em questão, ao abordar a natureza do governo, termina por contribuir para a organização da política petista. Outro exemplo dessa prática encontra-se no livro “Os mercadores de ilusões - Análise crítica do ‘sindicalismo de resultado’ ”,<sup>210</sup> de Ozeas Duarte. Publicado pela Brasil Debates, o livro dá combate à linha sindicalista “moderada” que, abrigada na CGT, enfrentava a postura sindical cutista.<sup>211</sup> Com a obra, o dirigente nacional do PRC demonstrava que o “sindicalismo de resultado”<sup>212</sup> mercadejava ilusões mas, especialmente, distinguia a crítica feita das demais críticas em curso. Quanto ao “sindicalismo de resultado”, marcado por sua postura “apolítica” o autor observa que tal movimento

filia-se sem dubiedades à corrente ideológica que toma a “mão invisível” do mercado como a força potente capaz de assegurar futuro promissor ao capitalismo. Para esta corrente, nada pode substituir o mercado, terreno da livre iniciativa, nas tarefas de vencer as manifestações de crise e os desafios colocados pela revolução tecnológica. (...) Toda a sua linha de atuação nos sindicatos está informada por - e traduz - uma

<sup>210</sup> Duarte, Ozeas. Os mercadores de ilusões - Análise crítica do “sindicalismo de resultado”. SP: Brasil Debates, 1988. 62pp.

<sup>211</sup> O Prefácio do livro é assinado por José Fortunati, então dirigente da CUT/RS e deputado estadual pelo PT.

<sup>212</sup> A expressão “sindicalismo de resultado (...) identifica uma corrente político-ideológica cuja presença tornou-se ostensiva, não só no âmbito sindical, como no conjunto da política nacional. Sem dúvida, os líderes dessa corrente, Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e Antônio Rogério Magri, dos Eletricitários, ambos de São Paulo, têm ocupado a cena política muito além das fronteiras das entidades que dirigem e da própria CGT” (p. 11)

concepção global sobre a sociedade e sobre o capitalismo. O cerne dessa concepção é o culto à livre iniciativa e à potência do mercado, segundo o ideário neo-liberal. (Duarte, pp. 40-41)

No que diz respeito à crítica ao “sindicalismo de resultado”, comparativamente as demais críticas,

situa-se principalmente na ausência, mais ou menos generalizada (...) de uma caracterização **correta** da posição de classe dessa corrente. Observa-se uma tendência à absolutização da **situação** de classe, o que autorizaria identificar os “mercadores de ilusões” como um sindicalismo operário equivocado. Assim, no plano conceitual, o máximo a que chegam é a qualificativos capazes de apreender um ou outro aspecto, como “sindicalismo de negócio”, “sindicalismo conciliador”, quando não o francamente inadequado “peleguismo reciclado”. (...) é útil sublinhar que estamos discutindo o problema da conceituação (teórica) do “sindicalismo de resultado”, necessária principalmente para o efeito da elaboração de táticas adequadas de combatê-lo, e não do rótulo propagandístico (...) (Idem, pp. 52-53)

Com semelhantes considerações tentava-se estabelecer modos de organização da política no âmbito petista. Mais um exemplo desse apego ao “imperativo organizacional” está no texto de Tarso Genro<sup>213</sup> integrante do livro “PT – Um projeto para o Brasil”.<sup>214</sup> Nele, o Vice-Prefeito de Porto Alegre

<sup>213</sup> Tarso Genro, na época, estava deixando a Câmara de Deputados para assumir a Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Era também Vice-Prefeito do referido município, na gestão chefiada por Olívio Dutra (1989-1992) [Nota do autor]

<sup>214</sup> Publicado pela Editora Brasiliense (SP) em 1989, o livro é o registro do seminário homônimo realizado em São Paulo, dias 15 e 16/04/1989. Foi organizado por Francisco Weffort, a pedido da direção nacional petista. Tarso Genro abordou o tema “Democracia e socialismo”, juntamente com Carlos Nelson Coutinho, José Arthur Gianotti, Wladimir Pomar e Apolônio de Carvalho.

aborda o delicado e controverso tema dos “conselhos populares”<sup>215</sup> que, por exemplo, tanto afligira o governo petista em Diadema. Para Tarso Genro

A simples proposta de “retomada dos Conselhos” no estilo Comuna de Paris, numa sociedade moderna e complexa, que gesta uma série enorme de demandas espirituais e materiais, individuais e coletivas, não resiste sequer à crítica do mero bom senso. Mormente se é preciso pensar num projeto que se reproduza no interior de um processo de longo curso, em que não se coloca simplesmente o “assalto” ao poder, mas a criação de uma série de mediações modernas, que contemple não só *uma diversidade social*, existente nas sociedades desenvolvidas, mas também a situação defensiva em que se encontra a luta e os valores históricos do socialismo. (Genro, 1989, p. 49)

Não se trata aqui de detalhar as considerações do referido dirigente (que, na ocasião, adentrou no debate sobre o conceito de democracia), mas de especificamente destacar a inflexão organizativa da sua manifestação, propiciada pela ênfase conceitual relativa aos conselhos.

Devemos ter claro que uma proposta de disputa, hoje, na esfera do Estado e na sociedade civil, deve ter em conta *a permeabilidade da legalidade burguesa* e mesmo *a universalidade de determinadas funções do Estado burguês*. (...) Isto significa pensar, *agora*, o novo Estado de maneira que futura contraposição de valores, que deve permanecer na nova sociedade, não coloque os defensores do socialismo como “gerentes”

---

<sup>215</sup> A Administração Popular (tal como se denominavam os governos municipais petistas de Porto Alegre) resolveu as contradições estado-governo-participação popular criando o “Orçamento Participativo”, internacionalmente reconhecido e motivo de inúmeros e variados estudos e pesquisas - a começar pelas desenvolvidas nas áreas de Ciência Política e de Sociologia da UFRGS. Entre as muitas obras publicadas sobre o tema, um resumo contextualizado do debate gerado está no livro “Por uma nova esfera pública - A experiência do Orçamento Participativo” (Petrópolis, RJ: 2000. 168pp.) Organizado por Nilton Bueno e Jaqueline Moll, reúne textos dos próprios e de Tarso Genro, Raul Pont (Prefeito de Porto Alegre na gestão 1997-2000), Ladislau Dobowr, Luciano Fedozzi, Tomás Villasante, Angel Merino e Luiza Helena Noll.

de uma nova hegemonia passiva; a saber, a luta consciente é que se instaure um movimento em que nasça realmente o novo dentro do velho. (Idem, p. 54)

Assim, o Vice-Prefeito de Porto Alegre e futura liderança nacional do PT estava a referendar considerações de outra origem, mas atentas às relações da comunidade com a ordem política. Como assinalou Huntington: “Historicamente, as instituições políticas surgiram da interação e do desacordo entre as forças sociais e do desenvolvimento gradativo de procedimentos e dispositivos organizacionais para resolver esses desacordos.” (Huntington, 1975, p. 23)

#### **4.3.1. O PRC assume o impasse teórico-prático**

O PRC foi extinto em julho de 1989, por decisão do seu III Congresso. O documento que formaliza sua extinção, denominado “Resolução sobre Organização”<sup>216</sup> trata basicamente da organização de uma Estrutura Nacional não partidária.<sup>217</sup> O fim do partido está explicado na Introdução do documento, aqui transcrita integralmente.

*“Nosso Congresso tratou, como um dos seus temas centrais, da avaliação da experiência do PRC. Este balanço levou-nos à conclusão de que o encerramento desta experiência organizativa impõe-se como uma necessidade. Constatamos que a nossa trajetória, ao longo de cinco anos de atividade partidária, resultou na desconstituição da*

---

<sup>216</sup> Partido Revolucionário Comunista. *Resolução sobre Organização*. Julho de 1989. Acervo de João Ferrer.

<sup>217</sup> Essa Estrutura, depois publicamente denominada “Nova Esquerda”, atuou como tendência organizada no interior do PT, por poucos meses. A dinâmica partidária petista, marcada por interesses eleitorais internos e externos, determinou seu desaparecimento, com seus integrantes posicionando-se em outros grupos políticos petistas. [Nota do autor]

*própria base teórico-filosófica que sedimentava a nossa unidade enquanto PRC.*

*O problema fundamental consiste na atitude mesmo em face do marxismo e sua crise. Contudo, se não há como fugir a esta realidade, tampouco estamos dispostos a render-nos a ela através de uma dispersão que significaria uma despotencialização extremamente danosa das nossas forças intelectuais, morais, políticas e materiais, capaz de comprometer inclusive as possibilidades de enfrentamento da crise teórica. Assim, conscientes da profundidade desta crise e recusando tanto os subterfúgios como as “soluções” simplistas, manifestamos a intenção de enfrentá-la coletivamente.*

*O Congresso tratou, ainda, da questão da estratégia, sobre a qual aprovou uma Resolução. Temos pois, neste documento, a diretriz básica da nossa intervenção política. Esta reafirma a decisão de construir um sistema organizativo estratégico, o que inclui uma opção clara pela construção do partido de massas e da tendência.*

*Em função disso, o Congresso adota a seguinte resolução sobre organização:*

*I – Fica extinto o Partido Revolucionário Comunista;*

*(...)*

Os demais itens referem-se à constituição de uma “Estrutura Nacional não partidária”. Ela seria sigilosa, de caráter não público, atuaria “em função de uma práxis revolucionária militante” orientada pela Estratégia aprovada no Congresso; estaria voltada “para enfrentar os impasses teóricos do marxismo e reconstituir uma base teórica de unidade”. O documento detém-se também em

orientações organizativas quanto às suas instâncias regionais e nacional, política de finanças e por aí segue.

Do total de 14 itens, vale destacar o XI:

A implementação da tendência é uma tarefa central da Estrutura. A tendência não deverá ser uma simples correia de transmissão - ou uma mera extensão - da Estrutura, mas um autêntico organismo de massas, de discussão e elaboração política, voltado para a disputa sobre os rumos do partido de massas e da luta pelo socialismo no Brasil. (Resolução nº 00)

Evidenciava-se, portanto, a decisão de transferir do PRC para o PT as energias revolucionárias e dar consequência à estratégia aprovada no III Congresso. Em linhas gerais e com o enorme risco das simplificações e inevitáveis supressões, pode-se dizer que as concepções que pontificaram o debate antes e durante Congresso não abdicaram do caráter revolucionário da luta pelo socialismo. A tese vencedora,<sup>218</sup> entretanto, assinalava:

Constrói-se um Poder alternativo com ideias e instituições. Ideias capazes de orientar a ação e instituições capazes de organizá-las e reproduzi-las. O enfraquecimento do Poder burguês deve servir à construção do Poder alternativo que, pretendemos, seja um poder revolucionário. A construção deste Poder revolucionário, portanto, se inicia no capitalismo e é condição para o avanço da revolução até o socialismo e para o desenvolvimento deste.<sup>219</sup>

Para além desse, por assim dizer, “imperativo organizacional” à la Huntington, a tese vencedora sustentava a construção de um “Poder alternativo”

<sup>218</sup> Partido Revolucionário Comunista *Um caminho para a Revolução no Brasil*. Julho de 1989, NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 66.

<sup>219</sup> Op. cit., p. 07.

definido, teoricamente, pela expressão “Estratégia de Hegemonia”. Isto implicaria em um “acúmulo de forças prolongado por parte das posições revolucionárias com a ocupação de “posições” na sociedade civil e nos aparatos de Estado”. Segundo o texto, tal “ ‘cerco político’ às posições do adversário materializa uma outra forma de fazer política e uma outra maneira de passar a ofensiva.”<sup>220</sup>

Segundo o documento, tratava-se “de uma concepção de luta revolucionária condizente com a nova realidade da superestrutura decorrente da conformação específica da supremacia burguesa”. Pois a “dominação de classe no capitalismo moderno não pode ser entendida apenas como o domínio da força. Além da sua capacidade coercitiva (...) a dominação burguesa é, também, o exercício de uma capacidade hegemônica.” Desse modo, a “legitimidade decorrente se afirma não apenas pela adesão a valores e noções, mas, também, pela impossibilidade de se vislumbrar uma alternativa global e viável ao sistema.”<sup>221</sup>

Desdobrando tal raciocínio, a estratégia vencedora no último Congresso do PRC sustenta que

A questão da hegemonia coloca ao pensamento revolucionário o desafio de repensar a questão organizativa. As questões de partido inspiradas no Lênin “russo” e na tradição da III I. C. revelaram-se incapazes de sustentar um acúmulo revolucionário de forças nas condições da guerra de posição. Evidentemente, esta incapacidade não se esgota, nem se explica, pela questão organizativa; antes, trata-se de perceber que a própria concepção de partido é resultante de uma determinada inflexão teórica mais geral sobre o Estado, a História, a luta de classes, a relação entre espontaneidade e consciência, entre

---

<sup>220</sup> Idem, p. 09.

<sup>221</sup> Idem, pp. 09-10.

política e ética, etc. Assim, a reflexão estratégica na modernidade é, necessariamente, um ajuste de contas com o mecanicismo e o dogmatismo e uma tentativa de superação da crise do marxismo. Não há reflexão revolucionária potente que não se verifique a partir destes dois procedimentos propedêuticos.<sup>222</sup>

Por fim, o documento sustenta que a visão estratégica a ser adotada deve “incorporar como um elemento decisivo a disposição para conquistar o governo pela via das eleições.”<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> Idem, p. 10.

<sup>223</sup> Idem, p. 37,

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundado em janeiro de 1984 e extinto em julho de 1989, os pouco mais de cinco anos que constituíram a curta história do PRC não o impediram de, pelas suas características, diferenciar-se parcialmente e de modo muito próprio das demais organizações revolucionárias. A partir de traços naturalmente similares a outros partidos comunistas, posto que universais, ele deu ênfase à produção teórica e à tradição leninista realçando a condição do movimento revolucionário como produto da organização política, conforme detectou Huntington (1975) ao estudar o leninismo. Estas foram as particularidades predominantes do PRC, expressas em práticas singulares, algumas delas indicadas neste trabalho e que remetem para a continuidade das mesmas no PT.

Na sua curta e prolífica existência o PRC oscilou entre a aplicação de um marxismo-leninismo ortodoxo, corolário de uma leitura da realidade prisioneira de uma epistemologia marxista clássica, e o esforço para desenvolver uma hermenêutica revitalizadora das teorias comunistas. Essa oscilação terminou por constituir-se no impasse que o levou à autodissolução. Seu primeiro documento público já o alinhava com as referidas premissas clássicas. Que ele não negava, como foi demonstrado. Suas diferenças, ou seus esforços para diferente ser situavam-se inicialmente na luta pela democracia partidária, em uma inflexão muito própria do leninismo, no respeito à dimensão ontológica da militância e, em sentido amplo, na concepção que adotava sobre a revolução brasileira e as tarefas necessárias para a sua consumação.

Nascido de uma dissidência do PC do B, o PRC procurou libertar-se das teorias aplicadas à revolução brasileira que faziam da luta de classes uma teleologia e apostavam em uma marcha inexorável rumo ao socialismo. Segundo elas, inevitavelmente as contradições sociais geradas pelo modo de produção capitalista e as crises decorrentes propiciariam as condições para a insurgência

popular. As divergências teóricas, como se sabe, situavam-se na identificação do momento correto para desencadear a rebelião, no seu tipo, bem como na identificação do *locus* adequado para abrigá-la. No concernente às teorias da revolução o PRC adotou basicamente as formulações de Florestan Fernandes, segundo as quais o movimento histórico da burguesia nacional foi contrarrevolucionário.

Disso resultou a vocação conciliadora da política nacional e uma democracia autocrática. Logo, a revolução deveria ter caráter nacional e democrático, sendo seu sujeito histórico a massa de despossuídos, aglutinada em torno da classe operária. Desse processo histórico resultaram frágeis práticas republicanas. Este fato aproximará o PRC do PT, na medida em que este vai assumindo poderes institucionais e sofre com as suas limitações para organizá-los frente à desorganização republicana/institucional brasileira - enquanto o PRC apresenta-se vocacionado para pensar em instituições, moldado que estava pela prática partidária leninista.

No que dizem respeito às práticas organizativas dos partidos revolucionários brasileiros aos quais o PRC pretendia superar - matizados pelo viés obreiro ou camponês, voltados à inserção nos sindicatos ou nos movimentos sociais - elas convergiam para um funcionamento assentado nos argumentos de autoridade. Apoiavam-se muitas vezes em referências teóricas descontextualizadas e desconheciam parcial ou quase totalmente a história das revoluções. A questão organizativa, de modo geral, reduzia-se às necessidades estratégicas e à (quase sempre) conseqüente negação do indivíduo na vida partidária.

No caso das relações com o PC do B, os questionamentos dos dissidentes situaram-se nesse contexto e discordavam das ideias em vigor naquele partido, segundo as quais (1) as contradições estavam maduras para desencadear um enfrentamento de classes; (2) esse enfrentamento deveria iniciar

no campo, marcado pelo atraso típico das relações feudais. Simultânea e contraditoriamente, o PC do B afirmava em seus documentos que as mudanças conjunturais acentuavam o “papel fundamental da classe operária”, definida como “a força objetivamente mais revolucionária da revolução brasileira”. Para um partido que perdera seus melhores quadros em uma guerra camponesa, esta última constatação inquietava os dissidentes, mesmo considerada à luz de uma desejada aliança operário-camponesa.

Os dissidentes reclamaram explicações fundamentadas em teorias, táticas e estratégias para as decisões que levaram o partido à guerrilha do Araguaia. Também reclamaram da ausência de democracia partidária, a começar pela virtual inexistência de Congressos, órgão máximo do partido e formulador das suas políticas. Sem debates partidários, acentuou-se a deturpação do marxismo-leninismo pelos dirigentes do PC do B, conforme os dissidentes.

O novo partido surgiu para revigorar tal ideário e para unificar os comunistas, concebendo essa luta de modo “correto”. Preservou o tom messiânico dos partidos comunistas. Examinadas retroativamente, suas inspirações e proposições não deixaram de ser, em grande medida, semelhantes às dos seus antecessores. Além disso, “renovar” o marxismo não chegava a ser uma nova consigna na esquerda, que sempre esteve a rever abordagens prático-teóricas para compreender os pressupostos da revolução.<sup>224</sup> As diferenças se localizariam efetiva e inicialmente na releitura do leninismo. Neste aspecto, o partido foi concebido como uma organização que, das contradições internas, em vez de temê-las, delas colhesse “os frutos de sua permanente revolucionarização”. Isto exigia um partido “coletivamente participante” e um “centralismo verdadeiramente democrático”, impulsionado por um movimento comunista aberto à intervenção humana e “sustentado por um conhecimento

---

<sup>224</sup> Como assinala Cohan, em seu clássico *Teorias da Revolução*, “ ‘ a revolução conta-se entre uma das palavras mais imprecisas’ ”. (Cohan, 1981, p. 12) De acordo com o autor, trata-se de uma citação extraída da obra *The Anatomy of Revolution*, de Crane Brinton. Nova Iorque, 1960, p. 4.

sistemático e verdadeiro da realidade”. Em suma, por uma teoria revolucionária, que não brotaria “espontaneamente da prática cotidiana ou da luta sindical”. Quanto à “intervenção humana”, seu destaque opunha-se à “negação do indivíduo”, antes mencionada, tradicionalmente praticada nas organizações comunistas.

Estes dois importantes pontos de inflexão da práxis comunista do PRC, a saber (1) abertura à intervenção humana e (2) a percepção dos limites da prática cotidiana, exemplificam seu apego à teoria e ao conhecimento. Mas a associação da prática à teoria só poderia ser sustentada pelo verdadeiro leninismo, capacitado a “reconhecer a centralidade ontológica do indivíduo no interior do coletivo”. O leninismo possibilitaria a disciplina consciente, ligando cada revolucionário organizado diretamente ao coletivo e garantindo a emergência “do novo proposto pela vida, que se expressa em cada comunista, como ação política consciente, paixão pela humanidade e razão criadora.”

Ao lado desta, por assim dizer, crença ontológica no leninismo, o PRC marcou sua trajetória pelo modo como se aproximou do “campo PT-CUT”, movimento que terminou por direcionar posicionamentos táticos frente à Nova República. Para o PRC, o referido “campo” abrigava “o germe embrionário de uma vontade coletiva”, em vias de assumir um “caráter socialista”. Essa percepção política levou o PRC a incorporar-se ao PT, buscando relacionar-se com as instituições do Estado com uma posição de esquerda que recusasse a cooptação e a subordinação e acumulasse para a revolução. E o desdobramento dessa percepção foi a opção por construir, intra-PT, um projeto de poder.

Inicialmente, tal opção justificava-se porque, segundo o PRC, a revolução brasileira deveria articular-se em dois momentos básicos: um momento de luta pela hegemonia na sociedade e outro de preparação e exercício da força revolucionária. O primeiro, de luta política, ideológica, cultural e moral; o segundo, de mobilização de massas e ataque militar ao Estado. A ideia

de tomada do poder pela violência foi abandonada com a dissolução do partido, sendo substituída pela adoção gradativa de reformas. Embora àquela época praticamente ainda não estivesse sendo considerada, no Brasil, a hipótese de executar uma revolução social mediante uma série de “reformas não reformistas”,<sup>225</sup> o PRC seguia nessa direção. E esse debate já se prenunciava no PT, como revelam os anais do seminário “O PT e o Marxismo”, promovido pelo PT paulista em 1991.<sup>226</sup>

Desse modo, superando a tradição revolucionária brasileira de operar com equipamentos conceituais inadequados, como foi demonstrado, o PRC foi construindo conceitos adequados à contemporaneidade, que somente poderiam ser aplicados, finalmente, *em e por um* partido institucional. Seu surgimento extemporâneo atendia essa demanda, originalmente: tratava-se de atualizar o equipamento conceitual o marxista e dele extrair significados contemporâneos. Sua aparição corresponde ao período em que a revolução brasileira ainda em gestação, representada pelas organizações revolucionárias, fora arrasada pela ditadura militar e buscava uma alternativa frente à Nova República e suas práticas conciliadoras, tão bem descritas por Florestan Fernandes. Tratava-se de

---

<sup>225</sup> “Se uma revolução social viesse a transformar uma nação industrial avançada, teria de assumir (...) uma forma muito diferente e ocorrer em condições internacionais completamente diferentes das grandes revoluções sociais históricas. Como parece bastante improvável que os Estados modernos se possam desintegrar enquanto organizações administrativo-coercitivas sem que ao mesmo tempo se destruíssem as sociedades, uma revolução social moderna teria provavelmente de se processar gradualmente, não como um cataclismo, numa extensa série de **reformas não reformistas**, levadas a cabo por movimentos políticos de massas, lutando por democratizar todas as principais instituições desde a economia até os partidos políticos, exército e burocracia pública.” (Skocpol, 1985, pp. 304-305, *apud* Cepik, 1999, p. 36)

<sup>226</sup> “Como é sabido, a ideia de que há um ‘método marxista’ que pode ser mantido independentemente das alterações de conteúdo das posições defendidas por Marx remonta ao Lukács de *História e consciência de classe*. Sem dúvida, a defesa desta visão em 1919 significava uma posição corajosa frente ao cretinismo dogmático. (...) Marx e Lukács sabiam muito bem que as categorias são, em si mesmas, produtos históricos. Isto vale para os conceitos políticos. Então, se dissermos: o Estado no capitalismo contemporâneo é radicalmente *outro* que o Estado em meados do século passado na Europa; ou: o tipo de dominação burguesa nas sociedades de capitalismo desenvolvido introduziu novos meios e relações essenciais; ou ainda: o desenvolvimento do capitalismo não confirmou a expectativa de polarização da sociedade em duas classes, não atestou a pauperização crescente do proletariado ou a tendência à estagnação das forças produtivas etc. Que sentido há em se falar de um *mesmo* método?” (Partido dos Trabalhadores - Diretório Regional de São Paulo. *O PT e o Marxismo*. Caderno Especial de Teoria & Debate, 1991, p. 35)

uma época em que a revolução procurava uma teoria e um partido, enquanto o PRC procurava uma revolução e presumia deter uma teoria.

Postulando um “movimento pelo comunismo”, de certa forma o Partido lembrava a ideia da “sociedade civil comunista” das décadas de 1950-60, mirando a retomada de uma cultura de esquerda sobre qual se pudesse construir uma hegemonia e dar o primeiro passo revolucionário. Isso é evidenciado pela considerável produção teórica intra-partido elaborada pelo PRC, atestada no acervo abrigado na Universidade de Passo Fundo, pelos periódicos públicos que manteve e pelas obras publicadas por militantes seus, para se contrapor “aos produtos teóricos da economia política e da sociologia burguesas”. Os anos 1980, com a abertura política, chegaram carregados de inquietação, com o pós-modernismo desmanchando as coisas sólidas e os prelúdios de tempos líquidos. A indústria cultural expandia-se aceleradamente e a esquerda buscava retomar seu *ethos*. Muito mais do que representar uma associação de comunistas, o PRC simbolizou esse tempo.

Sua dissolução foi determinada pela compreensão dos limites do marxismo-leninismo como teoria revolucionária e ocorreu assim que a maioria dos seus integrantes conseguiu exercitar a “paciência do conceito” e finalmente anuir que “nenhuma filosofia vai além do seu tempo” - como ensina Hegel. (Konder, 1991) Extinguindo-se e, enquanto se dava esse processo de radical autocrítica, firmando-se na militância petista, os comunistas do PRC não praticaram o chamado “entrismo”, atitude que caracterizou a maioria das tendências políticas de corte comunista que entraram no PT para dele se apropriar ou transformá-lo em um “partido-ônibus”. Pelo contrário: como demonstrado, os egressos do PRC valeram-se da aptidão teórica leninista para construir um partido e trabalharam pela consolidação do PT, mobilizando novos grupos sociais e contribuindo para colocá-lo a serviço da criação e

fortalecimento de instituições contemporâneas comprometidas com os interesses populares.

Esta foi a contribuição do PRC para a política brasileira, e este trabalho teve o propósito de registrá-la junto à ciência política, iluminando a trajetória de um partido ainda praticamente desconhecido nos marcos da academia. Trata-se de um trabalho preliminar e introdutório, indicando influências suas sobre o PT. Ainda há muito para ser pesquisado e escrito sobre os comunistas do PRC, sua transformação em petistas e seu legado ao Brasil contemporâneo. Uma tarefa que se impõe à ciência política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. 2ª Ed.
- ANDRADE, A. T.; BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis. *O ano vermelho – A revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 – 2006)*. São Carlos: EduFSCar, 2009.
- ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.
- ARAÚJO Fº, Afonso; DUARTE, Ozéas; GENRO, Tarso; GENRO Fº, Adelmo; OHLWEILER, Otto Alcides; WEIGERT, Sérgio. *Fazendo o amanhã: partido de vanguarda, política revolucionária e crítica da economia*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “Por uma história da esquerda”. *Topoi*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BUENO, Nilton e MOLL, Jaqueline (Orgs.) *Por uma nova esfera pública - A experiência do Orçamento Participativo*. Petrópolis, RJ, 2000.
- BUONICORE, Augusto e RUY, José Carlos. (Orgs.) *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

CARONE, Edgar. *O P. C. B. – 1922 a 1943*. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_ *Revoluções no Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CENTRO DE ESTUDOS E ACOMPANHAMENTO DA CONSTITUINTE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (CEAC/UnB). *Cidadão Constituinte - A saga das emendas populares*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1989.

CEPIK, Marco A. C. “Estrutura e Ação na Sociologia das Revoluções Modernas: Skocpol & Tilly”. *Revista Anos 90*, PPGH-UFRGS, n. 04, dezembro de 1995

CEPIK, Marco A. C. “Para uma Sociologia Histórica das Revoluções Modernas: Problemas Conceituais Recorrentes”. *Revista Teoria & Sociedade*, n. 03, janeiro-julho, 1999.

COHAN, A. S. *Teorias da Revolução*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

COMPARATO, Fábio Konder. *Muda Brasil - Uma constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da USP, 1997.

DEMIER, Felipe *et al.* *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2003.

DEL ROIO, Marcos. “A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil: Vol. IV - Visões do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto; FERNANDES, Roberto; LOPES, Roberto; NEGREIROS, José e NOBLAT, Ricardo. *O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.

DREIFUSS, René A. *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_ 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1989.

DUARTE, Ozeas. *Os mercados de ilusões - Análise crítica do “sindicalismo de resultado”*. São Paulo: Brasil Debates, 1988.

DULLES, John F. W. *O comunismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUVERGER, Maurice. *Les Partis Politiques*. Paris: Librairie Armand Colin, 1951.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_ *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1982

\_\_\_\_\_ *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito - Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2002.

FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.) *A Formação das tradições – As esquerdas no Brasil*. Vol. 1 Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA DE SÁ, Jair; REIS Fº, Aarão. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas e de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *A fantasia desfeita*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT – Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio. (Org.) *As esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GENRO, Tarso. *Moçambique a caminho do socialismo*. Porto Alegre: Movimento, 1982.

\_\_\_\_\_ *Política & Modernidade*. Porto Alegre: Tchê!, 1990.

\_\_\_\_\_ *Utopia possível*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

\_\_\_\_\_ *Crise da democracia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_ *Esquerda em processo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GENRO, Tarso; GENRO Fº, Adelmo. *Lênin/Coração e mente*. Porto Alegre: Tchê! Comunicações, 1985.

GENRO Fº, Adelmo; MARQUES, Glauco. “Nova República: democracia dos monopólios”. In *Praxis - Revista de Filosofia, Política e Cultura*. n. 02. Santa Maria, RS: Cedesc, s.d.

GENRO Fº, Adelmo. *Marxismo Filosofia Profana*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1986.

\_\_\_\_\_ *Contra o socialismo legalista*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.

\_\_\_\_\_ “Onze teses para o Centro de Estudos de Filosofia e Política”. In: *Práxis – Revista de Filosofia, Política e Cultura*. n. 06. Santa Maria, RS: Cedesc. Mar. 1988.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. “Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo”. In Hobsbawm, Eric. (Org.) *História do Marxismo*. Vol. IX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro/Forense – São Paulo/USP, 1975.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed., revista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

JOHNSTONE, Monty. “Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda”. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org.) *História do Marxismo*. Vol. VI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JOHNSTONE, Monty. “Lênin e a revolução”. In Hobsbawn, Eric (Org.) *História do Marxismo*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KECK, Margaret E. *A lógica da diferença – O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

\_\_\_\_\_. *Hegel: a Razão quase enlouquecida*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LAUIRENT, Annie; VILLALBA, Bruno (Orgs). *Les petits parties - De la petitesse en politique*. Paris: L'Harmattan, 1996.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já – 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEVY, Nelson. *A crise do Imperialismo e a Revolução – Análise crítica da teoria dos três mundos*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LIPSET, Seymour Martin. *Consenso e conflitos*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1992.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

\_\_\_\_\_ *Teoria do partido revolucionário*. São Paulo: Brasil Debates Editora, s.d.

MACEDO, Neusa Dias de. *Iniciação à pesquisa bibliográfica*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MENEGUELLO, Rachel. *PT - A formação de um partido político - 1979 - 1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

MICHELS, Robert. *Los partidos políticos*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1969. Vol I e II

MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de revolução no Brasil*. São Paulo: Globo, 2008.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *PCB: vinte anos de política (1958-1979)*. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_ *PCB - Processo de Cassação do Registro (1947)*. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1980.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro – Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: A. Garibaldi, 2000.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA. *Resoluções do 1º Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. s. l., s. n. Janeiro de 1984.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil - Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_ *A revolução Brasileira: perspectivas em 1977*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRZEWORSKY, Adam. *Estado e Economia no Capitalismo*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1995.

REIS Fº, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. - Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ROLIM, Marcos. *O PT e o Marxismo*. In: Caderno Especial de Teoria & Debate, 1991. Partido dos Trabalhadores - Diretório Regional de São Paulo.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_ *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas: la guerilla marxista em la Argentina*. Buenos Aires: Vergara, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e Castigo - Partidos e Gerais na Política Brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário do Rio de Janeiro, 1987.

SECCO, Lincoln. *História do PT (1978 – 2010)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011. 2ª Ed.

SILVA, Hélio. *1926: a grande marcha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Lech, 1978.

\_\_\_\_\_ *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SOUSA, Rodrigo Farias de. *A nova esquerda americana – De Port Huron aos Weathermen (1960 – 1969)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “A Nova República: sob a espada de Dâmocles”. In: Stepan, Alfred. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STUMPF, Ida Regina C. “Pesquisa Bibliográfica”. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. (Orgs) *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2011.

TEODORI, Massimo. *Las nuevas izquierdas europeas (1956 – 1976)*. Barcelona: Editorial Blume, 1976.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

TRINDADE, Hélió. “Tentativa de Reconstrução Empírica de um Movimento Político Radical”. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_ *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1979.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

### **Documentos consultados - Acervo PRC**

#### **Núcleo de Documentação Histórica. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Passo Fundo/RS (NDH-PPGH/UPF)**

Comitê Central. *Gloriosa Jornada de Luta*. Setembro de 1976. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 31.

Comitê Central. *A VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*. Junho de 1979. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 33.

Comitê Regional da Bahia. *Ao Comitê Central. Ao Partido*. Janeiro de 1980. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 34.

Comitê Regional da Bahia. *Sobre a nossa concepção de estratégia e tática (um roteiro para discussão)*. Janeiro de 1980. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 13.

Partido Comunista do Brasil. *Informe do Comitê Central*. Março de 1980. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 29.

Reunião Nacional de Consultas. *Convocatória do VI Congresso (Extraordinário) do P. C. do Brasil*. Setembro de 1980. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 35.

Comissão Nacional de Organização do Partido (CNOP). Novembro de 1981. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 52.

VIII Conferência Nacional do PC do B. *Teses sobre o Programa*. Abril de 1983. NDH-PPGH/UPF). Acervo PRC - Especial. Documento nº 147.

IX Conferência Nacional do PC do Brasil (Esquerda). *Lutar pela unificação dos revolucionários comunistas*. Abril de 1983. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 69.

Tribuna de Debates n. 4. *Negar o stalinismo reafirmando o partido de combate leninista*. Dezembro de 1983. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 05.

Tribuna de Debates n. 4. *A questão da opção institucional*. . Dezembro de 1983. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 05.

Comitê Central do PRC. *Resoluções do 1º Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. s. l., s. n. Janeiro de 1984.

Comitê Central. *Os revolucionários e o Congresso da CUT*. Junho de 1984. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 77A.

Comitê Central. *Pela revolução e o socialismo - Manifesto à classe operária*. 1984. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 71.

Tribuna de Debates n.6. *Sobre a concepção de partido*. Dezembro de 1984. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 06.

Folha de Debates n. *Teses sobre o partido*. Fevereiro de 1985. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 18.

Partido Revolucionário Comunista. *Teses do II Congresso do PRC*. Abril de 1985. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC. Documento nº 149.

Comitê Regional do PRC-RS. *Do Partido Revolucionário Comunista à Classe Operária*. 01/05/1985 NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 102.

Comitê Central do PRC. *Resolução Política do II Congresso do Partido Revolucionário Comunista*. Outubro de 1985. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 89.

Comitê Central do PRC. *Resoluções Políticas do PRC*. Maio de 1986. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 103.

Comitê Central. *Os desafios organizativos e teóricos do nosso partido*. Janeiro de 1987. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 112.

Partido Revolucionário Comunista. *Convocatória do III Congresso*. Fevereiro de 1987. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 114.

Comitê Central. *O Partido de transforma transformando o mundo*. Abril de 1987. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 121.

Comitê Central do PRC. *Teses para Discussão - PRC - Terceiro Congresso*. Agosto de 1987. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 150.

Partido Revolucionário Comunista. *Um caminho para a revolução no Brasil*. Julho de 1989. NDH-PPGH/UPF. Acervo PRC - Especial. Documento nº 172.

Partido Revolucionário Comunista. *Resolução sobre Organização*. Julho de 1989. Acervo de João Ferrer.